Proletários de todos os países UNI-VOS!

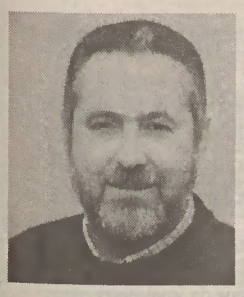
Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISNN 0870-1865 • 23 de Maio de 1996 • Preço: 150$00 (IVA incluído) • N.º 1173 • Director: Carlos Brito

EM FOCO

Os horrores da regionalização



■ Agostinho Lopes

Pág. 20

Serviço militar e política de defesa

O debate sobre o futuro das Forças Armadas Portuguesas e sobre a permanência ou não do SMO tem ocorrido da pior forma possível

■ João Amaral Pág. 21

ASSOCIATIVISMO DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Encontro Nacional de Quadros do PCP

no próximo domingo Pág. 23

As trevas da globalização

O capitalismo contra o homem

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 24 e 25

Trabalhadores protestam na rua e na AR
Comunistas votam contra lei do PS e da direita

"Não nos rendemos! A luta continua!"

«Esta não é a Lei das 40 horas. A lei das 40 horas de trabalho semanal foi chumbada pelo PS em Janeiro passado quando votou contra o projecto de lei do PCP. Esta é a lei das 50 e das 48 horas. Esta é a lei do trabalhador "pau para toda a obra", é a lei que põe em causa a estabilidade da vida familiar dos trabalhadores, esta é a lei do maior retrocesso social depois do 25 de Abril», disse ao «Avante!», Octávio Teixeira, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, comentando a lei que resulta do compromisso entre o PS e os interesses do grande patronato.

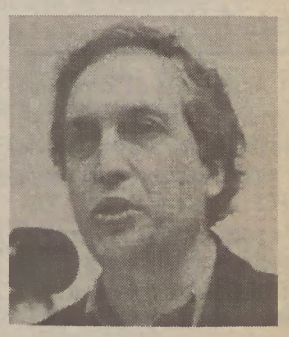
Págs. 5 e 6

V Congresso da JCP

Pela esquerda é que vamos

Centrais

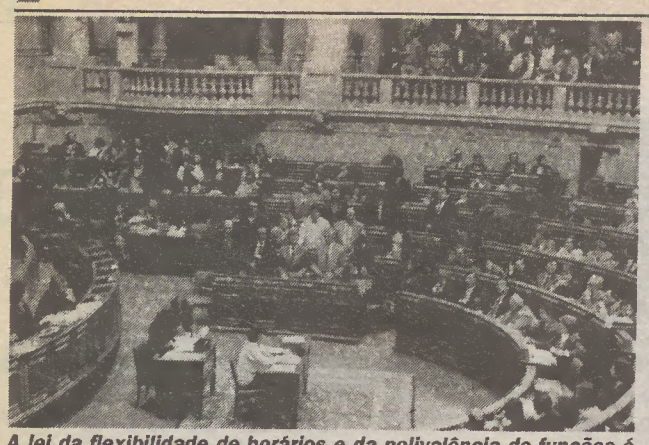
Carlos Carvalhas no comício



A juventude sabe que o que é actual e progressista, não é a regressão social e a liquidação de direitos, não é a aprisionar a esperança e o futuro da humanidade num suposto «fim da história» sustentado na pretensa perenidade e superioridade do capitalismo, mas sim ter a vontade e a coragem de lutar pela construção de novas sociedades libertas da exploração, da dominação e da alienação, num projecto enriquecido, renovado e construído pela acção e intervenção dos povos que acolha o melhor do património já conquistado pela humanidade.

Págs. 18 e 19

Editorial **A palavra da juventude**



A lei da flexibilidade de horários e da polivalência de funções é aprovada na AR com os votos contra do PCP

RESUMO

15
Quarta-feira

É anunciado que o desemprego voltou a subir na UE, no mês de Março, passando a atingir 11 por cento da população activa ■ O Conselho da NATO aprova o conceito CJTF, que flexibiliza a intervenção militar da organização e permite aos europeus conduzir operações sem a participação de tropas norte-americanas ■ Radon Karadzic, o presidente dos sérvios bósnios, demite o primeiro-ministro da República Srpska ■ Em visita à Grã-Bretanha, Jacques Chirac exorta à plena participação inglesa na União Europeia ■ Na República Dominicana, a primeira volta das eleições presidenciais são ganhas por Pena Gomez, do Partido Revolucionário Dominicano.

16
Quinta-feira

Realizam-se manifestações organizadas pela CGTP-IN contra a flexibilidade de horários e a polivalência de funções ■ Atal Bihari Vajpayee, do Partido Nacionalista Hindu, toma posse como décimo chefe de Governo da Índia ■ O demitido primeiro-ministro sérvio bósnio, Rajko Kasagic, recusa-se a abandonar o seu lugar ■ A oposição islamita turca consegue anular no Tribunal Constitucional o voto de confiança que o Governo tinha recebido no parlamento, há menos de 2 meses ■ Dá-se uma colisão de navios-patrulha da Grécia e da Turquia, no mar Egeu, perto do rochedo de Imia, reivindicado por ambos os países ■ Boris Ieltsin decreta o fim total do serviço militar obrigatório a partir do ano 2000 ■ Os sociais-democratas vencem as eleições legislativas em Gibraltar ■ A Feira do Livro do Porto é inaugurada no Pavilhão Rosa Mota.

17
Sexta-feira

A Assembleia da República aprova a lei do Governo que introduz a flexibilidade e a polivalência nas funções com os votos contra do PCP, a favor do PS e do CDS-PP e a abstenção do PSD, perante os protestos de sindicalistas nas galerias ■ Romano Prodi, o novo primeiro-ministro de Itália, anuncia a constituição do novo Governo italiano ■ Hassan Salame, líder do Hamas, é detido na Cisjordânia por militares israelitas ■ Os chefes de Estado da CEI adoptam uma declaração de apoio a Boris Ieltsin.

18
Sábado

Inicia-se o V Congresso da JCP, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa ■ O Governo anuncia um pacote de 30 medidas antidroga ■ É encontrado um homem decapitado, presumivelmente morto a tiro pelo comandante do posto da GNR de Sacavém ■ Gojko Klikovic é nomeado primeiro-ministro dos sérvios bósnios ■ É reaberto o museu Soares dos Reis, no Porto ■ O Benfica vence a Taça de Portugal, num jogo disputado com o Sporting. Durante a partida, um adepto é mortalmente atingido por um foguete.

19
Domingo

Carlos Carvalhas encerra o Congresso da JCP ■ Jerónimo de Sousa participa num comício de homenagem a Catarina Eufémia, em Baleizão ■ É anunciado que as tropas turcas abateram pelos menos 60 curdos na provícia da Batman, numa das maiores preseguições recentes aos independentistas ■ Radovan Karadzic delega parte dos seus poderes ■ O Hamas ameaça que irá vingar a detenção de Hassan Salame, um dos seus principais activistas ■ O presidente da Rússia afirma que pode levar a cabo uma grande remodelação governamental.

20
Segunda-feira

Jorge Sampaio chega a Madrid para uma visita oficial a Espanha ■ No âmbito da semana de acção contra o programa de austeridade do Governo de Helmut Khol, milhares de trabalhadores alemães do sector público fazem greve, afectando seriamente diversos serviços ■ Um atentado terrorista da ETA, em Córdoba, mata um militar e fere três pessoas ■ O Iraque aceita o acordo com as Nações Unidas «petróleo por alimentos» ■ Os zapatistas decretam o alerta máximo, devido aos movimentos de tropas governamentais nas suas áreas ■ Lee Teng-Hui toma posse como presidente da Formosa ■ O filme «Secrets and Lies», do realizador britânico Mike Leigh, vence a edição de 1996 do festival de Cinema de Cannes.

21
Terça-feira

O secretário-geral do PCP desloca-se à Região Autónoma dos Açores, numa visita de quatro dias ■ A UGT reúne-se com o Partido Socialista, a quem manifesta o seu acordo com a proposta de lei para a redução do horário de trabalho ■ Realiza-se em Sacavém o funeral do jovem presumivelmente assassinado pelo comandante do posto da GNR daquela localidade com a cumplicidade dos seus subordinados ■ Jorge Sampaio é recebido pelas Cortes espanholas, onde discursa ■ John Major ameaça no parlamento britânico deixar de cooperar com a União Europeia se se mantiver o embargo às exportações de carne de vaca e seus derivados ■ É preso em Itália um dos mais procurados "padrinhos" da Mafia, Giovanni Brusca.

EDITORIAL

A palavra da juventude

O V Congresso da JCP constituiu, como é natural, uma irreverente e alegre intervenção dos jovens comunistas na vida do país, mas foi também uma importante afirmação de maturidade política e de apreço pelo valor dos ideais.

Durante dois dias, os mais de 700 delegados passaram em revista, num debate muito vivo e esclarecedor, os grandes problemas da juventude contemporânea, especialmente, na forma concreta que assumem entre nós, não se limitando a equacioná-los, mas procurando os meios de lhes fazer frente.

Para muitos deles o Congresso apontou claras linhas de resposta e formulou precisas exigências, como, nomeadamente, em relação aos problemas gerais do ensino e aos específicos de cada grau, à denúncia do desemprego e à reclamação de medidas para o debelar, no combate ao narcotráfico e à toxicodependência.

Ao intervir no final do Congresso, Ricardo Oliveira, membro da Comissão Política da JCP, um dos novos organismos agora criados, podia confirmar aquilo a que todos tinham assistido: «Nestes dois dias de festa e de convívio, discutimos e debatemos de uma forma séria e frontal temas que vão desde o Ensino Básico e Secundário ao Superior, passando pelos jovens trabalhadores à procura do primeiro emprego, não esquecendo, entre outros, os problemas da habitação, a solidariedade, o racismo, a toxicodependência, a sexualidade, o SMO e a regionalização».

Durante dois dias, os mais de 700 delegados passaram em revista, num debate muito vivo e esclarecedor, os grandes problemas da juventude contemporânea, especialmente, na forma concreta que assumem entre nós, não se limitando a equacioná-los, mas procurando os meios de lhes fazer frente.

O Congresso também se ocupou detidamente das formas de intervenção e de organização dos jovens comunistas, aprovando orientações e medidas com vista a impulsioná-las no futuro, com a superação de dificuldades e deficiências que se têm verificado. Neste sentido, foi já apresentado um resultado especialmente encorajador: as 1500 novas adesões à JCP concretizadas desde a última Festa do «Avante!», isto é, em pouco mais de seis meses.

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, partiu precisamente deste movimento de adesões a JCP para ironizar com o «mistério» que leva alguns a interrogarem-se «porque é que há tantos e tantos jovens que aderem à JCP e ao Partido Comunista Português», respondendo mais à frente: «A juventude é uma grande força social, generosa, contestatária e reivindicativa, que não pactua com os falsos valores e moralismos, avessa à hipocrisia, às falsas promessas e a que o insuportável se torne banal.»

O Manifesto aprovado no Congresso corresponde a este espírito frontal e exigente, quando, entre outros passos, afirma, logo a principiar: «Afirmamo-nos comunistas. Jovens comunistas. Porque pensamos que não basta confiar no futuro. É necessário construí-lo hoje, com as nossas opiniões e propostas, com a nossa participação, acção e luta.»

É impossível não cotejar esta mensagem jovem e revolucionária do debate e das conclusões do Congresso da JCP com a falta de chama e o espírito acomodado e submisso que se transmite do Congresso da JS, realizado na mesma altura.

É muito significativo que o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS, António Guterres, tenha ido ao Congresso dos jovens socialistas fazer «um discurso moralizador», como disse a imprensa, onde a única promessa apresentada à juventude é a da desconstitucionalização do Serviço Militar Obrigatório, que significa o caminho para a completa mercenarização das Forças Armadas.

Mas é ainda mais significativo que a única reivindicação concreta feita ao Governo pela JS seja também essa desconstitucionalização, ficando-se no mais por equívocas ameaças do género: «a lealdade ao Governo não nos fará romper com os estudantes».

Os momentos mais quentes do Congresso da JS não tiveram nada a ver com os grandes problemas actuais da juventude, nem o desemprego em massa, nem o flagelo da droga, ou com o seu papel no desenvolvimento do país ou na construção do futuro.

As verdadeiras tensões emocionais foram os confrontos entre Pinto e Catarino pela pura disputa da nova liderança, já que não se percebeu que ideias ou que propostas se contrapunham.

É, no entanto, este tipo de confrontos que faz o regalo de um certo jornalismo, que acha cansativo e antiquado que se discutam ideias, programas ou princípios (e até mesmo que haja princípios) que a propósito do Congresso da JCP grafou: «Erguem o punho direito. Gritam palavras de ordem mais velhas do que eles. Cantam hinos antigos. Afirmam princípios de sempre. São a JCP.»

Pior do que este jornalismo é ainda o que se distingue pela ausência, como o da televisão do sector público - a RTP - mais uma vez ausente numa grande realização dos comunistas, a confirmar o facciosismo das orientações que ali presidem, com responsabilidades que atingem a própria tutela, uma vez que é o cumprimento da lei e do estatuto que estão em causa.

Pois, ao contrário do que o jornalismo das superficialidades mundanas insinuou, o Congresso da JCP esteve em cima dos acontecimentos e das causas mais actuais, mesmo as que não são especificamente da juventude, como a grande batalha contra a aprovação da proposta de lei da flexibilidade e da polivalência.

É muito positivo que esta proposta de lei tenha sido também condenada pelo Congresso da JCP e que parta dele a afirmação: «Nós, jovens comunistas, defendemos o direito dos jovens a uma carreira, o direito a um horário de trabalho concreto, o direito ao horário máximo de 40 horas semanais.»

É fundamental que os trabalhadores saibam quem está por e quem está contra as suas grandes causas, causas como esta e como já foi a lei dos contratos a prazo, também da responsabilidade do PS, de que o tempo esclarece permanentemente a importância.

Apesar da aprovação na generalidade da proposta de lei, no passado dia 17, pelos votos favoráveis do PS e do CDS/PP e a abstenção do PSD, a luta vai continuar contra a aprovação final e contra a sua entrada em vigor.

Os trabalhadores não podem iludir-se com promessas, como as que foram feitas pela ministra do Emprego, de que os perigos residem na aplicação da lei e de que o Governo será firme a fiscalizá-la. A favor de quem? É caso para perguntar. Um Governo que cedeu desta maneira ao grande patronato contemplando as suas reivindicações mais radicais, que credibilidade pode ter quando anuncia propósitos moderadores para depois da lei aprovada?

A luta vai seguramente continuar pela suspensão do processo legislativo, implicando acções de esclarecimento e novas acções de massas de protesto.

A palavra da juventude é um bom encorajamento ao desenvolvimento desta luta.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!». SA — Av. Almirante Reis — 90, 7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A. — 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhó - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/ /815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750$00;
25 números: 3 487$50

EUROPA
50 números: 24 750$00

ESPANHA
50 números: 13 300$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU - 50 números: 26 650$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
_____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt • Web: http://www.pcp.pt/pcp/

ACTUAL

Informação rasca

Pavilhão Carlos Lopes, 18 e 19 de Maio: V Congresso da JCP. Como foi? Resumidamente, foi assim: cerca de 800 delegados – na presença de algumas centenas de convidados – debateram os grandes problemas que hoje se colocam à Juventude portuguesa e afirmaram-se disponíveis para lutar pela sua resolução; concluíram que vale a pena lutar e que só através da luta é possível conquistar direitos humanos fundamentais, direitos que a «democracia moderna» em que vivemos nega a milhões de cidadãos: o direito ao trabalho, ao salário, ao ensino, à saúde, à habitação, à velhice, à felicidade, à vida; afirmaram a sua disposição de lutar pela preservação do meio-ambiente e pela elevação da qualidade de vida; condenaram o racismo e a xenofobia e dispuseram-se a combatê-los com firmeza; elegeram a solidariedade internacionalista como instrumento de união entre os povos do mundo; sublinharam a necessidade de juntar todas as forças disponíveis para o combate ao capitalismo e ao imperialismo, principais causas dos graves problemas que afectam a Humanidade; afirmaram-se decididos a participar na luta difícil mas apaixonante por uma sociedade sem exploradores nem explorados e onde o Homem, consciente e livre, participe na construção do seu futuro, na construção do socialismo e do comunismo. E tudo isto foi debatido num ambiente de grande fraternidade, com a alegria e a camaradagem próprias de jovens solidários e generosos, que não são nem querem ser «boys» à cata de «jobs», que têm ideais, valores e princípios de que não abdicam, que querem viver a transformar a vida.

Enfim, tudo coisas que desagradam profundamente aos donos deste país, os quais, por serem isso, são também donos da comunicação social, a qual, por ser de quem é, tratou o Congresso à vontade dos donos. O inevitável «Público», por exemplo, esteve lá e ficou positivamente horrorizado com o que viu e ouviu, com aqueles e aquelas jovens, comunistas!, e tantos e tantas «a erguer o punho direito» (com a agravante de o fazerem «transbordando de orgulho»; «a gritar palavras de ordem mais velhas do que eles», como «Cuba Sim, Bloqueio Não» (ó «Público», ó publicozinho, então não sabes que o bloqueio dura há mais de 30 anos?); «a cantar hinos antigos», tais como «A Internacional» e «A Portuguesa» (em vez de cantarem coisas modernas, sei lá, um hino qualquer à União Europeia no género pimba); «a afirmar princípios» (vejam bem o desplante destes jovens comunistas: têm princípios e afirmam-nos em vez de os mandar às urtigas como receita o «Público»); «a defender as bandeiras políticas do comunismo à portuguesa» (que são, entre outras, as antiquadas bandeiras do «não ao desemprego», «não ao racismo», «não a Maastricht», «não à flexibilização e polivalência»); «a acreditar no socialismo e no comunismo» (desplante máximo este já que, como o «Público» ensina, tinham todas as razões era para acreditar nesse sistema perfeito e modelar que é o humaníssimo capitalismo).

Ou seja; o respeitável «Público» não tolera a existência de gente que pensa, que sonha, que luta — e que faz tudo isso com alegria. Aliás, foi por causa de gente desta que o «Público» inventou e difundiu a expressão «geração rasca» — expressão que nunca utilizou em relação às práticas dos bandos de skinheads ou à postura neofascista dos meninos centristas, mas que não teve dúvidas em utilizar face às maiores movimentações de massas juvenis dos últimos anos... Enfim, informação rasca.

■ **José Casanova**

Quanto e quem

Num testemunho cuja importância adiante se verá, a redactora principal do «Independente» contava, na última edição daquele semanário, em crónica intitulada «PREC 96» - forma enviezada de tratar a luta dos trabalhadores como peça de museu? -, a sua experiência de contacto socioautomobilístico com uma manifestação da CGTP, ali para os lados do Largo do Rato.

Dizia ela: «*Aterrei ontem* [portanto, quinta-feira,16] *no PREC e como era muito nova nos tempos do outro PREC saboreei gostosamente a experiência. Tive aliás muito tempo para o fazer. Precisamente uma hora e quarenta: o tempo que demorei a percorrer, de carro, o caminho da Lapa para o Jardim Constantino*».

Quem não viajou da Lapa para o Jardim Constantino ou, atarrachado à sua cadeira na Duque de Palmela (ali a 50 metros do Marquês de Pombal) não deu pelo arranque do desfile da CGTP rumo a S. Bento, foi o director-adjunto do «Expresso» que, na parte baixa da muito isenta rubrica «Altos & Baixos», decretou uma «*fraquíssima mobilização conseguida pela CGTP nas manifestações de rua*» e sentenciou mesmo que «*frente a S. Bento, quase não se dava pelos manifestantes*».

Como o texto não refere o dia exacto a que se aplica a sentença, sempre se pode permitir ao director-adjunto do «Expresso» que venha jurar que na sexta-feira, dia 17 (dia da votação na AR da lei da flexibilidade e polivalência), quase não havia manifestantes frente a S. Bento e que, portanto se mantém válido o atrevido slogan «*Acredite se ler no Expresso*». Ele, depois, há-de vir a perceber que a concentração promovida pela CGTP junto à AR foi na véspera, quinta-feira, 16, e teve a expressiva dimensão que muitas imagens ilustraram e a redactora principal do «Independente» confirmou sob a forma de tempo de viagem da Lapa para o Jardim Constantino.

Mas bem pior que estes truques é a onda de mal disfarçada arrogância, hostilidade e desprezo face ao mundo do trabalho e de intenso proselitismo da ofensa aos direitos dos trabalhadores e em geral dos direitos sociais (é ver a campanha alarmista e insidiosa sobre a Segurança Social) que se vai exprimindo em muitos meios de comunicação social, em significativa contemporaneidade com a existência de um Governo do PS.

É verdade que não gostaríamos de adiantar explicações lineares ou esquemáticas para estas atitudes, até porque bem sabemos que há neste país milhares de cidadãos que, vivendo e ganhando bem, são solidários com causas sociais e projectos políticos progressistas, de cujo êxito até sabem não poderem esperar qualquer benefício ou vantagem material.

Mas, no ponto a que as coisas estão a chegar, não faltará muito para que, em relação a casos mais extremos de arrogância contra os trabalhadores e de impiedosa insensibilidade perante os problemas, os dramas e as dificuldades de quem vive do seu trabalho, apareça alguém a desafiar certos protagonistas a passarem a juntar sempre às suas opiniões e ideias duas simples informações concretas: quanto ganham e quem lhes paga.

■ **Vítor Dias**

O calote

São muitos os pontos de vista que justificariam comentário na recente entrevista do ministro Ferro Rodrigues ao semanário *Já*.

Mas nem mais uma hora pode passar sem que se levante a voz indignada face à afirmação feita de que "as dívidas do Estado à Segurança Social por causa do não cumprimento da lei de bases é uma questão do passado".

Recapitule-se, em breve, o problema: para além da *vista grossa* no que respeita à volumosa evasão contributiva em relação à Segurança Social, da continuada má gestão financeira do sistema e da utilização de muitos dos seus recursos para finalidades que nada tiveram a ver com a protecção social dos portugueses, sucessivos governos deixaram acumular ao longo dos anos uma vultuosíssima dívida em relação ao mais importante património social dos trabalhadores e do conjunto do povo português.

Só em dez anos, de 1985 a 1994, por incumprimento da lei de bases da Segurança Social no que respeita às transferências financeiras para cobrir os regimes não contributivos ou fracamente contributivos, está calculado que o Estado acumulou uma dívida ao Orçamento da Segurança Social da ordem dos mil e duzentos milhões de contos, a preços correntes. E deixou ainda que as empresas adoptassem "como mecanismo normal o não pagamento dos impostos e dívidas à Segurança Social, como forma alternativa do financiamento bancário", como o próprio ministro reconhece, o que representa, segundo as últimas estimativas divulgadas, qualquer coisa como 425 milhões de contos.

Vir agora o ministro afirmar que "é possível" que a dívida do Estado seja incobrável, é algo que não pode nem poderá nunca ser aceite pelos milhões de portugueses que, à custa do seu trabalho e do seu suor, durante dezenas de anos nunca faltaram com a sua contribuição para a Segurança Social.

Se a proposta de reforma da Segurança Social que o ministro Ferro Rodrigues afirma estar a preparar assenta no "perdão" da dívida do Estado e não apresenta qualquer modalidade para honrar o seu pagamento, mesmo que seja a prazo e em prestações, melhor será que o Governo pense três vezes.

Porque se milhões de portugueses tiverem que se dirigir ao Governo para reclamar que o Estado pague o que deve à sua Segurança Social...

■ **Edgar Correia**

ÍNDIA
na encruzilhada

As recentes eleições na Índia vieram convocar a nossa atenção para uma realidade de que os "media" apenas fornecem uma visão fragmentada, caótica e distante, mas que entretanto nos bate à porta com a força dos seus mais de 900 milhões de habitantes, a urgência dos seus colossais problemas de desenvolvimento, o peso da sua extraordinária importância estratégica no xadrez internacional.
Mas para onde vai a Índia ?

A estrondosa derrota do Partido do Congresso representa uma inequívoca condenação do governo de Narasimha Rao e vem na sequência de grandes lutas da classe operária, do campesinato e outras camadas da população contra a sua política de submissão aos ditames do FMI/BM, de desmantelamento do poderoso sector público, da invasão do capital estrangeiro e liberalização dos mercados. Um governo que privilegiou a concentração da riqueza, afrontou os interesses das grandes massas, desprezou as castas mais baixas, comprometeu a soberania nacional e se afundou num lodaçal de corrupção, não podia deixar de ser severamente condenado.

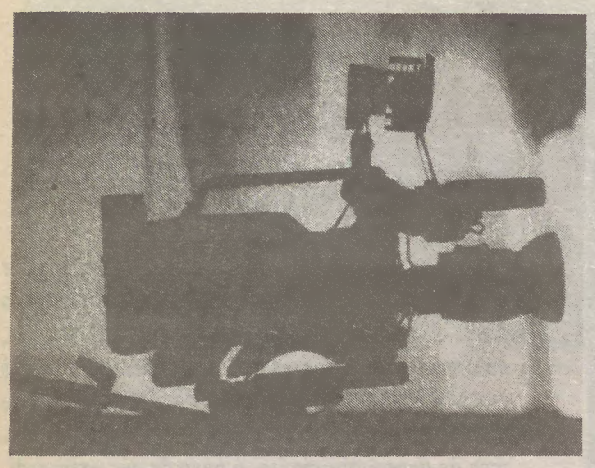
E com ele o Partido do Congresso, quase ininterruptamente no poder desde a conquista da independência em 1947. Aquele que Jawaharwal Nehru caracterizou como "o partido de todos os indianos", separou-se definitivamente das grandes massas ao abandonar a orientação libertadora, independente, anti-imperialista e progressista que transformou a União Indiana, co-fundadora do Movimento dos Não Alinhados, num país altamente prestigiado no concerto das nações. Trata-se de uma involução dramática que se acelerou com a derrocada da URSS (durante décadas aliado privilegiado e estratégico da Índia) e a ofensiva imperialista para estender a todo o mundo o domínio do grande capital transnacional. E tanto mais dramática quanto as forças mais reaccionárias, agressivas e obscurantistas têm vindo a capitalizar no plano político a degenerescência burguesa, crescentemente antipopular e antinacional do Partido do Congresso.

A transformação do BJP no partido mais votado (187 deputados quando em 1984 apenas elegera 2) representa um grande perigo. Numa Federação de 15 Estados e 6 regiões, em que há 15 línguas oficiais e mais de 3.000 outras línguas e dialectos, autêntico mosaico de etnias e religiões onde ao lado de uma maioria hindu vivem mais de cem milhões de muçulmanos, atravessada pela complexa e específica realidade das castas, com contenciosos históricos de fronteiras - o fundamentalismo hinduísta, fanático e agressivo do BJP comporta a ameaça de ditadura fascizante e pode arrastar a Índia para lutas confessionais e interétnicas de proporções colossais com o próprio risco de fragmentação do Estado indiano.

Frente a um tal perigo se ergue entretanto um vasto leque de forças democráticas e seculares, ainda predominantes na Índia. A sua cooperação para barrar o caminho ao BJP e seus aliados é uma possibilidade real e com ela a perspectiva de contrariar e inverter o rumo desastroso da política do poder. O grande avanço alcançado nas eleições parlamentares pela Frente Nacional/Frente de Esquerda (em que os comunistas têm um papel determinante) e as vitórias da Frente de Esquerda, liderada pelos comunistas, nas eleições estaduais de Bengala Ocidental e Kerala tem um grande significado político, confirmando a possibilidade de uma alternativa de democracia e progresso social.

■ **Albano Nunes**

SEMANA



PCP protesta contra discriminação nas televisões

Uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP, emitida na semana passada, protesta contra a forma chocante como os canais de televisão procederam relativamente a iniciativas do Partido em que participou o seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas. A nota, que recorda vir esta atitude na sequência "de uma política de silenciamento e discriminação que se tem acentuado desde as últimas eleições legislativas", refere-se concretamente ao encontro do dirigente do PCP com o Primeiro-Ministro, em que Carlos Carvalhas reclamou "que o Governo retirasse a proposta de lei da flexibilidade e da polivalência", e a participação do Secretário-geral do Partido "numa acção de esclarecimento na Baixa lisboeta sobre o mesmo tema".

"Com efeito", diz a nota, "a SIC e a TVI ignoraram completamente essas duas iniciativas, e o Telejornal da RTP/1 apenas transmitiu imagens do encontro com António Guterres, com locução 'off' e não reproduzindo as declarações de Carlos Carvalhas à saída do encontro".

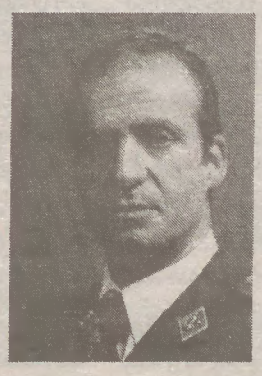
Chamando a atenção para o facto de na mesma edição, tanto a RTP/1 como a SIC e a TVI terem incluído reportagens de iniciativas e tomadas de posição do PSD e do PP, com declarações de Marcelo Rebelo de Sousa e de Manuel Monteiro, a nota do Gabinete de Imprensa do PCP afirma:

"Um tal procedimento dos canais de televisão ilustra não apenas uma reprovável e inadmissível discriminação contra o PCP, mas também um propósito deliberado de manter os telespectadores submetidos à telenovela protagonizada pelo PS, PSD e PP em torno do referendo e da revisão constitucional e de silenciar as palavras do Secretário-geral do PCP sobre um tema de inegável repercussão e interesse social."

Posteriormente a este comunicado, verificou-se que a RTP não efectou qualquer cobertura do Congresso da JCP, não noticiando sequer a intervenção de Carvalhas no encerramento dos trabalhos. No Telejornal de domingo da RTP/1, não faltou, entretanto, a cobertura de actividades do Primeiro-Ministro e de Marcelo Rebelo de Sousa.

Sampaio em Espanha

O Presidente da República, Jorge Sampaio, deslocou-se em viagem oficial a Espanha, onde realçou "a perenidade dos laços entre os dois países". Num banquete que o rei espanhol lhe ofereceu, o Chefe de Estado português sublinhou o simbolismo desta primeira visita de Estado. A imprensa portuguesa não deixou de chamar a atenção para o facto de esta visita se realizar numa conjuntura em que as mudanças ocorridas - mudanças de governo em sentidos aparentemente contrários - parecem não ter peso no reforço das relações entre ambos os países. Jorge Sampaio terá procurado atribuir a Espanha um papel de parceiro privilegiado na União Europeia e não mencionou as questões polémicas em torno do Plano Hidrológico Espanhol. Preferiu falar castelhano e anunciar ao rei a criação em Cascais de uma fundação em honra do conde de Barcelona, ali exilado no tempo do franquismo.



Violências

A atitude dos responsáveis governamentais perante os fenómenos de violência que na última semana têm emocionado o País têm vindo a preocupar a opinião pública portuguesa e os próprios órgãos de comunicação social. Com efeito, o facto de ter sido possível a entrada, num estádio onde se ia realizar um importante desafio de futebol, de vários espectadores munidos de engenhos cuja perigosidade ficou demonstrada pela morte de um deles, vítima de um *very-light*, não mereceu até agora senão manifestações de pesar do Governo e anúncio da intenção de vetar o Estádio Nacional para a realização de finais de Taça. O ministro da Justiça, por seu lado, mostra a intenção de responsabilizar os clubes pela segurança dos jogos, o que é uma forma de sacudir as responsabilidades do executivo socialista.

Ainda no âmbito da violência, as sucessivas declarações de membros do Governo, a começar pelo Primeiro-Ministro, e de responsáveis da GNR, tentando minimizar a mentalidade que está na origem do crime atribuído ao comandante do posto de Sacavém, ocorrido com a cumplicidade de *todos* os guardas presentes, não deixa de causar apreensões e de augurar novas violências, com a cumplicidade governamental. O Governo está mais preocupado em não deixar que a população manifeste as muitas e variadas indignações acerca das situações em que se sente vítima.

A "crise" da saúde

Chamam-lhe já "crise da saúde" e os números apontam para uma verdadeira catástrofe a nível mundial. Numa altura em que, em todo o mundo industrializado, a saúde e a segurança social sofrem os ataques do capital e dos seus serventuários instalados nos governos, em que o imperialismo sujeita os países menos desenvolvidos a uma exploração acrescida, aí estão os números, divulgados pela Organização Mundial de Saúde, para se medirem, neste campo, os resultados de tal política: 17 milhões de mortos, no ano passado, em consequência de doenças infecciosas. Mais de metade das vítimas - 9 milhões - são crianças.

Paludismo, tuberculose – velhas doenças – recrudescem, o que em parte se deve à redução dos investimentos na saúde, por parte de vários países e da comunidade internacional. Nomeadamente a OMS, cujo financiamento é assegurado pelos Estados, apresenta números assustadores, revelando uma redução drástica das participações orçamentadas. Segundo a Lusa, até Abril, apenas 130 dos 419 milhões de dólares orçamentados para este ano foram pagos. O director-geral da Organização acusou os governos de colocarem em perigo a saúde das populações ao cortarem nas despesas de saúde para obterem reduções orçamentais.

Feira do Livro abre no Porto e adia em Lisboa

A tradicional Feira do Livro, que este ano, em Lisboa, mudou de lugar mais uma vez na sua história, deslocando-se do Parque Eduardo VII para a Rua Augusta e Terreiro do Paço, foi adiada por causa do mau tempo que se abateu sobre a capital. Marcada para a passada sexta-feira, verá a luz do dia amanhã, uma semana depois, e ficará à disposição do público até 16 de Junho.

Identica sorte não sofreu a sua congénere do Porto, que foi inaugurada a tempo e horas no Pavilhão Rosa Mota, com a presença de Jorge Sampaio. O Presidente da República teve ainda a oportunidade de visitar em Matosinhos uma exposição de arquitectura de Siza Vieira e de entregar prémios a dois escritores: Eduardo Prado Coelho e Óscar Lopes, o primeiro contemplado com o grande Prémio de Literatura Biográfica, o segundo recebendo o Prémio Vida Literária. Ambos os galardões foram atribuídos pela Associação Portuguesa de Escritores, encontrando-se presente o Presidente da instituição, o escritor José Manuel Mendes.

FRASES

"O PSD pôs o PS de cócoras."

(Carlos Carvalhas - «A Capital», 17.05.96)

"A aliança com o PP funciona como reserva estratégica para o PS: quando está embrulhado, vai ao armário, saca do dr. Monteiro, apaparica-o e tem muleta!"

(João Amaral - «TSF», 20.05.96)

"Gostaríamos de estar ausentes, estando presentes fisicamente, ou seja, quando pedirem para nós votarmos, nós não nos levantamos, é como se cá não estivéssemos... estando."

(Vereadores socialistas durante uma reunião da Assembleia Municipal de Beja em que se discutia a regionalização, citados em «Público», 16.05.96)

"Se quiserem ficar no sofá, é mais cómodo, é com vocês."

(Presidente da Assembleia, citado em «Público», 16.05.96)

"Até agora, as pessoas dão a cara e expõem-se. Esta medida (a «lei das barricadas») pode vir a ter um efeito oposto, porque as pessoas vão-se adaptando às circunstâncias. Não se pode ir cortando as formas de protesto de tal forma, pois é assim que surgem situações mais graves e não controláveis."

(António Cluny, Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público - «Expresso», 18.05.96)

"(ao abrigo da lei da flexibilização e polivalência), com a mesma despesa em mão-de-obra, (o empregador) garante uma maior produtividade, gerindo a intensidade do trabalho dos trabalhadores da empresa."

(Jorge Leite, especialista em Direito do Trabalho - «Público», 16.05.96)

"O aumento da intensidade do trabalho, fazendo variar o tempo de disponibilidade do trabalhador, vai ter consequências sociais. Aumenta o risco de acidentes e de agressão à saúde dos trabalhadores e desestabiliza a vida familiar e social das pessoas."

(idem)

"O direito do trabalho está a tornar-se cada vez mais o direito da organização da economia. Há uma certa empresarialização do direito do trabalho e, no caso, a lei em análise, a ser aprovada tal como é proposta, resultará numa clara regressão social."

(idem)

"Esta não é a lei das 40 horas, é a lei das 50."

(Octácio Teixeira, na AR, citado em «Expresso», 18.05.96)

"Uma suprema ofensa ao mundo do trabalho, um ultraje aos cidadãos, uma gargalhada na vontade de mudança, uma injúria ao exercício da política."

(Odete Santos, na AR, citada em «Expresso», 18.05.96)

"Sou uma baronesa trabalhadora."

(Maria José Nogueira Pinto - «A Capital», 15.05.96)

"(...) para quatro canais de televisão, por junto conseguimos detectar o debate do "crossfire" da SIC com a participação de Jorge Lacão (PS) e Paulo Portas (PSD) e um debate no programa "A Semana ao Sábado" da RTP/2 com a participação de um deputado do PS, de outro do PSD, de um autarca (eleito pelo PS) e um empresário."

(Vítor Dias, "Mistérios de Maio - «Semanário», 18.05.96)

"Está assim ao alcance de todos decifrar o mistério de um pluralismo que se limita ao PS, ao PSD e ao PP com exclusão do PCP que foi quem primeiro apresentou projectos próprios sobre a regionalização."

(idem)

NACIONAL

Flexibilização e polivalência aprovadas com os votos contra do PCP

"Não nos renderemos. A luta continua!" Inscritas a vermelho no fundo branco do pano, erguido logo que foi conhecido o resultado da votação, as palavras reflectiam o sentimento reinante entre as centenas de cidadãos que enchiam as galerias reservadas ao público. Simbólico, neste gesto de protesto e inconformismo, o sinal claro de quem não dá o assunto por arrumado e muito menos está disposto a baixar os braços.

Momento em que os deputados comunistas e do PEV votam contra a proposta de lei

Foi na última sexta-feira, momentos depois de PS e CDS/PP, com a abstenção do PSD, terem selado com o seu voto o apoio a uma proposta de lei que Octávio Teixeira não hesitara no decorrer do debate em definir com a "lei do maior retrocesso social depois do 25 de Abril".

Nem mesmo um tal epíteto, porém, parece ter incomodado o PS. Demonstrou-o, desde logo, na completa indiferença e insensibilidade que revelou quanto aos resultados da consulta pública a que foi sujeita a proposta de lei, escamoteando o rotundo não inequivocamente expresso por 1650 organizações sindicais (só a UGT e um sindicato assumiram posição diversa). Mas também no debate foi visível a mesma obstinada cegueira em levar por diante a defesa de uma proposta que "restabelece o direito de usar e abusar dos trabalhadores", consagrando de novo no texto legal, como assinalou Odete Santos, a "mercantilização da prestação de trabalho".

E não colheu nenhum dos argumentos aduzidos pela ministra, numa derradeira tentativa de camuflar a cedência do Governo ao grande patronato, quanto aos alegados méritos da proposta. A verdade é que não fez a demonstração de como é que o por si designado "regime moderado de adaptabilidade na gestão do tempo de trabalho" se traduz num qualquer benefício para o trabalhador e muito menos em que é isso poderá representar "subida do salário real e defesa do emprego".

Ao contrário, como tratou de comprovar Odete Santos, a proposta de lei "consagrando a óptica patronal no conceito de tempo de trabalho" torna possível horários semanais de 50, 48 e 45 horas, seis meses após a sua entrada em vigor e durante um ano, garantindo, a partir dessa altura, a possibilidade de 48, 46 e 45 horas.

"Quem se apresentou ao povo português tendo como lema a razão e o coração, que contas prestará na apresentação de uma proposta que priva as famílias do convívio, que subtrai tempos de lazer aos trabalhadores, que rouba aos filhos momentos de convívio com os pais?", perguntou Odete Santos, para quem o diploma "é a negação da liberdade sindical, do direito à contratação colectiva".

Não menos duras foram ainda as críticas da bancada comunista aos aspectos na proposta relativos à polivalência. Octávio Teixeira chamou-lhe a "lei do trabalhador pau para toda a obra", expressão de que a ministra não gostou, mas que fideliza a situação, se se atender, como fez notar Odete Santos, que com a alteração introduzida pelo Governo "o trabalhador fica sem protecção relativamente ao abuso de quem dispõe da sua força de trabalho", isto é, passa a "fazer tudo o que tiver afinidade e relação funcional com a sua categoria".

Ora isto nada tem a ver - foi ainda a deputada do PCP a lembrá-lo - com a "polivalência decorrente de alterações havidas nas categorias profissionais, resultado de modificações tecnológicas", uma vez que, onde essas modificações ocorreram, a própria "contratação colectiva já acolheu nalguns casos essas alterações".

As galerias são do povo

Foi com um misto de surpresa e preocupação que a Câmara recebeu as palavras do Presidente da Assembleia da República admitindo como necessária a imposição de restrições no acesso às galerias reservadas ao público. A, no mínimo, infeliz declaração de Almeida Santos foi proferida logo após a evacuação dos cidadãos que assistiram ao debate, na sua maioria sindicalistas, e que entenderam na sequência da votação lavrar o seu protesto pela aprovação da proposta de lei, expressando em palavras de ordem a sua determinação em prosseguir a luta contra o que classificam de grave atentado aos seus direitos.

Face ao que se passou, ficámos a saber, concretamente, quais os parâmetros que balizam a tolerância da segunda figura na hierarquia do Estado - sendo que neste caso, de acordo com o que foi dito, tal tolerância terá atingido o limite -, perante um gesto colectivo de descontentamento que, do seu ponto de vista, não teve qualquer outro leitura que não fosse a de ter "prestado mais um mau serviço à democracia".

Octávio Teixeira pegou no mote e responder-lhe-ia à letra ao concordar que efectivamente se tinha prestado um "mau serviço à democracia", não pelos motivos apontados, mas "com a aprovação da proposta de lei da flexibilidade e da polivalência".

Momentos antes, porém, já o líder da bancada socialista, Jorge Lacão, manifestara com fogosidade a sua total concordância com a ideia avançada por Almeida Santos, enfatizando a "inteira solidariedade" do seu grupo "para que tudo seja feito para defender o prestígio da Assembleia da República".

Mais tarde, Jorge Lacão acabaria, por emendar a mão, quando percebeu que todas as restantes formações parlamentares rejeitaram frontalmente qualquer iniciativa tendente a cercear de alguma maneira o direito dos cidadãos a ocuparem os lugares que lhes estão reservados nas galerias do Parlamento.

Sem resposta não passou também a insinuação lançada pelo presidente do grupo socialista, quando convidou os restantes líderes parlamentares a acompanharem-no "na indignação", advertindo, dirigindo-se directamente à bancada comunista, que se esta o não fizesse, então, estaria provada a sua "activa cumplicidade" com o protesto das galerias.

Octávio Teixeira, serenamente, recordou que sempre a sua bancada pugnou pelo prestígio da Assembleia da República, pelo que nesta matéria não havia que "demonstrar nada". "Falaram em cumplicidades. Pois se há cumplicidades, elas são da PS com a CIP e com grande patronato", rematou o líder parlamentar comunista.

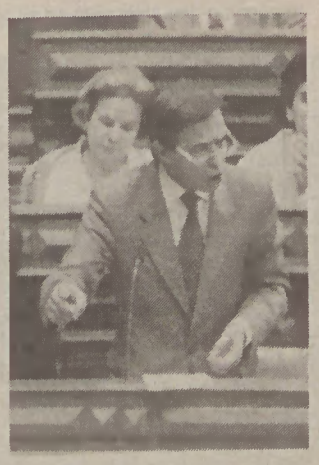
Marques Mendes, por sua vez, deixou igualmente clara a posição da bancada do PSD de "não acompanhar qualquer atitude de fechar as galerias", enquanto o seu companheiro de bancada, Luis Filipe Menezes, tratou de lembrar episódios anteriores em que a postura do PS foi distinta, acusando-o por isso de um monumental exercício de hipocrisia.

Idêntica opinião teve ainda a bancada do PP ao defender, pela voz de Nuno Abecasis, que todos os cidadãos têm o direito de assistir aos trabalhos do lugar que lhes está reservado, considerando, por outro lado, que a dignidade do Parlamento depende acima de tudo de quem está nas bancadas e não nas galerias.

Octávio Teixeira em declarações ao "Avante!"

O maior retrocesso social depois do 25 de Abril

"Esta não é a Lei das 40 horas. A lei das 40 horas de trabalho semanal foi chumbada pelo PS em Janeiro passado quando votou contra o projecto de lei do PCP. Esta é a lei das 50 e das 48 horas. Esta é a lei do trabalhador "pau para toda a obra", é a lei que põe em causa a estabilidade da vida familiar dos trabalhadores, esta é a lei do maior retrocesso social depois do 25 de Abril". Interpelado pelo "Avante!", no final do debate, foram estas as primeiras palavras de Octávio Teixeira num breve comentário à aprovação pela Assembleia da República da contestada proposta de lei de flexibilização de horários e polivalência de funcões.



Para o líder parlamentar comunista, "se esta lei cumpre algum compromisso eleitoral, como disse a Ministra, é certamente um compromisso assumido pelo PS perante a CIP e o grande patronato".

Referindo-se seguidamente aos resultados da consulta pública a que foi sujeita a proposta de lei (contra a proposta de lei pronunciaram-se 1652 organizações sindicais e representativas de trabalhadores e onze abaixo-assinados com mais de 20 mil de assinaturas, dos quais apenas se pronunciaram favoravelmente a UGT e um seu sindicato) , o presidente do Grupo comunista referiu que eles "são concludentes e não deixam margem para dúvidas a ninguém que seja minimamente sério", acrescentando que "o mínimo que se pode dizer é que nem os próprios sindicatos e e muito menos os trabalhadores filiados na UGT tiveram a coragem de defender esta proposta de lei do Governo e da CIP".

"Com esta proposta de lei - prosseguiu - o PS assina uma política que degrada o mundo do trabalho e o estatuto dos trabalhadores, defende uma política de retrocesso social e torna-se voluntariamente o arauto da ideia retrógrada e que há muito julgávamos morta e enterrada de que o empresário é dono dos trabalhadores.

Lembradas por Octávio Teixeira foram ainda as afirmações do presidente da CIP e do seu vice-presidente e dirigente do CDS/PP, segundo as quais o patronato obtém aquilo que não conseguiu com os governos de Cavaco Silva. "Segundo estes altos signatários do grande capital e do CDS/PP em 1990 - sublinhou -, com o governo do PSD e de Cavaco Silva «o lado empresarial estava numa posição extraordinariamente fraca para negociar contrapartidas com os sindicatos para a redução do horário de trabalho»".

"Com o governo do PS, a CIP e o grande patronato já se sentem «extraordinariamente fortes» para atentarem contra os direitos dos trabalhadores", concluiu Octávio Teixeira, antes de deixar uma interrogação: "É isto um Partido Socialista ? É isto um partido que se diz de esquerda?"

"Não foi para isto que os trabalhadores votaram em 1 de Outubro", concluiu o presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

NACIONAL

CGTP renovou apelo à direcção do PS

Ainda é possível corrigir

Os dirigentes socialistas afirmam-se dispostos a continuar o «diálogo», mas vão prevenindo que, quanto à lei da flexibilidade e da polivalência, o debate na especialidade não deverá ultrapassar os limites definidos no acordo de concertação social de curto prazo, apesar do repúdio manifestado, nomeadamente durante a discussão pública da proposta de lei.

A central sindical vai prosseguir os contactos e continuar a reclamar que o trabalho dos deputados em comissão reflicta a profunda preocupação que suscita na sociedade portuguesa o diploma aprovado na generalidade no dia 17. No Congresso, que começa dia 31, deverão ser anunciadas novas acções em defesa dos direitos ameaçados.

O prosseguimento da luta dos trabalhadores contra a imposição da flexibilidade e da polivalência vai estar em foco no Congresso da CGTP, a 31 de Maio e 1 de Junho

Delegações da CGTP-IN e do Partido Socialista reuniram segunda-feira, na sede socialista no Largo do Rato, no primeiro dia útil após a votação de sexta-feira. A reunião, de acordo com as declarações prestadas aos jornalistas no final da reunião, já estava agendada há algum tempo, mas a «lei das 50 horas» foi um tema de especial actualidade.

Manuel Carvalho da Silva informou que os dirigentes da CGTP tiveram ali oportunidade para falar de «vários temas, em primeiro lugar as questões do emprego e desemprego e, relacionado com isso, a discussão sobre o conteúdo da proposta de lei relativa à polivalência e à flexibilidade».

À direcção do partido do Governo, os sindicalistas deixaram «uma mensagem» para o debate desta lei na especialidade: há que «ter em conta a expressão do repúdio dos trabalhadores», há que «fazer correcções ao seu conteúdo e isso é possível», há que, «no fundo, transportar para a acção dos deputados a apreensão que há na sociedade portuguesa e que tem sido manifestada, não só pela CGTP, mas por outras organizações, e que é visível inclusivamente nas próprias declarações da ministra do Emprego, apreensiva quanto aos possíveis abusos, e do secretário de Estado, que a considerou uma lei indesejável».

Carvalho da Silva respondeu «não sabemos», quando questionado sobre se o PS está disposto a *fazer marcha-atrás* neste processo. E adiantou que «esperamos discutir mais especificamente, muito em breve, com o Grupo Parlamentar» socialista, pois «esta foi uma reunião de levantamento de questões e de reflexão sobre os problemas».

«Deixámos alertas, deixámos argumentação, vamos desenvolvê-la mais nos próximos dias, junto do grupo parlamentar do PS e dos restantes grupos, como junto da Comissão de Trabalho da AR. Mas pensamos que **é preciso tomar medidas, não pode aceitar-se a imperatividade e a violência desta proposta de lei.** Há muita coisa a esclarecer, e é bom que seja esclarecido enquanto é tempo» - sublinhou o coordenador da CGTP.

Entre outros temas «de grande actualidade» abordados com a direcção do PS, Carvalho da Silva apontou «a Segurança Social, a fiscalidade, a sinistralidade no trabalho e os problemas do emprego», referindo que sobre eles «fizemos reflexão e procurámos deixar espaços de trabalho para o futuro».

Que mais será preciso?

Alguns minutos depois da delegação da CGTP ter deixado a sede do PS pela segunda vez (da primeira, os assessores de imprensa esqueceram-se de avisar... a imprensa, mas o lapso foi corrigido a tempo de os sindicalistas poderem regressar e prestar declarações), o dirigente socialista Jorge Lacão disponibilizou-se para falar sobre a reunião.

De acordo com o presidente do Grupo Parlamentar do PS, este foi «*um contacto no quadro de muitos contactos do PS, neste caso com os parceiros sociais e com vista a apreciar em conjunto aspectos que são sensíveis, neste caso ao mundo laboral. A CGTP apresentou-nos as suas preocupações, sobretudo sobre os problemas do emprego, e nós tivemos ocasião de referir que os problemas do emprego são uma das preocupações também do Partido Socialista e que consideramos que é necessário encarar o problema do emprego na perspectiva da modernização do nosso sistema produtivo e da competitividade que as empresas devem ter. Por isso nos empenhámos em que a redução do horário de trabalho fosse feita na perspectiva da redução para as 40 horas, também na defesa da competitividade das empresas e com salvaguarda dos aspectos essenciais dos direitos dos trabalhadores. A este propósito, o Grupo Parlamentar do PS terá ocasião, amanhã ou depois, de voltar a ter um encontro com uma representação da CGTP e podemos apreciar os aspectos legislativos que estão em curso*».

Que mais será preciso para a direcção socialista admitir que esta não é a lei das 40 horas, mas a lei que, a ser aplicada, vai permitir que a semana normal de trabalho chegue às 50 horas, que um trabalhador seja obrigado a aceitar tarefas que extravasam a sua profissão e que sejam anuladas condições mais favoráveis de efectiva redução de horários, já conseguidas na contratação colectiva?

Talvez tanto tempo, como aquele que o partido autor da lei dos contratos a prazo demorou a admitir o grave problema do alastramento do emprego precário...

■ DM

Declarações

Que matérias admite o PS alterar na especialidade?

«O diploma que está em apreciação na AR resultou de um esforço muito significativo dos parceiros sociais no quadro da Concertação Social, que teve a adesão do Governo e que teve depois a sua concretização na proposta de lei. Os trabalhos de especialidade respeitarão aquilo que é esse acordo de concertação social estabelecido e, de alguma maneira, não podemos deixar de lamentar que a CGTP não tenha podido aderir aos termos desse acordo.

Mas, para além disto, procuraremos na especialidade ter uma avaliação detalhada dos aspectos da proposta em causa.»

(Jorge Lacão)

O que ainda poderá mudar na proposta de lei, depois desta reunião?

«Não queremos adiantar posições. Digo-vos apenas que temos argumentos muito fortes e que não são exprimidos apenas pela CGTP.

A aprovação da lei na generalidade não corresponde à manifestação dos trabalhadores acerca de qual é a sua opinião. Ao abrigo da Constituição, os trabalhadores têm direito a pronunciar-se e os pareceres que a AR recebeu são pareceres que condenam a proposta de lei. A persistência do Grupo Parlamentar maioritário em submeter-se ao conteúdo de um acordo de concertação, pretensamente consensual, é uma posição falsa, que coloca a própria AR e os partidos em má situação.»

(Carvalho da Silva)

Chegaram ao conhecimento do PS posições favoráveis, para além dos pareceres que são conhecidos? O acordo de concertação vale mais do que a discussão pública?

«Mas o acordo de concertação foi, em si mesmo, uma discussão muito significativa entre representações do sistema político português. Evidentemente, houve aspectos que tiveram a sua controvérsia e que chegaram ao nosso conhecimento e que não deixaremos de ponderar.»

(Jorge Lacão)

Como qualifica o comportamento da UGT neste processo?

«É pura e simplesmente inqualificável. Neste momento, é a única posição que faz confluência com o patronato, porque até afirmações de membros do Governo são de mais apreensão sobre esta proposta.»

(Carvalho da Silva)

Sob que formas vai prosseguir a luta?

«Estamos a intervir e a luta vai continuar todos os dias. Na semana passada houve movimentações importantíssimas, muitas empresas onde os trabalhadores fizeram greve defendendo direitos concretos que estão atingidos pela aplicação por parte do patronato de conteúdos antecipados desta proposta de lei. Para a semana temos o nosso congresso e aí anunciaremos algumas medidas em concreto quanto a conteúdos e formas de intervir dos sindicatos.»

(Manuel Carvalho da Silva)

TRABALHADORES

Jornada de luta da CGTP

O repúdio veio para as ruas

Milhares de trabalhadores trouxeram para as ruas a condenação da proposta de lei sobre flexibilidade e polivalência, claramente expressa anteriormente em plenários e reuniões, que aprovaram mais de 1600 pareceres condenando a iniciativa legislativa do Governo.

No seguimento de outras acções desencadeadas a nível nacional desde que se tornaram conhecidas as intenções do Governo, respondendo a velhas reivindicações do patronato e contando com o apoio da UGT, a Intersindical Nacional levou a cabo na passada quinta-feira, véspera da votação no parlamento, uma jornada que teve especial repercussão em Lisboa (nas fotos).

Trabalhadores e sindicalistas deste distrito concentraram-se cerca das 16 horas (mais ou menos na altura em que o sol venceu a forte chuvada que caía desde manhã sobre a capital) na Praça do Marquês de Pombal, deslocando-se de outros pontos de reunião. Daqui partiram em desfile até à Assembleia da República. Para o parlamento seguiram também as muitas centenas de trabalhadores do distrito de Setúbal, que se concentraram no Cais do Sodré.

Realizaram-se ainda concentrações e manifestações no Porto, em Braga e outras localidades. Também no âmbito da jornada de luta da CGTP tiveram lugar plenários de empresa e greves em alguns sectores.

Carris

A greve de dia 16, na Carris, pelo direito à contratação colectiva e contra a proposta de lei do Governo sobre a flexibilidade e a polivalência, «teve índices de adesão na ordem dos 80 por cento nos sectores fixos e ultrapassou os 30 por cento no tráfego», informou a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos.

«Numa ofensiva concertada e sem precedentes nos últimos anos, sindicatos da UGT e conselho de administração agiram visando pôr em causa o êxito da luta. Os primeiros mentindo, caluniando e substituindo trabalhadores em luta por associados seus. Os segundos alterando o início do período de trabalho de trabalhadores que sabiam ir aderir à luta para horários posteriores aos da greve e colocando, durante toda a noite, nas estações chefias de diversos níveis, incluindo directores, como forma de pressão», acusa em nota à imprensa, a Festru/CGTP-IN.

Renault

Depois de ver claramente rejeitada pelo pessoal a sua tentativa de aplicar os princípios da flexibilidade dos horários, a direcção da fábrica da Renault em Cacia não se conformou e «está a exercer diversas pressões visando dividir e amedrontar os trabalhadores» - denunciou na semana passada o sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Aveiro e Viseu.

Recentemente, os responsáveis da fábrica expressaram a intenção de que, neste primeiro semestre de 1996, se trabalhasse mais 10 dias (incluindo aqui sábados, feriados e dias de férias) sem pagamento extra, a troco de dias de férias, a gozar no próximo ano, em datas a definir pela direcção da Renault/Cacia.

Com as actuais manobras, a entidade patronal cria «um clima de tensão social insustentável», acusa o sindicato, que responsabiliza a direcção da fábrica «pelas consequências que esta situação poderá provocar».

Greve nos supermercados

Trabalhadores dos super e hipermercados estiveram em greve na quinta-feira, dia 16, em luta por melhores salários e contra a proposta de lei da polivalência e da flexibilidade.

Manuel Feliciano, da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, em declarações à Agência Lusa, apontou os objectivos desta greve de 24 horas. À cabeça, surge a exigência de que seja desbloqueado o impasse verificado com as negociações do contrato colectivo de trabalho para o sector em sede de conciliação no Ministério para a Qualificação e Emprego.

Segundo o sindicalista, já existe um acordo de princípio com a associação patronal das Empresas de Distribuição (APED) para duas das três tabelas de salários aplicadas consoante os distritos; mas a federação não aceita o aumento de cerca de quatro por cento proposto pelo patronato para a tabela A. Esta tabela é aplicada nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto.

A paralisação foi marcada para quinta-feira para coincidir com a jornada da CGTP e visa igualmente lutar contra a imposição, por via legal, da polivalência de funções e da flexibilidade dos horários de trabalho.

Manuel Feliciano referiu que há dois meses que não existem negociações directas com a APED e disse esperar que, depois da greve, a atitude do patronato na próxima reunião em sede de conciliação, marcada para anteontem, fosse diferente.

Trabalhadoras dos super e hipermercados na acção da CGTP em Lisboa

«Simpatia não basta»

STAL exige soluções

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local acusou segunda-feira o Governo de «não passar da simpatia» na análise dos problemas que afectam os funcionários da administração local.

Um dirigente sindical exprimiu esta apreciação após o plenário de representantes do STAL, no final de uma marcha até ao Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, onde dirigentes sindicais foram recebidos e entregaram ao chefe de gabinete do ministro uma resolução aprovada no plenário.

«As mutações nos serviços municipais, a ausência de quadro legal em alguns postos (da administração local) e a regulamentação de carreiras foram, entre outros, alguns dos aspectos analisados», disse Francisco Moreira à Agência Lusa.

«É uma situação que tem vindo a agravar-se de dia para dia, de mês para mês. O Governo mostra um ar muito simpático mas depois não resolve rigorosamente nada», acusou o sindicalista.

«Estamos obviamente preocupados com o agravar sistemático das condições de vida e de actividade dos trabalhadores do STAL e a passividade demonstrada pelo Ministério só acentua a perspectiva pessimista que temos sobre a resolução dos principais problemas com que nos deparamos», explicitou.

A delegação encabeçou um grupo de cerca de 400 dirigentes e delegados de todo o país que chegaram ao Ministério, a pé, após um desfile da Rua Castilho ao Terreiro do Paço.

Na resolução do plenário nacional de dirigentes, delegados e activistas do STAL é expressa a decisão de propor à Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública a realização de uma jornada nacional de luta de todo o sector, no dia **5 de Junho**, admitindo desde já outras formas de luta durante o próximo mês.

TRABALHADORES

Federação da Função Pública reclama competências e meios para o Instituto Florestal

Combate aos fogos florestais é «evolução na continuidade»

«Com mais um milhão e setecentos mil contos, o actual Governo prepara-se para evoluir na continuidade... do executivo anterior, no que toca à protecção da floresta e à prevenção dos fogos florestais» - alertou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Em conferência de imprensa, a FNSFP sublinhou que nas declarações oficiais surge «de novo, apenas e só a dotação orçamental cativada para aquilo que, pomposamente, o secretário de Estado da Administração Interna classificou de prevenção», pois os princípios em que assenta esta política «não são novos e já provaram suficientemente como um rotundo falhanço».

Falta uma política

Enquanto «continua por definir uma política coerente e concertada de atempada prevenção dos fogos florestais e a atribuição de competências de coordenação, nesta campo, apenas e só a um único organismo vocacionado para a protecção e fomento da floresta», as medidas divulgadas pelo Governo «pecam por serem avulsas e terem unicamente um efeito propagandístico junto da opinião pública».

A federação admite que, dessas medidas, «algumas poderiam ter valor, se englobadas num plano mais vasto de prevenção dos fogos florestais, plano este necessariamente dependente das orientações a definir por uma futura Lei de Bases da Floresta». Mas, da forma como foram anunciadas, «nem vingam pela inovação».

O *Programa de Limpeza das Matas* «está significativamente atrasado e corre o risco de ser ultrapassado pela *limpeza* que o fogo provoca», denuncia-se no documento divulgado à imprensa dia 10. «Além disso, constitui em si apenas uma forma de aliviar a pressão da crise de desemprego».

«Sem desprimor para as autarquias locais, que em muito têm substituído o poder central em matéria de fogos florestais», a FNSFP interroga se «estão estas vocacionadas para dirigir os trabalhos de limpeza e conservação das matas» e se possuem «os técnicos e profissionais especializados que orientem este tipo de trabalhos».

Novamente sob a forma de interrogação, aponta uma alternativa: «Não seria mais fácil e eficaz **reintegrar no Instituto Florestal as centenas de trabalhadores rurais e serventes florestais disponibilizados pelo anterior Governo, e pô-los a exercer as tarefas que sempre exerceram nas matas e florestas** nacionais?»

A federação da Função Pública pergunta também «por que razão este Governo ainda não tomou medidas que visem **o preenchimento total do quadro de guardas-florestais, com quase 25 por cento de vagas**», frisando que «estes são os agentes mais indicados para ocupar, na justa acepção da palavra, a floresta portuguesa».

A insistência na ideia de planear exercícios militares permanentes na floresta é rechaçada pela FNSFP com o facto conhecido de que as despesas com manutenção das Forças Armadas «foram reduzidas em 30 por cento», pelo que «o treino fica significativamente limitado».

Na conferência de imprensa foi revelado que jipes adquiridos em 1995 pelo Instituto Florestal «não foram entregues para trabalho no campo, servindo exclusivamente para transportes de chefes de zona florestal».

Recusando «a ideia de que compete ao Ministério da Administração Interna o protagonismo deste importante vertente da acção do Estado», a federação da Função Pública reafirma que ao Instituto Florestal devem ser atribuídos, «em exclusivo, as competências e os meios de prevenção dos fogos florestais».

Os fogos que devastam milhares de hectares de floresta não podem ser evitados com medidas que têm sobretudo efeito mediático (foto de arquivo)

«Pano de Alcobaça» ameaçado

A Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça está ameaçada pelos efeitos da política de direita e pela incompetência, denunciou no fim-de-semana a comissão concelhia do PCP.

Numa nota distribuída no sábado, recorda-se que «há séculos que o *pano de Alcobaça* é conhecido»: «Começou a ser referido em português no século XVI, por Gil Vicente» e «a história deste sector fabril confunde-se com a própria história de Alcobaça», só sendo interrompida a produção de tecidos com as invasões francesas.

Agora, «corre o sério perigo de se extinguir», uma vez que, depois de ter reduzido o quadro de pessoal de 460 para 160 trabalhadores, com a justificação de rentabilizar a fábrica, está em marcha uma tentativa de despedimento e liquidação de postos de trabalho, cuja responsabilidade o PCP atribui à administração da Crisal, ligada ao BCP.

«Perante esta ameaça para os postos de trabalho e para a própria identidade histórico-cultural da cidade de Alcobaça, o executivo da comissão concelhia de Alcobaça do PCP protesta contra a ruinosa política de direita e apela aos trabalhadores para que, mais uma vez, lutem pelos seus postos de trabalho e pela manutenção da fábrica em actividade, luta essa que contará, por certo, com a simpatia e o apoio dos alcobacenses progressistas» - afirma-se na nota enviada à nossa redacção.

A gravidade das consequências do pretendido despedimento é sublinhada pelos comunistas com os números do crescimento do desemprego no concelho: **o número de desempregados subiu 22 por cento**, de Março de 1995 a Março de 1996, registando-se no mesmo período um aumento de 58 por cento no número de trabalhadores à procura do primeiro emprego. Se se concretizasse o despedimento na Fiação e Tecidos, «a situação tornar-se-ia particularmente grave», «sem que a agricultura familiar, também em crise, possa evitar que esta avalanche de desempregados tenha sérios problemas de subsistência».

Ao mesmo tempo que lamentam o facto de os órgãos do poder local, nomeadamente a Câmara Municipal, «nada» fazerem contra este estado de coisas e não tomarem «posições públicas em defesa dos interesses ameaçados da cidade, do concelho e das populações que os elegeram», os comunistas de Alcobaça expressam o seu apoio «às acções de resistência e luta empreendidas pelos trabalhadores» e exigem que o Governo «assuma as suas responsabilidades e interprete o sentido de voto das eleições de Outubro».

Professores da Zona Sul pela autonomia das escolas

No 2º Congresso do Sindicato dos Professores da Zona Sul, que decorreu durante os dias 16 e 17 de Maio em Serpa com a participação de 400 docentes dos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro, foi defendido o reforço da autonomia das escolas e a regionalização como meio para a descentralização do sistema educativo.

O secretário-geral da Federação Nacional de Professores, ao intervir na sessão de encerramento, deixou um aviso ao Ministério da Educação: «Os professores vão, ainda este ano lectivo, dar uma resposta inequívoca sobre o que querem que seja a futura direcção e gestão das escolas e no sentido da suspensão da atribuição dos créditos para progressão nas carreiras», afirmou Paulo Sucena, citado pela Lusa.

Paulo Sucena falou da «inquietação dos professores quanto à situação educativa», tendo admitido manifestações públicas, como abaixo-assinados e aprovação de moções, sem excluir a tomada de posições mais radicais.

Experiência falhada

Em moção aprovada por unanimidade, os participantes no Congresso pediram a imediata suspensão do modelo de direcção e gestão em experiência. Entendem que este «não respeita os princípios considerados fundamentais para a vida democrática da Escola e a autonomia dos professores».

O modelo - em experiência em 15 escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário do Alentejo e Algarve - traduz-se na «subalternização do Conselho Pedagógico relativamente ao Director executivo, na perda de autonomia dos estabelecimentos de ensino e em mais obstáculos à participação dos pais e outros intervenientes no processo educativo».

Por outro lado, os professores proclamaram «a importância da regionalização como condição potenciadora da autonomia das escolas». As regiões administrativas permitirão que «a descentralização do sistema educativo se torne uma realidade, eliminando toda a estrutura burocrática e centralizadora corporizada hoje nas direcções regionais, meras estruturas de controlo das escolas e dos professores».

Os docentes da Zona Sul reclamam, também, a «urgente dignificação da profissão, mediante resultados concretos das negociações em curso com o Ministério da Educação». As negociações deverão garantir - defendem na moção - uma estrutura de carreira adaptada à especificidade da função docente, condições de estabilidade de emprego e adaptação dos quadros às reais necessidades da escola, uma formação inicial prestigiante e uma formação contínua desburocratizada e motivadora.

A reforma educativa deve propiciar a autonomia das escolas com uma «direcção/gestão democrática, participada e subordinada a critérios pedagógicos» e a implementação de currículos conducentes à «formação global do indivíduo».

Os professores manifestam-se preocupados com a situação da educação e os problemas que afectam docentes e alunos dos vários graus de ensino (foto de arquivo)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Erradicação de barracas

Viabilizar o realojamento defender os municípios

A Assembleia da República apreciou as iniciativas em curso de realojamento das famílias abrangidas pelo Programa de Erradicação de Barracas, aprovando, na generalidade, os diplomas do PCP e do Governo que alteram o decreto-lei que instituiu há três anos aquele Programa.

Para o Grupo comunista trata-se sobretudo de introduzir as correcções que garantam a viabilidade do programa de realojamento (em aplicação através dos Acordos de Colaboração e dos Acordos de Adesão ao PER), assegurando as condições e meios que garantam simultaneamente os interesses dos municípios. Em sintonia com o essencial destes objectivos (embora aquém do que seria desejável em matéria da sua responsabilização financeira) está o Governo que, compartilhando igualmente do propósito de flexibilizar e simplificar procedimentos, anunciou pela voz do ministro João Cravinho a intenção de investir já este ano 19 milhões de contos no PER, especialmente destinado às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Na origem das iniciativas legislativas agora aprovadas estão, designadamente, as fragilidades e insuficiências do regime que tem estado em vigor, o qual, como a vida veio a demonstrar, privilegiou à partida muito mais a busca do impacto mediático e da obtenção de efeitos políticos do que propriamente, como assinalou o deputado comunista Luís Sá, a "solidez das soluções" e a "capacidade de enfrentar efectivamente os problemas".

Movido pelo desejo de "ficar com os louros e com a propaganda", com efeito, o Governo do PSD proclamou o plano de extinção das barracas, passando todavia para as autarquias a responsabilidade de cumprir uma grossa fatia desse objectivo e de promover a habitação social.

Constituiu a parte essencial de "uma estratégia global, traduzida em «descentralizar» encargos e centralizar recursos financeiros", lembrou Luís Sá, antes de chamar a atenção para a circunstância de muitas autarquias terem celebrado os Acordos de Adesão ao PER no pressuposto então anunciado de que viriam a usufruir de condições financeiras e técnicas que não se constituiriam em novos e avultados encargos para os municípios.

Não foi exactamente isto que aconteceu, como é sabido, e o resultado da disponibilidade evidenciada pelas autarquias no sentido do realojamento condigno de milhares de famílias acabou por reflectir-se - foi Luís Sá a chamar a atenção para o facto -, "em enormes custos financeiros que, em não poucos casos, poderão conduzir à asfixia de diversos municípios e a pôr em causa os próprios Acordos de Adesão que dão corpo ao PER".

Obviar a que tal aconteça é, pois, um dos objectivos que preside à elaboração do projecto do PCP, onde, entre outas medidas, está previsto libertar os municípios do investimento directo a que são forçados pela Lei em vigor, bem como as limitações actualmente impostas à sua capacidade de endividamento.

Conscientes que o programa de realojamento em curso, só por si, não constitui uma "solução global para os problemas de habitação das famílias de menores recursos" (importa não esquecer os problemas dos milhares de sem abrigo, e, bem assim, das famílias a viverem em habitações degradadas), os deputados comunistas definem igualmente no seu projecto medidas de flexibilização e simplificação de procedimentos, prevendo, noutro plano, apoios efectivos à criação de equipamento social que garantam uma melhor integração e obstem a que as áreas de realojamento não se transformem em guetos.

Realce ainda para as medidas que responsabilizem a Segurança Social pelo "pagamento do diferencial entre o preço técnico e a renda apoiada" (de modo a libertar os promotores da construção social de suportarem o encargos de «subsidiar as rendas»), merecendo igual destaque a disposição no articulado do projecto do PCP que equipara, nas condições de financiamento, os Acordos de Colaboração (estabelecidos no D.L. 226/87) com os Acordos de Adesão estabelecidos nos termos do PER.

O PP e as reformas dos políticos

Piruetas evidenciam populismo sem escrúpulos

Acabar ou não com alguns injustificados privilégios dos detentores de cargos políticos, no caso vertente as suas reformas ao fim de 12 anos de exercício de funções, foi a questão que animou o debate parlamentar de uma das sessões da semana anterior. A iniciativa partiu do CDS/PP, em forma de projecto de lei, mas cedo na discussão ficou debilitada a sua posição, não lhe sendo reconhecida credibilidade nem seriedade por qualquer das restantes forças políticas com assento parlamentar.

Por motivos diferentes, bem entendido, na medida em que se o problema na óptica do PS reside na metodologia adoptada - "se o propósito do PP fosse sério teríamos de discutir o estatuto do deputado", disse Strecht Ribeiro - e para o PSD a questão está no carácter "avulso" da iniciativa, segundo Teresa Gouveia, já para o PCP o fundamental assenta na falta de seriedade e incoerência de posições do CDS/PP que "pretende apresentar-se a si próprio como o campeão da moralização da vida política", quando, na prática, como assinalou António Filipe, "utiliza a falsidade e a demagogia como armas de arremesso política", procurando através de um populismo sensacionalista e sem escrúpulos denegrir as instituições e a própria democracia política".

O deputado comunista admitiu mesmo ser difícil "encontrar maior exercício de hipocrisia" do que a actual postura dos "populares", depois de ter recordado o que foram durante anos a fio as suas posições materializadas em votos contra iniciativas legislativas do PCP, essas sim destinadas a revogar privilégios inaceitáveis, como são os casos da subvenção vitalícia para os ex-titulares de cargos políticos ou o subsídio de reintegração.

"Ninguém viu por essa altura o senhor deputado Manuel Monteiro, à data deputado do CDS, esboçar qualquer reacção negativa perante as reformas dos políticos, bem pelo contrário", recordou António Filipe, aludindo ao debate em Janeiro de 1987 em que foi chumbado o diploma do PCP que visava precisamente revogar aqueles privilégios.

Indissociável da presente iniciativa do PP, no entender da formação comunista, está ainda o seu intuito de conferir "alguma aparência de credibilidade à campanha populista e demagógica que tem vindo a desenvolver, no sentido de explorar a seu favor um sentimento de desconfiança que existe em muitos portugueses contra as instituições políticas".

Uma actuação que vem na linha da "teoria das sanguessugas e dos pançudos", assinalou o parlamentar comunista, antes de lembrar que ela tem sido explorada por vários partidos radicais de direita em diversos países e em diversos momentos históricos, "sempre em nome da moral e dos bons costumes, sempre contra a democracia e a favor das soluções autoritárias".

António Filipe sublinhou por fim que se existisse efectivamente algum empenho em combater os privilégios e em "pugnar pela moralização da vida política", então, o CDS/PP, por exemplo, não poderia deixar de concordar com a proposta do PCP quanto à instituição do regime de exclusividade no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos, não aceitaria, tal como o PCP, a legalização do financiamento dos partidos por empresas, e não deixaria de se preocupar com os numerosos escândalos que têm marcado o processo das privatizações".

A moeda única e a irresponsabilidade do ministro

"Autistas e pouco responsáveis", assim classificou o líder parlamentar comunista as afirmações do Ministro das Finanças a propósito da integração de Portugal na União Económica e Monetária (UEM). Sousa Franco dissera na Universidade Lusíada, no Porto, que "Portugal dispensa a Espanha na UEM", chegando mesmo a admitir que até "pode ser vantajoso" o nosso país integrar a moeda única sem a Espanha.

A natureza pouco responsável de tais afirmação, segundo Octávio Teixeira, resulta do facto de elas procurarem "esquecer que isso seria permitir que a produção espanhola tomasse conta do mercado português", evidenciando simultaneamente um elevado grau de autismo, porque, frisou, são feitas, "para além do mais, num momento em que um pouco por toda a União Europeia os governos vão fazendo saber que seria de todo vantajoso, para os países e para a União Europeia, que o calendário da moeda única fosse adiado".

Verberado por Octávio Teixeira no seu comentário às palavras do Ministro é também, por outro lado, o facto de este usar "para sustentar declarações irresponsáveis, o argumento único da inevitabilidade do casamento de Portugal com a União Europeia". É que, sublinha o presidente do Grupo comunista, "o ministro omite que o «casamento» com a UE não exige necessariamente o casamento com a moeda única", esquecendo, entre outros aspectos, "que um casamento pode ser feito com comunhão de bens ou com separação de bens".

Octávio Teixeira acrescenta ainda que, "para além do mais, o ministro parece não saber que o casamento não é obrigatório", isto é, "há sempre, e pelo menos, a alternativa de uma vida em comum... sem ser selada pelo «sagrado sacramento» do matrimónio".

"Não é o casamento formal que torna feliz a vida de um casal. Antes as compatibilidades entre os parceiros, o respeito e a compreensão mútuas", salienta o deputado do PCP, antes de concluir que constitui uma exigência que um "ministro tenha sempre presente estas e outras verdades", sobretudo "quando o ministro fala em público".

Odefruta em Odemira

Aspectos obscuros continuam por esclarecer

A situação que rodeou o fracassado projecto de Thierry Roussell no concelho de Odemira, para onde foram canalizados avultados apoios financeiros comunitários e nacionais, continua a suscitar as mais variadas interrogações e a estar rodeada de aspectos pouco claros, para os quais urgem explicações.

As reservas em matéria ambiental que logo na avaliação do estudo do projecto para a instalação da Odefruta foram levantadas pelos técnicos, vieram agora juntar-se dúvidas quanto a outros aspectos que terão na ocasião suscitado as mais sérias reservas, e que só terão sido superados por força de pressões exercidas ao mais alto nível sobre os técnicos, de acordo com recentes declarações públicas nesse sentido proferidas por um dos técnicos envolvidos.

O resultado da empresa que mereceu toda a cobertura do então primeiro-ministro, Cavaco Silva, que a chegou a apresentar como um modelo de gestão, foi, como é sabido, a sua falência total, restando dela hoje (na posse da Caixa Geral de Depósitos) um património de destroços que está à mercê do saque, com consequências profundamente negativas em termos ambientais.

Compartilhando da preocupação reinante entre as várias entidades da região, designadamente dos órgãos autárquicos, está o Grupo Parlamentar do PCP que voltou a diligenciar junto do Governo no sentido de virem a ser adoptadas medidas que evitem uma ainda maior degradação ambiental.

Em requerimento subscrito pelos deputados Lino de Carvalho e Rodeia Machado, eleitos pelo círculo de Beja, colocada é ainda a questão do volume de apoios concedidos à Odefruta e restantes empresas do Grupo Thierry Roussell, sendo igualmente solicitados esclarecimentos quanto ao enquadramento deste projecto no Programa Operacional do Mira e suas implicações, bem como no que se refere à disponibilidade do Governo no sentido de apurar responsabilidades quanto à aprovação e execução dos projectos.

PCP

ALMADA
Assembleia no sábado

A 5ª Assembleia Concelhia de Almada realiza-se no próximo sábado nas instalações da SFUAP tendo como objectivo elevar a afirmação do Partido, reforçar e dinamizar a vida das organizações e dos organismos, melhorar a ligação aos militantes e a inserção destes na vida política, social e cultural. A reunião dos comunistas almadenses irá igualmente definir as orientações de trabalho, dando especial importância à intervenção e organização do Partido no seio dos trabalhadores e às eleições autárquicas de 1997. Entretanto, decorre o debate preparatório do anteprojecto de Relatório/Resolução e a eleição dos delegados, processo em que participam centenas de camaradas.

SEIXAL
Populações prejudicadas

A recusa das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP para inclusão no PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para o distrito de Setúbal prejudicou as populações, considera uma nota da concelhia do Seixal que enumera algumas das obras que ficam por concretizar. Entre estas, destaca-se a recuperação dos núcleos urbanos históricos e ribeirinhos de Amora, Arrentela e Seixal, o metro ligeiro da margem sul do Tejo, a construção da via variante à EN 10, entre Corroios e Amora, com passagens desniveladas na Cruz de Pau e em Corroios, a via L3, alternativa à EN 377, Almada-Seixal e nó de Coina, IC 13. Comprometida fica ainda a renovação do parque escolar do Ensino Básico e Secundário, nomeadamente a construção da escola básica 2, 3 de Corroios.

BARREIRO
Projectos adiados

Também os comunistas do Barreiro manifestam o seu descontentamento com o PIDDAC aprovado, considerando que o documento inviabilizou importantes propostas pelos deputados comunistas e que previam, entre outros, a recuperação do sistema urbano do Barreiro velho, a construção de ETAR's, a modernização da rede viária e do parque escolar.

Os comunistas lamentam que nas campanhas eleitorais os partidos se multipliquem em promessas e que nas alturas próprias votem contra a sua concretização: «mesmo no caso do Centro de Saúde do Lavradio, aprovado em PIDDAC e que já levou à manifestação de regozijo do PS local, a verba para 1996 é de 10 mil contos, o que equivale a dizer que nem dá para pagar o projecto», referem.

PONTINHA
Eleito PSD sai

Comentando a recente saída do eleito do PSD da Junta de Freguesia da Pontinha, a estrutura local do PCP afirma que «só uma grande desorientação» justifica tal atitude. Os comunistas salientam que aquele autarca demitiu-se depois de ver recusado o seu o pedido de assumir o cargo em regime de meio tempo. Esta decisão é da exclusiva competência do Presidente da Junta que entendeu como mais vantajoso para o trabalho da autarquia a divisão do regime de permanência em dois meios tempos em áreas de actividade mais importantes. O PCP recorda que os três eleitos do PSD que já tiveram anteriormente a responsabilidade da área da saúde sempre tiveram todas as condições de trabalho e nunca usufruíram do regime de meio tempo.

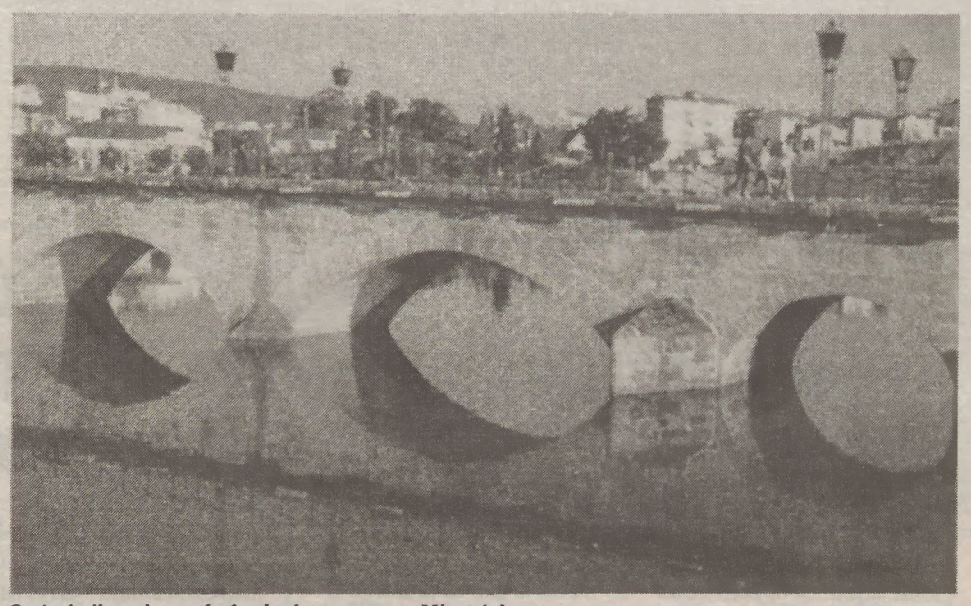
TAP
CA defrauda trabalhadores

Depois das promessas de diálogo com as estruturas de trabalhadores e de medidas adequadas à resolução dos problemas, o conselho de administração da TAP está a defraudar as expectativas criadas, considera o secretariado da Célula do PCP naquela empresa. Como refere, nada foi feito até agora para romper com a herança do anterior conselho, liderado por Santos Martins. Para tanto, exigem decisões concretas, entre elas a revogação do «regime sucedâneo», considerado ilegal, e a responsabilização de todos os que contribuíram para a degradação da TAP, apontando nomeadamente os «cérebros» desta política, o eng. Alfaiate e o dr. Pimentel.

Iniciativa conjunta da DORBA e DORVIR
Conferência debate futuro de Trás-os-Montes e Alto Douro

Sob o lema «Intervir para construir o futuro», realiza-se no próximo mês de Junho, em Mirandela, a 2ª Conferência democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, promovida pelas organizações de Bragança e Vila Real do PCP, que irá debater os grandes temas que preocupam os dois distritos.

O **desenvolvimento económico**; a **educação**, o **ensino**, a **saúde** e **segurança social**; a **identidade cultural** e a **regionalização** são os temas que estarão em debate na 2ª Conferência sobre Trás-os-Montes e Alto Douro e que dão nome aos três painéis que agrupam um conjunto de subtemas específicos.



Os trabalhos da conferência decorrem em Mirandela

Assim, no primeiro painel surgem os aspectos ligados à **agricultura** como a produção agrícola, animal, florestal e região demarcada do Douro; os **recursos naturais** - hídricos, águas mineromedicinais, extractivos, rochas ornamentais; **indústria, comércio e turismo; serviços, infra-estruturas e qualidade de vida; sector bancário.**

No segundo painel propõe-se analisar a **educação** e **ensino**, a **formação profissional**, a **saúde** e a **segurança social** no distrito.

O terceiro e último painel aborda o **movimento associativo**, a **cultura**, o **património**, o **ambiente**, a **informação**, o **poder local** e a **regionalização**.

Para além do trabalho das secções temáticas, a conferência prevê duas sessões em plenário, uma de abertura e outra para o encerramento dos trabalhos.

Com início previsto para as 10.30 horas nas instalações da escola secundária de Mirandela, a conferência conta com a participação dos militantes e amigos do PCP, bem como de personalidades independentes e forças vivas da região.

Entretanto, estão já confirmadas as presenças de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, António Lopes, da Comissão Política, Carlos Costa, do Comité Central, Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, Odete Santos, deputada à Assembleia da República, Octávio Teixeira, da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar comunista, e Sérgio Teixeira, deputado ao Parlamento Europeu.

Vila Real
É preciso avançar com a regionalização

Por iniciativa da DORVIR, decorreu na passada sexta-feira no Centro Cultural de Vila Real uma sessão integrada no ciclo «Regiões Administrativas - Debates com o PCP», que contou com a presença de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política.

Com a participação de dezenas de pessoas, o debate centrou-se na importância da criação da região administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo sido encerrado por Agostinho Lopes.

Este dirigente recordou que a criação das regiões está consagrada na Constituição há mais de 20 anos e todos os partidos a inscreveram no seus programas eleitorais em sucessivas eleições legislativas. Desta forma criticou aqueles que agora a põem em causa, pois não fizeram qualquer proposta de alteração daquele preceito nas duas revisões realizadas ao texto fundamental.

Agostinho Lopes sublinhou que não há argumentos técnicos, científicos ou políticos que permitam determinar a dimensão óptima das regiões. O que é preciso é avançar, dando às populações, por via das assembleias municipais a possibilidade de irem acertando a área definitiva da Região, num processo profundamente democrático e participativo.

Defendeu que a região deve ter como ponto de partida os distrito de Vila Real e Bragança, abrangendo todos os concelhos do Douro sul, devendo ainda considerar os concelhos de Mondim e Ribeira de Pena, mais minhotos do que transmontanos, disse.

Agostinho Lopes manifestou ainda grande preocupação com o andamento do processo institutivo das regiões administrativas, considerando inaceitável as cedências do PS à estratégia do PSD e do PP.

Montijo
Urgências podem fechar

Um comunicado conjunto das comissões concelhias de Alcochete e do Montijo alerta a população para rumores acerca do possível encerramento do Hospital do Montijo. Embora sem confirmação oficial, os comunistas recordam que foi assim que tudo começou quando encerraram as maternidades naqueles concelhos.

Actualmente acorrem aos serviços de urgência cerca de 140 utentes por dia, número que irá crescer com a construção da nova ponte. O PCP afirma que, a verificar-se, o fim das urgências conduziria a uma sobrecarga dos bombeiros voluntários que teriam de transportar os doentes para o hospital do Barreiro, o qual conta já hoje com cerca de 300 utentes dia.

O PCP exige o esclarecimento imediato da situação por parte do poder central, ao mesmo tempo que reivindica melhores condições das instalações do hospital e o reforço do quadro de pessoal.

CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Lopes Dias

Faleceu no passado sábado, 19, em Faro, **Fernando Lopes Dias**, que contava 66 anos de idade. Militante comunista desde o 25 de Abril, foi presidente da Comissão Administrativa da CM de Alcoutim e era uma figura de grande prestígio na vida associativa e desportiva local.

O seu funeral, realizado no domingo em Alcoutim, foi acompanhado por muitas centenas de pessoas do concelho e residentes fora dele, constituindo uma impressionante manifestação de pesar.

Aos familiares e amigos do comunistas falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Faleceu José de Mello Espínola

Faleceu na cidade do Rio, com 88 anos de idade, **José de Mello Espínola**, antigo republicano e antifascista. Emigrante natural dos Açores, Espínola chegou ao Brasil no final da década de 30. Em nenhum momento deixou de participar nos movimentos unitários pelas liberdades democráticas em Portugal e na denúncia dos crimes da ditadura fascista, assim como nas iniciativas promovidas pelo PCP após o 25 de Abril.

PCP

BEJA
Plano de Emergência é para cumprir

Reunida no passado sábado, a Direcção Regional de Beja do PCP reafirmou a necessidade de se implementar o Plano de Emergência para o Alentejo, prometido pelo PS nas últimas eleições legislativas e que agora o Governo se recusa a pôr em prática.

Para a DORBE do PCP, «é inadmissível que uma promessa, válida em Setembro de 1995, - quando foi feita publicamente por António Guterres - já não se justifique hoje, como pretende a ministra do Emprego, sabendo-se que o desemprego subiu».

A reabertura e viabilização das Pirites Alentejanas, em Aljustrel, a aplicação de programas ocupacionais, a protecção dos reformados, pensionistas e desempregados e aplicação do rendimento mínimo são outras exigências das populações, cuja concretização a curto prazo é da inteira responsabilidade do Governo, considera a DORBE.

PORTALEGRE
Desemprego aumenta

O Secretariado da DORPOR afirma em comunicado que o desemprego no distrito aumentou 16 por cento em relação ao último trimestre de 1995. Ao todo, mais de 1203 pessoas perderam o seu emprego cifrando-se agora em 7404 o número de desempregados na região. A situação continua a agravar-se em muitas empresas do distrito, onde é permanente a insegurança e precariedade do emprego.

Para a DORPOR, este é o resultado da política do PS que continua a prática do anterior governo. A atestá-lo está entre outros aspectos, a onda de designações para cargos de direcção dos serviços públicos, afirma a regional do PCP que faz questão de sublinhar que «nada tem a ver, directa ou indirectamente, com este espectáculo de nomeações da exclusiva responsabilidade do PS».

FAMALICÃO
Gestão duvidosa na Câmara

Depois de dois anos e meio de mandato socialista na Câmara de Famalicão, os comunistas consideram que existem indícios de ilegalidades e falta de transparência na gestão autárquica. As contas não vão bem já que a autarquia afirma publicamente que tem uma dívida de cerca de 800 mil contos, quando, segundo a estrutura do PCP, o montante dos empréstimos contraídos se eleva a mais de 1 milhão e 300 mil contos, a que se soma cerca de 560 mil contos de encargos assumidos e não pagos. Daqui resulta uma dívida de 1 milhão e 860 mil contos. O PCP observa ainda o prodígio conseguido pela Câmara ao apresentar despesas superiores às receitas na ordem dos 174.937 contos. A concelhia de Famalicão, que tem anunciada para o próximo sábado a sua 6ª Assembleia de Organização, analisa no seu comunicado a situação económica e social no concelho, marcada por uma profunda crise no sector têxtil, químico, metalúrgico e da indústria eléctrica.

PORTO
Matadouro industrial

Uma delegação do PCP, incluindo os membros do Comité Central e da DORP, Serafim Brás e Ilda Figueiredo, esteve reunida ontem com o Conselho de Administração da PEC Nordeste para procurar esclarecer a situação do Matadouro Industrial do Porto, cuja possibilidade de encerrar tem sido várias vezes referida. Os comunistas sublinham que já sob o Governo PS tem prosseguido a política de encerramento dos matadouros concelhios, sendo os mais recentes os casos de Paços de Ferreira e Baião.

LISBOA
Convívio na Atalaia

Aproveitando o lançamento da primeira jornada de trabalho militante na Festa do «Avante!», 180 camaradas da ORL reuniram-se no terreno da Atalaia, onde tomaram conhecimento do projecto de participação de Lisboa na edição deste ano, bem como das obras em curso no terreno. Foi um dia bem passado e se não fossem as más condições climatéricas o trabalho voluntário teria sido muito maior.

PAREDES
Eleita nova comissão

A 3ª Assembleia da Organização de Recarei, concelho de Paredes, elegeu no passado domingo a Comissão de Freguesia e aprovou um documento com as perspectivas de trabalho partidário. A nova equipa é constituída por onze camaradas, tendo já agendada a sua primeira reunião para domingo próximo. Os trabalhos deram particular atenção às eleições autárquicas de 1997, apontando a necessidade de a CDU passar a estar representada na Assembleia de Freguesia.

Com a presença de Jerónimo de Sousa
Catarina Eufémia homenageada em Baleizão

Severas críticas ao Governo, em especial à sua política em relação ao Alentejo, foram a tónica das intervenções durante a homenagem a Catarina Eufémia, no passado dia 19 de Maio. Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do Partido Comunista Português, foi convidado a participar e intervir no grande comício que encheu a principal praça da aldeia - o Largo Catarina Eufémia.

Catarina Eufémia, camponesa e militante do Partido Comunista Português, assassinada pelos fascistas quando encabeçava a luta dos trabalhadores de Baleizão por melhores jornas, em 19 de Maio de 1954, foi homenageada na sua terra natal, no passado domingo, exactamente 42 anos depois da sua morte.

Organizada pela Direcção da Organização Regional de Beja (DORBE) do PCP, a iniciativa começou com uma romagem à campa de Catarina, na qual participaram dirigentes do Partido, autarcas, sindicalistas e muitos populares. Inúmeras flores ficaram a assinalar a homenagem do povo alentejano à sua heroína.

Em seguida, com o Largo Catarina Eufémia cheio, realizou-se o comício onde, para além de Jerónimo de Sousa, participaram José Soeiro, da Comissão Política, António Vitória, responsável da DORBE, Ana Benedita , da DORBE, e outros dirigentes do PCP. Depois da apresentação da mesa por Ana Benedita, que presidiu ao comício, e de uma saudação de Manuel Pica, da Comissão de Freguesia de Baleizão, interveio Vítor Silva, da DORBE, que falou da situação de crise que se vive no Alentejo. Há já 43 mil desempregados na região e o Governo do PS, esquecendo as promessas eleitorais, recusa-se a pôr em prática o Plano de Emergência para o Alentejo e outras medidas para travar a desertificação e marginalização de um terço do território nacional, disse Vítor Silva.

Na principal intervenção do comício de Baleizão, Jerónimo de Sousa mostrou-se preocupado «por aqui no Alentejo e no País, apesar de vivermos em liberdade e democracia, se estar a regredir para situações idênticas às que carcterizavam a situação económica e social de há dezenas de anos atrás, marcadas pelo desemprego massivo, emigração e reconstrução do latifúndio». E o dirigente comunista denunciou a política de direita que o Governo do PS está a pôr em prática «por opção», submetendo-se aos ditames de Maastricht.

Jerónimo de Sousa afirmou ainda da necessidade de uma nova Reforma Agrária nos campos do Alentejo como forma de retomar o desenvolvimento da região e do País, e criticou a política do Governo, gravosa para os trabalhadores, como mostra o recente exemplo da nova lei com que o ministro da Administração Interna pretende reprimir manifestações populares em estradas e vias férreas.

Considerando que o PS está a frustrar a esperança e expectativa dos que nele confiaram em Outubro, Jerónimo de Sousa salientou que «a luta continua a ser não só válida como necessária».

Pessoas vindas de todo o distrito de Beja associaram-se à homenagem a Catarina Eufémia

Porto
«Ser de esquerda hoje»

O temporal da passada sexta-feira não impediu que a sala da Casa de Cultura de Paranhos se enchesse de pessoas interessadas em participar no debate intitulado «O que significa ser de esquerda hoje?», promovido pelo sector intelectual do Porto.

Na mesa estiveram João Arsénio Nunes, historiador, Manuel António Pina, jornalista e escritor, e António Macedo Varela, jurista, que moderou a sessão.

Ao introduzir o debate, Macedo Varela recordou o tempo em que a direita, logo a seguir ao 25 de Abril, pareceu ter desaparecido no nosso país e o conteúdo dos programas dos vários partidos, como o PSD e o CDS, então divulgados se reclamavam de socialistas, e ainda, mais recentemente, da ideia decretada do «fim das ideologias».

Manuel António Pina interrogou-se se o que caracteriza a esquerda é o pendor para o social, a igualdade de direito, a não violência, a busca da justiça? Será inadmissível haver uma esquerda sem liberdade? Reconhecendo haver uma perenidade nos ideiais de esquerda, afirmou que este morre quando deixa de se interrogar.

Arsénio Nunes, partindo da definição clássica de Rousseau de «zelo pelos pobres e desafectação pelas instituições do poder», sublinhou que a esquerda deve assegurar o poder regulador do Estado como garante dos direitos dos cidadãos, referiu o conceito da inseparabilidade das democracias política, económica, social e cultural, e também nacional, assim como os valores de esquerda oferecerem um capital de resistência - e transformação - contra a ditadura do mercado e da competitividade.

Macedo Varela, a terminar, destacou a necessidade de coerência nas forças de esquerda quando são oposição e quando são poder, dando exemplos históricos em que como assim aconteceu com o PCP, nos anos seguintes à revolução de Abril, e considerou ainda que a esquerda e a liberdade são inseparáveis.

Homenagem a Paredes

Em continuação das iniciativas realizadas no Espaço Cultural Vitória, realizou-se na passada semana uma sessão de homenagem a Carlos Paredes. Com a sala daquele espaço completamente cheia, os presentes puderam apreciar um vídeo realizado durante uma das Festas do «Avante!» com a actuação de Paredes e de Luísa Amaro. Depois, moderado por Alfredo Flores, da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa, teve lugar um debate em que participaram o escritor José Cardoso Pires, o realizador de cinema Paulo Rocha e os camaradas José Lopes de Almeida, advogado e músico amador, e Manuel Jorge Veloso, crítico musical, encerrando esta parte das intervenções o camarada José Casanova, membro da CP do PCP. Todos os intervenientes se debruçaram sobre a personalidade e a estatura artística de Carlos Paredes, para além de darem a conhecer aos presentes algumas histórias curiosas relacionadas com o conhecimento pessoal do músico e que melhor ajudaram a conhecer a grandeza do cidadão empenhado e do artista ímpar. Depois da projecção do Diaporama «O Oiro e o Trigo», a sessão terminou com a actuação de Luísa Amaro (guitarra) e Maria do Rosário Leitão (viola) que tocaram obras compostas por Carlos Paredes.

Problemas da emigração

Emigrantes comunistas portugueses reúnem em Paris

Comunistas portugueses, emigrados em diversos países da Europa, reuniram-se em Paris nos dias 11 e 12 de Maio para analisar a situação social e a política de emigração do Governo do PS. Os participantes no encontro tomaram também algumas medidas orgânicas no quadro da preparação do XV Congresso do PCP a realizar no mês de Dezembro na cidade do Porto.
Aqui divulgamos algumas apreciações e conclusões desta reunião.

1. A Assembleia da República vai apreciar no próximo dia 23 de Maio a Proposta de Lei do Governo do PS que cria o **Conselho Consultivo para as Comunidades Portuguesas**, o Projecto de Lei do PCP que cria os **Órgãos Representativos dos Portugueses Residentes no Estrangeiro** e o Projecto de Lei do PSD que cria o **Conselho das Comunidades Portuguesas no Mundo**.

Estão assim criadas condições para que finalmente se ponha termo à actual situação criada pela governação do PSD, quando em 1987 acabou, contra a vontade dos emigrantes, com o Conselho das Comunidades Portuguesas e em 1990 (com a publicação do Decreto-Lei 101/90) tentou criar uma estrutura governamentalizada que nunca funcionou porque os emigrantes portuguesas e as suas organizações nunca com ela se identificaram. Por isso, a iniciativa do PSD, agora na oposição, só pode ser entendida como uma proposta de quem toma "o comboio em andamento" e não quer ficar apeado de uma discussão de grande importância em matéria de política de emigração e comunidade portuguesas.

No entanto, não se pode deixar de manifestar desde já algumas apreensões em relação à Proposta do Governo por ser muito restritiva em relação à representatividade e participação das comunidades.

2. Em relação à **situação dos emigrantes portugueses na União Europeia** é de salientar que até agora não se vislumbra nenhuma alteração neste campo por parte do Governo do PS. Tal como o Governo do PSD, o actual Governo refugia-se em declarações de boas intenções sobre a igualdade de tratamento e o estatuto de cidadania europeia, ao mesmo tempo que os governos, nos países de residência, põem em causa direitos adquiridos enquanto emigrantes:

- Cortes de subsídios às associações; supressão de lugares em organismos oficiais de apoio às comunidades estrangeiras; dificuldades na renovação de documentos de autorização de estada.

- Tentativas de aplicação de legislação ou de medidas discriminatórias, como por exemplo, valores elevados a pagar pela renovação da autorização de estadia, na Holanda; alterações aos prazos de contagem, com prejuízo para os emigrantes de outros Estados-membros, para obtenção de pensões de reforma, na França.

Foi denunciada também a posição do Governo do PS em relação à **proposta de directiva comunitária sobre o destacamento de trabalhadores**. Com efeito, ao declarar o seu desacordo com esta proposta, o Governo, ao contrário do que afirma no seu programa de governo, mantém a mesma posição do anterior governo do PSD. É uma cedência ao patronato que, ao abrigo da actual legislação comunitaria, contrata mão-de-obra em Portugal pagando salários de miséria (quando os paga), muitas das vezes sem direitos de acesso aos serviços de saúde e médicos, a férias e com horários de trabalho superiores aos praticados no respectivo país.

Esta proposta de directiva irá ser votada na reunião de Junho do Conselho de Ministros da UE para os assuntos sociais. A sua não aprovação por parte do Governo do PS só poderá ser interpretado como um gesto de pura demagogia e de desprezo pelos direitos elementares dos trabalhadores portugueses.

O Governo procura justificar a sua posição pelo facto da proposta só se referir ao sector profissional da construção civil (também nós consideramos que a directiva deveria considerar todas as profissões), mas, como é sobejamente conhecido, a quase totalidade do sector atingido por esta situação é precisamente o da construção civil. Por essa razão defendemos que o **Governo português deve aprovar esta proposta de directiva**; caso contrário, estará a defender a manutenção de uma situação que só serve os interesses do patronato e dos engajadores sem escrúpulos.

Tendo também participado no Comício Europeu promovido por partidos comunistas e outras forças progressistas de 12 países, que teve lugar no dia 11 de Maio em Paris, os emigrantes comunistas congratulam-se com a realização desta iniciativa, convictos que este terá sido mais um passo na luta por uma Europa dos povos, baseada no emprego, no progresso social, na participação democratica dos cidadãos e na paz.

3. Em relação à situação dos **trabalhadores emigrantes na Suíça**, constatamos que nas principais questões não existe nenhum sinal contrário nas orientações do actual Governo que contrarie a política do anterior governo do PSD. Os trabalhadores temporários continuam a descontar para o fundo de desemprego mas do qual nunca chegam a usufruir quando o contrato acaba. Continuam por concretizar as permanências consulares nos cantões do Ticino e do Valais.

Ao mesmo tempo, as autoridades suíças introduzem dificuldades burocráticas para a renovação de autorização de estadia para aqueles que têm o "permi B" (anual) e crescem rumores da existência de prazos para o levantamento das caixas de pensões (2º pilar). Assiste-se à total passividade por parte das autoridades portuguesas em relação a estas matérias.

4. Desde a sua tomada de posse que o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, tem andado num frenesi mediático declarando que o seu governo vai resolver todos os problemas mas se o não fizer será por falta de verbas. Como se houvesse um governo cheio de boas intenções e vontade em resolver os problemas e um outro governo tirano que detém as verbas impedindo o governo dos "bonzinhos" em satisfazer a resolução dos problemas dos emigrantes. Cuidado, Sr. Secretário de Estado, a demagogia tem um preço, o tempo dirá qual o valor a pagar.

Contentores que albergam emigrantes portugueses, na Suíça

O **ensino do português** no estrangeiro continua em derrapagem e não são tomadas medidas para inverter a situação. As verbas do Orçamento do Estado para este ano sofreram uma quebra.

A **rede consular** continua a necessitar a tomada de medidas e de opções de fundo de forma a melhor responder à época contemporânea e na perspectiva de melhor promover Portugal no mundo tendo como fio condutor a defesa da nossa soberania e independência. Mas, também é necessário que a rede consular dê resposta às novas situações com que se defrontam as comunidades portuguesas (primeiras gerações de emigrantes, jovens de origem portuguesa, novos fenómenos migratórios...). A **revisão do Regulamento consular**, que data de 1920, é uma questão central, na medida em que ainda está acente em critérios completamente ultrapassados onde predominavam as relações comerciais pelo mar. A modernização dos postos assim como a sua informatização são, também elas questões de grande importância para melhor servir Portugal e os portugueses.

5. É necessário chamar a atenção dos emigrantes portugueses que, como habitualmente, está aberto, até final de Maio, o período de **actualização e inscrição no recenseamento eleitoral**. Os emigrantes que não estão inscritos nos cadernos eleitorais podem fazê-lo dirigindo-se ao consulado da respectiva área de residência.

Encontro CDU debate problemas de V. N. de Gaia

Encontro CDU em V. N. de Gaia

Os múltiplos problemas que afectam a população de Vila Nova de Gaia foram tema de um encontro promovido pela CDU, no passado dia 11 de Maio.
No encontro, que contou com cerca de 100 participantes, foram referidos algumas questões mais sentidas, nomeadamente: as condições de segurança na EN 222, onde no prazo de 10 anos já morreram, em acidentes, entre 120 e 150 pessoas; o crescente desemprego; a destruição do litoral marítimo; a insuficiente aplicação de verbas de investimento da Câmara, em especial na área escolar e de habitação social; a situação criada com a construção do complexo do Centro de Negócios da Arrábida, em detrimento dos interesses de muitos moradores; a demora das soluções a aplicar na barra do Douro; o tráfico de droga; o aparecimento de prostituição junto das escolas; o processo do Aterro Sanitário de Sermonde-Serzedo.
Neste quadro, a CDU reafirmou o seu apoio a todos os movimentos de protesto e reivindicação e sublinhou a incapacidade demonstrada pela maioria PS na Câmara para resolver estes problemas.

Manifesto à população do Seixal

Em encontro realizado no Seixal, a CDU aprovou um Manifesto à população do Concelho, em que presta contas do trabalho entretanto desenvolvido e identifica os problemas que deverão ser alvo de maior esforço e atenção.
Da obra que se tem vindo a realizar, a CDU destaca - as infra-estruturas, o urbanismo, equipamentos sociais, a preocupação com o ambiente, património histórico e cultural, desporto, a acção desenvolvida nas áreas de juventude, cultura, ensino. Referida ainda a obra feita em projectos intermunicipais e regionais, como no âmbito dos transportes, acessibilidades, saneamento básico.
O Manifesto defende-se a Regionalização, com autonomia administrativa e financeira que permita ultrapassar a burocracia centralizada, e denuncia as manobras da direita para a inviabilizar, retardar ou descaracterizar.

Voto de protesto

A forma como se tem vindo a proceder, na freguesia de Carcavelos, à aplicação do Plano Especial de Realojamento (PER) - sem diálogo, apesar de se tratar de um processo delicado - gerou uma situação de tensão, de que são indício as recentes manifestações de moradores, entretanto divulgadas na comunicação social.
Em voto de protesto pela actuação da Câmara de Cascais, a CDU denuncia a "falta de diálogo, de discussão, de informação" e defende, face aos problemas que já se começaram a sentir: uma informação completa relativamente ao PER; clareza no processo e a "criação de condições dignas, indispensáveis a todos os seres humanos e em todos os processos de realojamento, com uma política justa de atribuição de casas e de fixação de rendas, garantindo que todas as situações sejam adequadas às realidades e aos rendimentos de cada agregado familiar"; antes da deslocação dos novos moradores, promover o diálogo e a participação de todos os intervenientes, incluindo os actuais residentes.

Aterro sanitário no Barlavento algarvio

A Coordenadora de Portimão da CDU decidiu apoiar a luta da população contra a instalação, nesta zona, do Aterro Sanitário do Barlavento, por considerar que "essa implantação não serve os interesses sociais e económicos de Portimão, essencialmente virados para o turismo, depois do desmantelamento das pescas e da indústria das conservas".
A CDU critica ainda a falta de esclarecimento das populações envolvidas, e refere a necessidade de estudos de impacto ambiental e de transporte de resíduos sólidos, e de encontrar outras alternativas que, embora com outros custos, não prejudiquem as populações, a saúde pública e o ambiente.

NACIONAL

Alentejo

O agravamento da crise

Se a Lei das Finanças Locais tivesse sido cumprida, as autarquias do Alentejo deveriam receber este ano, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), mais cerca de 10 milhões de contos, que representam aproximadamente 30% dos apoios financeiros comunitários do Programa Operacional da Região Alentejo durante os seis anos da sua vigência (1994/99). Este um dos factos sublinhados em reunião do Conselho da Região Alentejo.

O agravamento da crise económica e social no Alentejo, de par da preocupação pelos entraves que estão a ser levantados à criação de regiões Administrativa - foram tema fundamental deste encontro do Conselho da Região Alentejo, que decorreu em Évora, em 14 de Maio.

Na análise da situação na região, sublinha-se a grande degradação que atinge praticamente todos os sectores de actividade.

As assimetrias entre o Alentejo e as outras regiões da União Europeia acentuam-se - refere-se em documento aprovado em Évora. "Segundo a EUROSTAT, o PIB por habitante, em relação à média da UE, decresceu de um índice de 49 em 1980, para apenas 39 em 1990 (UE - 100)".

Ainda segundo a mesma fonte, "em 1996, o Alentejo é a zona menos desenvolvida do espaço comunitário".

O documento afirma que estão em crise "todos os principais sectores económicos, à excepção do sector do Turismo e da fileira de produção da vinha e do vinho". A indústria transformadora praticamente não existe. E a agricultura "agoniza sob uma obsoleta *estrutura da posse e do uso da terra* e sob uma política agrícola nacional e comunitária que não abrem perspectivas para as necessárias reformas de fundo na agricultura regional". Não possibilitando igualmente um programa de apoio às "45.000 explorações agrícolas de pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros da região, que representam 95% das explorações agrícolas, e que são fundamentais ao povoamento do mundo rural alentejano e à dinamização das economias locais e rurais".

É neste contexto que o desemprego cresce, de par da pobreza e da exclusão social. Segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o desemprego no Alentejo era já de 17,7% em Dezembro de 1995, continuando, daí para cá, a agravar-se.

Perante a gravidade desta situação, o Conselho da Região Alentejo avança com algumas propostas concretas, no sentido da dinamização do sistema produtivo e da criação de emprego.

Propõe-se, nomeadamente, um programa de construção e obras públicas, "com incidência na criação de emprego no curto prazo e potenciador do desenvolvimento regional, designadamente, com incidência no sistema produtivo".

Sugere-se, por outro lado, que sejam garantidos os mecanismos necessários para que as empresas às quais venham a ser adjudicadas as obras de construção das infra-estruturas do Alqueva "se sintam fortemente motivadas a recrutar e formar a mão-de-obra da região" e que se dê também prioridade "ao estabelecimento de contratos/acordos com empresas da região no fornecimento de materiais, equipamentos, serviços e investigação".

Ainda em ligação com o Alqueva, o Conselho da Região Alentejo defende a criação de um Centro de Investigação Aplicada para o Regadio no Alentejo e um novo projecto agrícola para o Alentejo.

Milhares de participantes na corrida contra o racismo

Cerca de três mil pessoas participaram na iniciativa "Correr *com* o racismo", que decorreu sábado passado, entre o Cais do Sodré e Belém.

Entre os participantes contavam-se desde crianças a idosos, e também alguns deficientes em cadeiras de rodas e cegos - numa afirmação de que a luta pela igualdade na diferença tem muitas vertentes e se afirma de múltiplas formas.

Presentes na iniciativa, numa manifestação de identificação e solidariedade com os objectivos da corrida - de luta contra o racismo e a xenofobia - Jorge Sampaio, representantes de algumas embaixadas de países africanos de expressão portuguesa, Carvalho da Silva, e naturalmente muitos atletas e desportistas conhecidos, como Carla Sacramento, Mário Silva, Rui Águas, e ainda José Couceiro, presidente do Sindicato dos Futebolistas, e Vasco Lince, do Comité Olímpico Português.

Milhares de participantes na corrida contra o racismo

"Correr *com* o racismo" - nesta sua segunda edicção - revela um crescendo de participação e um claro crescimento. Não apenas pela maior participação, em várias centenas de pessoas, na corrida deste ano, como pela adesão de um crescente número de organizações - do contacto individual à solidariedade de grupos e clubes desportivos.

Um sintoma importante - em 14 de Outubro, quando do lançamento da iniciativa, eram 20 as organizaçõ-es aderentes. Actualmente são cerca de 70, englobando as principais organizações da juventude, não partidárias.

Protesto de agricultores da região de Aveiro

Cerca de 500 agricultores da região de Aveiro, com mais de 100 tractores, concentraram-se, no passado dia 17, no Mercado de Estarreja, para reclamar do governo medidas concretas face à difícil situação que a lavoura atravessa.

A concentração foi promovida pela ALDA-Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro, associada da CNA-Confederação Nacional da Agricultura.

Para reforço das reivindicações apresentadas - em documento entregue ao presidente da Câmara de Estarreja - os agricultores fizeram, durante 45 minutos, um corte da Estrada Nacional nº 109.

Os agricultores da região de Aveiro exigem, nomeadamente, reforço dos apoio financeiros e técnico-profissionais aos serviços de sanidade animal; pagamentos atempados e a melhores preços do gado abatido; apoios financeiros, a fundo perdido, para a melhoria de ordenhas e postos de recepção de leite; baixa dos custos do gasóleo, adubos e rações; pagamento das dívidas do Estado aos agricultores; urgente criação, por parte do Ministério da Agricultura, de uma *Comissão para a Promoção e Consumo da Produção Nacional* a constituir, entre outros, com representantes da lavoura, dos comerciantes, consumidores e serviços oficiais.

Corte da estrada nº 109, na sequência da concentração de agricultores em Estarreja

Campanha de solidariedade com as crianças angolanas

A Campanha de Solidariedade com as Crianças Angolanas - lançada em Abril por um conjunto de organizações não governamentais, associações africanas em Portugal, associações sindicais e autarquias locais - teve um momento de divulgação pública, a semana passada, dia 16, com uma acção na Praça da Figueira, em Lisboa, que contou com a participação de diversos artistas e outras personalidades da vida política e cultural de Portugal e Angola.

Uma acção que se destina a chamar uma vez mais a atenção para a dramática situação social de um país onde, *em cada dia que passa, centenas de crianças sucumbem, em grande medida por efeito da subnutrição e falta de cuidados médico-sanitários.*

A Campanha - lançada em Abril - prossegue agora, entre 25 de Maio e 1 de Junho, com a recolha de alimentos (leite em pó, arroz, feijão, farinha, açúcar, sal), material escolar (cadernos, lápis), livros infantis e brinquedos.

São locais de entrega - para além da R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º, Lisboa, onde funciona a Comissão Coordenadora da Campanha - Escolas, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, sedes das Associações promotoras.

Os donativos podem ainda ser enviados para a Conta Bancária nº6 - Montepio Geral - Lisboa.

Indonésia

Seis marchas realizaram-se na semana passada na Indonésia com o objectivo de denunciar a violência dos militares sobre civis, que já provocou a morte de três pessoas aquando dos protestos de mais de 100 mil estudantes, em Abril último.

Polónia

Quase 13 por cento da população polaca (cinco milhões de pessoas) vive na miséria, referiu o Gabinete Central de Estatística da Polónia. Se for tomado como critério o mínimo social - fixado em 135 dólares no final de 1995 - o número de pessoas que vive abaixo do limiar da pobreza sobe para 49 por cento. Neste grupo inserem-se especialmente as famílias numerosas, os jovens com pouca instrução e os habitantes rurais. É de assinalar que este número cresce desde a queda do regime comunista.

Armas: vergonha da humanidade

«São uma vergonha para a humanidade os gastos mundiais em armamento», considerou Federico Mayor, secretário-geral da UNESCO. «Hoje, terminada a guerra fria, não há justificação para se converter em armamento as quantidades que se convertem», acrescentou, defendendo que é necessário «eliminar, rapida e totalmente, as armas de destruição em massa. Anualmente, gastam-se 800 mil milhões de dólares em materiais bélicos. A comunicação social foi também abordada por Mayor: «Garantir a liberdade dos *media* é garantir a democracia. O seu papel no sistema educativo é vital, imprescindível. Tornaram-se a única ponte com os excluídos, os que estão longe dos centros urbanos, da riqueza.»

Afeganistão

Quinze mortos e 44 feridos foi o saldo dos ataque lançados pelos rebeldes Taliban contra Cabul, a capital afegã. Este exército, formado por ex-estudantes de teologia, pretende afastar o presidente Rabbani e impor um regime radical islâmico. Desde o afastamento dos comunistas do poder, em 1992, que o Afeganistão é palco de violentos confrontos entre facções islamitas rivais. Desde essa data, mais de 25 mil pessoas foram mortas e 750 mil estão desalojadas ou refugiaram-se nos países vizinhos.

República Checa
E por baixo das aparências?

Despedimentos, perseguições e graves retrocessos no campo dos direitos sociais, a par da sistemática violação dos direitos humanos - esta é a nova realidade da República Checa, em vésperas das eleições legislativas. De acordo com o Partido Comunista Checo, a prosperidade deste país e o vigor da sua democracia é uma mera aparência criada pela comunicação social e pelo Governo.

Na verdade, a realidade é totalmente diferente. O consenso interno nas questões centrais não existe de facto. A integração na NATO, o assunto do dia, tem a oposição da maioria da população e dos principais partidos da oposição, apesar da campanha de manipulação conduzida pelos *mass media* privados pró-governamentais.

As opiniões dos cidadãos são totalmente ignoradas. Prova disso é o facto da legislação que prevê a realização de referendos ter sido rejeitada e o adiamento da institucionalização de órgãos regionais autómonos, apesar de ambas estarem previstas na Constituição.

Pressionado pelos partidos de direita, a coligação governamental não adopta ou atrasa medidas efectivas contra a corrupção, fuga aos impostos em larga escala, lavagem de dinheiro e o aumento de tráfico de droga.

Os direitos humanos e as liberdades básicas dos indivíduos são seriamente atacados de uma forma sistemática em todas as áreas da sociedade. Vejamos o caso dos romenos. Quando a Checoslováquia foi dissolvida, foi-lhes negado o direito de escolher a cidadania checa, contrariamente aos compromissos assumidos no documento da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Deixando de ser cidadãos checoslovacos, os romenos passaram a ser *homeless* no seu próprio país.

Também a comunidade cigana é vítima de xenofobia, sendo vista como estando associada ao aumento de criminalidade. Com o fim do comunismo, a taxa de desemprego nesta etnia cresceu brutalmente e é hoje de 60 por cento, enquanto os níveis nacionais são de seis por cento.

Após a abolição das características constitucionais do Estado socialista, iniciou-se um ataque cerrado aos direitos sociais. 60 a 70 por cento dos juízes, promotores públicos, polícias e guardas prisionais foram despedidos. Em 1990, 2038 docentes foram afastados das universidades. Estas medidas culminaram com uma lei de Julho de 1993 que ditava que o emprego permanente dos professores universitários e do pessoal académico terminaria em Setembro do ano seguinte. 11 400 pessoas foram afectadas por esta legislação.

Mas a política anti-social praticada na República Checa não se fica por aqui. Os pensionistas foram roubados em 1.6 biliões de coroas em um só ano, quando, inconstitucionalmente, os impostos das suas reformas foram aumentados. Ao não aumentar as pensões de acordo com a subida do custo de vida, o Governo reteve nas suas mãos 100 biliões de coroas entre 1991 e 1995.

Também as mulheres são vítimas das medidas governamentais, saindo prejudicadas com a eliminação da lei que impedia que as mulheres grávidas trabalhassem à noite.

As diferenças entre o passado e o presente são bem visíveis. Mais alguns exemplos. Enquanto que no anterior regime a educação primária, secundária e superior era grátis, chegando os alunos a receber os livros de estudo totalmente de graça, actualmente existem propinas nas escolas superiores e nas universidades e o fornecimento de livros é restringindo.

A habitação é outro dos problemas com que os checos têm de se debater. A construção de apartamentos para arrendar parou praticamente. Centenas de milhares de pessoas que foram obrigadas a aventurar-se na compra de casa própria estão em grandes dificuldades.

Quanto à área da saúde, foi entregue a companhias de seguros falidas.

É neste cenário que se vão realizar as eleições legislativas no dia 31 de Maio e 1 de Junho, no país apontado pelo Ocidente como um exemplo democrático. O racismo e a xenofobia crescem na República Checa, ao mesmo tempo que aumentam as dificuldades económicas para a população em geral, que desde o fim do comunismo vê o seu nível de vida baixar todos os anos.

Conferência Internacional em Praga

Dias 11 e 12 de Maio realizou-se em Praga, na República Checa, um encontro internacional teórico-político sob o tema «Em Direcção ao Futuro», organizado conjuntamente pelo Partido Comunista da Boémia e Morávia e o Partido Comunista da Eslováquia, por ocasião do 75º aniversário da fundação do Partido Comunista da Checoslováquia.

No encontro participaram representantes de 15 partidos comunistas, bem como representantes de outros círculos políticos e culturais de esquerda da Europa, Médio Oriente, Ásia e América. Em representação do PCP interveio António Lopes, membro da Comissão Política do CC, que estava acompanhado por Jorge Cadima, colaborador da secção internacional.

«Vinhas da Ira» parte II

A menos de uma semana das eleições legislativas, Shimon Peres aposta tudo na luta contra os fundamentalistas islâmicos.

O sul do Líbano foi mais uma vez metralhado pelo exército israelita, numa violação do cessar-fogo. Desta vez os alvos foram aldeias de civis, a norte da zona ocupada. Os bombardeamentos ocorreram depois de dois guerrilheiros do Hezbollah terem sido mortos e um soldado de Israel ferido em confronto dentro do território sob controlo hebraico.

Dias antes, na sexta-feira, Hassan Salame, um dos principais dirigentes do Hamas, foi preso, em Hebrón. Contudo, esta detenção pode ter como consequência novas mortes. Basta lembrar que a vaga de atentados registado em Fevereiro e Março constituiu uma vingança pelo assassinato de Yehia Ayache, o «engenheiro» do grupo fundamentalista, por um comando israelita.

O bloqueio a Gaza e à Cisjordânia foi reforçado perante as ameaças do Hamas: «Esta prisão criminosa não irá afectar a nossa actividade militar. Vamos continuar a luta e a resistência sob todas as formas.» E os israelitas sabem disso. «A detenção de Salame não atingirá, a longo prazo, a capacidade do Hamas de realizar ataques», afirmou Yaakov Peri, antigo chefe do Shin Beth, o serviço de segurança interna do Estado Hebarico.

Resta saber até que ponto estas medidas são bem recebidas pelo eleitorado israelita. O Movimento de Resistência Islâmica apelou para que não sejam perpetuadas quaisquer acções terroristas antes das eleições israelitas, «porque podiam dar a ideia que apoiamos este ou aquele partido».

Aceite resolução «petróleo por alimentos»

Em Bagdad, a notícia da conclusão do acordo com a ONU «petróleo por alimentos» foi recebida com euforia pela população. As ruas encheram-se de milhares de pessoas que comemoravam a «excepção humanitária» ao regime de sanções imposto após a invasão do Kuwait.

Pela primeira vez desde 1991, o Iraque pode vender petróleo. Trimestralmente, poderá exportar mil milhões de dólares, ou seja, mais de 650 mil barris por dia, para a compra de alimentos e medicamentos.

O acordo alcançado na segunda-feira aumenta, na melhor das hipóteses, o rendimento de cada iraquiano em meio dólar por dia. Isto porque, dos mil milhões de dólares, 300 milhões destinam-se a indemnizações resultantes da invasão do Kuwait, cerca de 130 a 150 milhões irão para os curdos do norte do Iraque e 550 milhões servem para o pagamento de salários dos funcionários internacionais que verificam o cumprimento das resoluções da ONU sobre desarmamento.

A adopção da Resolução 986 trouxe algumas preocupações à OPEC, cujos membros têm beneficiado com a ausência do Iraque. A reacção dos preços nos mercados internacionais irá determinar a posição dos outros membros do cartel. Imediatamente após o anúncio do acordo, o crude baixou 79 cêntimos por barril, em Nova Iorque. Minutos depois os preços começaram a recuperar.

INTERNACIONAL

União Europeia

Crescimento em baixa

A Comissão Europeia reviu em baixa as suas previsões de crescimento para os Quinze, fixando a progressão média da actividade económica em 1,5 por cento este ano, e em 2,4 por cento em 1997. Após ter previsto, em Novembro de 1995, um crescimento de 2,6 por cento para o ano em curso, e de 2,9 para 1997, a Comissão reduziu em 6 de Março último esse número para «menos de dois por cento» para o ano em curso, mantendo a sua previsão para 1997. A presente revisão é, pois, nestas circunstâncias, duplamente decepcionante.

O menor crescimento arrisca a tornar mais difícil o combate aos défices exigido, nos termos do Tratado de Maastricht, para a participação na moeda única. Esta constatação levou a Comissão a manifestar um voto: que as recentes medidas drásticas de austeridade anunciadas na Alemanha e previstas pela França possam «contrabalançar os efeitos da morosidade económica reinante».

Cabe recordar que os critérios de Maastricht estipulam que o défice orçamental dos países candidatos não ultrapasse 3 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) em 1997, se pretendem participar na união monetária em 1999.

De acordo com as suas previsões, a Comissão espera que a Alemanha registe um ratio PIB/défice de 3,9 por cento este ano e de 2,9 por cento em 1997 (com um crescimento do PIB de 0,5 por cento no ano em curso e 1,8 por cento no próximo ano); para a França, as perspectivas de Bruxelas são de um ratio PIB/défice de 4,2 por cento em 1996 e de 3 por cento em 1997 (com um crescimento de 1 por cento este ano e de 2,1 por cento no próximo ano).

Segundo Bruxelas, sete países dos Quinze da União Europeia, entre os quais a França e a Alemanha, estarão «no bom caminho», segundo este critério do défice público em 1997. Trata-se da Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Finlândia, que então terão um défice abaixo da barreira dos 3 por cento do PIB. O mesmo não sucede quanto ao segundo critério de convergência, o respeitante à dívida pública, em que apenas aparecem três países: Luxemburgo, Reino Unido e França.

O comissário Yves-Thibault de Silguy, em conferência de imprensa, não deixou no entanto de refrear as expectativas anunciando que estas previsões não significavam «um exame de aprovação antecipado», antes se limitavam a fornecer uma «indicação do desvio a corrigir» para os pretendentes à moeda única. Segundo garante, não há «dúvida nenhuma quanto à vontade política» dos referidos países, estando «convencido de que lá onde o esforço é necessário, ele é possível...». Por «esforço», o comissário entende o pressuposto maastrichiano do costume: que os trabalhadores aceitem continuar a ver reduzido o seu poder de compra, enquanto as sempre apregoadas «iniciativas para o emprego» continuam a ser sacrificadas no altar da moeda única.

Exigência de referendo

A realidade, que já não é possível esconder, é que são cada vez mais os que questionam o Tratado de Maastricht. A semana passada, a Comissão divulgou em Bruxelas os resultados de uma sondagem segundo a qual a maioria dos europeus se manifesta a favor de uma revisão do Tratado e de que todas as alterações sejam submetidas a referendo.

O número é eloquente: 79 por cento dos inquiridos são favoráveis a uma mudança das instituições europeias na perspectiva do alargamento; a maioria deseja igualmente ser consultada em referendo. Em defesa da consulta popular aparecem os britânicos (82 por cento), seguidos pelos portugueses (79 por cento), alemães (78 por cento) e franceses (77 por cento).

A sondagem revela também que 67 por cento dos europeus consideram ser «raramente ou nunca» consultados sobre decisões respeitantes à União Europeia, enquanto 69 por cento pensam que a UE não é eficaz face ao desemprego e 40 por cento desejam que a União proteja melhor os direitos dos trabalhadores.

Vale a pena lembrar que a sondagem foi encomendada pela Comissão Europeia, pelo que dificilmente os responsáveis dos Quinze se atreverão a pôr em causa os seus resultados. Resta saber se farão ouvidos de mercador ou se, pelo contrário, reconhecerão ter chegado a hora - e já é tarde - de dar a palavra às populações para que se pronunciem sobre o seu próprio futuro, como repetidamente tem defendido em Portugal o PCP.

Alemanha

Medidas de austeridade multiplicam protestos

O plano de austeridade do chanceler Helmut Kohl está a incendiar os ânimos na Alemanha. Para o presidente da confederação sindical (DGB), Dieter Schulte, o «verão será quente».

O governo e o patronato alemães estão apostados em cumprir os critérios de Maastricht apesar da crise económica no país. A factura, naturalmente, é para ser paga pelos trabalhadores. Importantes conquistas sociais, tais como seguro de doença ou subsídio de desemprego, são postas em causa. Na forja está o aumento da idade de reforma, o aumento do horário de trabalho e a sua aplicação à vontade das empresas, congelamento dos abonos de família, fim da protecção dos postos de trabalho nas empresas de pequenas dimensões, entre outras.

Poder-se-ia pensar que estas medidas visavam, como em tempos chegou a ser anunciado no famoso «pacto social» entretanto esquecido, criar novos empregos na Alemanha, mas não é isso que se verifica. Um estudo económico da DGB, publicado num jornal de Osnabruck, demonstra que todas as medidas de austeridade se traduzirão inexoravelmente por um novo crescimento do desemprego.

A semana passada, o plano de austeridade começou a ser discutido na função pública, e de imediato se constatou a intransigência absoluta do governo de Kohl quanto às «propostas» apresentadas. A segunda ronda de conversações, agendada para ontem e hoje, foi antecedida, à laia de aviso, por inúmeras paralisações. Um facto cujo eco mal chegou a Portugal, discretamente remetido para as sínteses da informação económica...

Segundo informa o diário francês «L'Humanité», as paralisações no princípio da semana passada foram particularmente sentidas no sector das comunicações e dos transportes, seguindo-se depois ao longo da semana uma grande campanha com manifestações e concentrações de protesto contra os planos governamentais de regressão social.

O sindicato dos metalúrgicos, (IG Metall), apelou no dia 14 à paralisação com ocupação das empresas. Nas diversas iniciativas, os operários manifestaram-se agitando bandeiras azuis, brancas, vermelhas, afirmando desta forma a sua vontade de seguir o exemplo dado em França pelo movimento de contestação que fez tremer o país de Novembro a Dezembro últimos.

Ainda de acordo com o diário francês, as reivindicações salariais dos trabalhadores alemães são bastante moderadas: os 3,2 milhões de trabalhadores dos serviços públicos reclamam aumentos de 4,5 por cento; os 460.000 empregados bancários e de seguros exigem, por seu turno, 5,5 por cento. Números modestos, de facto, se se tiver em conta os substanciais lucros da Banca alemã no último ano: 10 por cento para o Deutsche Bank, 17 por cento para o Bayerische Hypo.-Bank, 22 por cento para o Dresdner Bnak, 30 por cento para o Bayerische Vereinsbank, 109 por cento para o Commerzbank.

Tal como em Portugal, as manifestações em defesa do emprego e dos direitos sociais tornaram-se uma constante nos países da União Europeia

Para Helmut Kohl, no entanto, os alemães «não trabalham o suficiente» para fazer face à concorrência mundial, e já veio a público defender que «as donas-de-casa devem fazer com que os seus maridos trabalhem outra vez mais»... e de preferência ganhando menos, a fazer fé no seu plano de austeridade, que prevê cortes nas despesas públicas da ordem dos 70 mil milhões de marcos só em 1997.

Oficialmente com quatro milhões de desempregados (dez por cento da população activa, a taxa mais alta desde os anos 30), a Alemanha vive uma situação que o líder do SPD, Oskar Lafontaine, classifica como uma «declaração de guerra à justiça social», e que os sindicatos reconhecem como o «avanço do capitalismo puro».

As manifestações e greves prosseguiram esta semana, mobilizando mais de cem mil trabalhadores.

Aviso

Se nada for feito contra o desemprego e a insegurança, corre-se o risco de explosão de uma «bomba social ao retardador». Quem o afirma são os sindicatos dos 27 países da OCDE, que segunda-feira reuniram para fazer chegar à conferência anual dos ministros da organização, realizada de 22 a 23 do corrente, em Paris, um sério aviso sobre as possibilidades de «uma forte reacção popular contra a mundialização» da economia, caso se mantenham as políticas restritivas e os ataques contra o emprego.

Os sindicatos, reunidos no seio da TUAC (Comissão sindical consultiva junto da OCDE), aprovaram igualmente um documento dirigido à cimeira do Grupo dos Sete países mais industrializados (G7), agendada para fins de Junho, em Lyon, exigindo a implementação de um programa económico «coordenado» para estimular a procura e o crescimento, «reduzindo fortemente as taxas de juro e aumentando o investimento em infra-estruturas e capital humano».

Ambiente

A guarda costeira sueca anunciou que se formou um lençol de petróleo de 10 quilómetros de comprimento e 4 de largura no mar do Báltico, devido à limpeza dos porões de um navio. O lençol não pôde ser eliminado, visto o petróleo ter-se misturado com a àgua do mar, provavelmente devido a um produto de limpeza de dispersão usado normamelmente nos navios.

República Dominicana

O líder do Partido Revolucionário Republicano, Pena Gomez, ganhou a primeira volta das eleições presidenciais da República Dominicana com maioria relativa. No dia 30 de Junho irá disputar a segunda volta com Leonel Fernadez, do Partido da Libertação Dominicano. O Partido Social Cristão, que apresentou o actual vice-presidente como candidato, obteve menos de 18 por cento dos votos, o que é considerado um péssimo resultado eleitoral.

Bangladesh

Elementos das forças armadas do Bangladesh ocuparam na segunda-feira a televisão e a rádio estatais, ao mesmo tempo que tanques tomaram posições junto ao palácio presidencial, para assegurar a sua defesa. Estas acções foram precedidas pela destituição do comandante do exército, o general Abu Muahmmad Nasin, por ter participado numa revolta.

Caça à baleia

A época da caça à baleia ao largo da Noruega foi aberta no início da semana pelo Ministério das Pescas norueguês. O Japão e a Noruega são os únicos países do mundo que prosseguem a caça às baleias, apesar da proibição da Comissão Baleeira Internacional. A quota de mamíferos a abater aumentou este ano de 232 para 425.

Ulster

O Sinn Fein renunciou à violência e concordou com a deposição das armas. Gerry Adams, o líder do braço político do IRA, declarou que aceitava os princípios estabelecidos pelo antigo senador norte-americano Clarence Mitchell, tal como os restantes partidos envolvidos no processo de paz da Irlanda do Norte. As propostas de Mitchell passam pelo desarmamento total das organizações paramilitares, aceitação dos princípios democráticos e renúncia ao uso de violência.

CONGRESSO JCP
18/19 de Maio • LISBOA

V Congresso da JCP

Pela esquerda é que vamos!

Texto: Henrique Custódio
Fotos: Sérgio Morais

Com a presença de mais de 700 delegados vindos de todo o Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, realizou-se no passado fim-de-semana em Lisboa, no Pavilhão Carlos Lopes, o V Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), a que assistiram igualmente mais de 30 representantes de organizações internacionais de juventude. Entre as novidades trazidas por este V Congresso da JCP, destaca-se a entrada de 51,6% de novos membros na Direcção Nacional - o que assinala uma espectacular renovação - e a criação de uma Comissão Política para melhor operacionalizar a acção da JCP. Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, encerrou os trabalhos com uma intervenção que transcrevemos nestas páginas, tendo também estado presentes os dirigentes do PCP, Francisco Lopes, do Secretariado e da Comissão Política, José Casanova, da Comissão Política, Helena Medina, da DORL e do CC, e Carlos Humberto, da DORS e do CC.

Os trabalhos do V Congresso da JCP começaram no sábado, realizando-se três sessões até às 19.30, não havendo interrupção sequer no período do jogo do final da Taça de futebol («fraqueza» a que não resistiu o Congresso da Juventude Socialista, a realizar-se em simultâneo), prosseguindo no dia seguinte em mais duas sessões, a primeira ocupando toda a manhã com a eleição da nova Comissão Nacional, a outra terminando às 17.30 com um discurso de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Este Congresso foi particularmente participado, registando-se cerca de 120 intervenções, faltando tempo para mais 50 inscritos. Analisando aprofundadamente a situação social e política do País, os jovens comunistas portugueses debateram com vivacidade e em quase diálogo questões como o Serviço Militar Obrigatório - que defendem, com necessários ajustamentos que o dignifiquem -, a precariedade do emprego, os problemas do Ensino, que continua a ser elitizado pelo Governo socialista, a necessidade da Regionalização e a importância do trabalho do Poder Local, o problema da toxicodependência, etc.

No documento de intervenção e organização da JCP o Congresso aprovou a substituição do executivo da Direcção Nacional por uma Comissão Política, órgão que a partir de agora assumirá a direcção política da JCP para melhorar as respostas necessárias no dia-a-dia, tendo também sido eleito o novo Secretariado, órgão de direcção que transita de Congressos anteriores. Esta foi uma das novidades do Congresso. A outra, como já referimos, está na grande renovação operada na Direcção Nacional da JCP, com a substituição de 50% dos seus efectivos por novos membros.

O Congresso aprovou igualmente diversos documentos, os mais importantes dos quais resumimos nestas páginas. É o caso da Resolução Política, do Projecto de Base Programática e do documento sobre questões de organização e direcção designado «A intervenção dos jovens comunistas»

Arte, desporto e divertimento

Mas o V Congresso da JCP não foi apenas discussão política. No próprio pavilhão a arte estava presente através de uma exposição de artes plásticas, com obras de diversos autores jovens, iniciativa que se juntou a um concurso de literatura onde confluíram dezenas de trabalhos. O desporto também não foi esquecido: um torneio de futebol de salão, que teve uma fase distrital e depois interdistrital, terminou com a fase final nas instalações da Voz do Operário, coincidente com a realização do Congresso mas com realização na noite de sábado, já depois de encerrados os trabalhos no Pavilhão Carlos Lopes, tendo saído vencedora uma equipa do colectivo do Barreiro.

Mas a animação de sábado à noite não se ficou pela final de futebol de salão. No cinema Tivoli foi projectado o filme de José Fonseca e Costa, *Cinco Dias Cinco Noites*, com bilhetes oferecidos aos congressistas e que registou uma enchente. Esses mesmos bilhetes davam acesso à discoteca Rookie para quem quisesse acabar a noite com uma animação mais mexida - e não foram poucos os que não se fizeram rogados!

Base programática para acções concretas

O V Congresso da JCP ratificou uma «Base Programática» apresentando «as medidas justas e necessárias» que, segundo a JCP, «traduzem as mais profundas aspirações dos jovens e do movimento juvenil» na actualidade portuguesa. Nela, a JCP, «assumindo os seus ideiais e o projecto político que defende, exige uma verdadeira política de esquerda como caminho para uma democracia participada e para uma sociedade livre e justa», proclamando, sem tergiversações, «Pela esquerda é que vamos!».

Nesta base programática, os objectivos são colocados no plano concreto e pormenorizados, com clareza, sob as questões centrais por que a JCP se propõe lutar no imediato: por uma política de desenvolvimento económico ao serviço do povo e do País, pelo direito ao emprego, por um trabalho estável, por salários justos, por condições de trabalho dignas, pela liberdade de acção e organização dos trabalhadores, pela formação profissional, por uma política de combate ao trabalho infantil, por mais e melhor Segurança Social, pelo direito à Educação, por um Ensino gratuito, justo e de qualidade, pela participação dos estudantes, pelo apoio aos trabalhadores-estudantes.

Mas não se ficam por aqui as áreas de intervenção definidas pela JCP. A sua luta passa também por questões tão diversas como a política de defesa e conservação da Natureza, uma melhor utilização dos recursos naturais, um ambiente humano mais saudável, uma defesa mais eficaz do meio ambiente, o direito à habitação, a melhoria e democratização do sistema de Saúde, a acção concertada contra a toxicodependência, uma sociedade para todos, uma sexualidade assumida com naturalidade e responsabilidade, o fomento e apoio ao associativismo e intercâmbio juvenil e acesso à prática desportiva, o direito à plena fruição e criação cultural, a integração de culturas e respeito pela imigração, o combate à marginalidade e à prostituição, um serviço militar com direitos, o direito à objecção de consciência, o Poder Local e a concretização da regionalização, o direito de viver num país de paz e cooperação com todos os povos.

Álvaro Cunhal com representantes das organizações internacionais

Mais de 30 representantes de organizações de juventude internacionais estiveram presentes no V Congresso da JCP, seguinto atentamente os trabalhos. No uso da palavra, foram sempre aplaudidos calorosamente pelos mais de 700 congressistas, merecendo particular destaque as grandes ovações que os jovens comunistas portugueses dedicaram aos representantes de Angola, Cuba, Espanha, Timor-Leste e Vietname, percebendo-se nos respectivos oradores grande entusiasmo e emoção por estarem presentes naquela tribuna.

Esse entusiasmo da generalidade das representações da juventude internacionais que estiveram neste V Congresso da JCP prolongou-se no encontro que tiveram, no final dos trabalhos do Congresso, com Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP. O convívio foi marcado para o Centro de Trabalho do Hotel Vitória e fez-se à volta de um lanche, tendo Álvaro Cunha faiado sobre a situação política internacional e os grandes problemas que se colocam à Humanidade, no mundo actual.

Estiveram presentes neste V Congresso da JCP representantes de juventudes comunistas e organizações juvenis internacionais da Alemanha, de Angola, da Áustria, do Brasil, de Chipre, de Cuba, de Espanha, da Finlândia, de França, da Grécia, da Índia, da Itália, do Irão, do Japão, da Líbia, da RPD da Coreia, do Sahara Ocidental, da Suíça, de Timor-Leste, do Sudão, do Vietname e ainda da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD).

Ricardo de Oliveira:
«Sonhando, vivendo e intervindo»

«Na hora do regresso às nossas regiões», disse *Ricardo Oliveira*, o membro da nova Comissão Política da JCP que fez a intervenção do Congresso, «uma última palavra sobre as grandes tarefas que se nos irão deparar: a dinamização dos estudantes do Básico e Secundário contra esta política elitista; dos estudantes do Superior em defesa da escola pública gratuita para todos; dos jovens trabalhadores em defesa do direito a um emprego com direitos; a luta pela concretização de verdadeiras políticas de juventude tanto ao nível local como nacional; a afirmação dos ideiais comunistas e do projecto do Partido; a construção da 20ª Festa do Avante no 75º Aniversário do PCP, maior evento político cultural do país, e momento privilegiado para contactar os jovens portugueses, a par de uma empenhada e activa participação no XV Congresso do nosso Partido, o Partido Comunista Português».

Ensino gratuito para todos

Estas «são as tarefas prioritárias que têm que nortear o nosso trabalho futuro e que exigem da JCP uma resposta empenhada», frisou Ricardo Oliveira no final da sua intervenção. Antes, o dirigente da JCP criticou o Governo PS, que «propôs aos partidos e aos parceiros sociais a elaboração de um «Pacto Educativo». Anunciou que todos juntos iriam construir um novo projecto educativo em que os estudantes têm que pagar propinas no Superior Público, em que é necessário encontrar formas diversificadas de financiar o Ensino Secundário, em que apenas se irá prosseguir na gratuitidade ao nível do Básico e em que a Acção Social Escolar passa para a competência das autarquias. Criticando esta caricatura de «diálogo» por parte do executivo PS, Ricardo Oliveira afirmou que «não é este o nosso entendimento de abertura. Este diálogo nós não aceitamos».

Entre várias exigências a nível de Ensino destacou que «defendemos a valorização da avaliação contínua, lutamos contra as provas globais e os exames finais no 9º e 12º ano. Não aceitamos que o acesso ao Ensino Secundário e Superior estejam dependentes de 120 minutos. Não aceitamos a manutenção do «numerus clausus» quando Portugal continua a ser o país da União Europeia com menor índice de licenciados na activa. Não aceitamos que todos os anos, milhares de jovens fiquem à porta do Ensino Superior Público, porque continuamos a ter sucessivos governos que prometem muito mas cumprem pouco. Defendemos um Ensino Superior Público gratuito para todos».

Construiremos uma sociedade mais justa

«Esta semana foi publicado mais um relatório sobre o desemprego na Europa», afirmou mais adiante. Mais uma vez «este cresceu e apesar das muitas medidas demagógicas dos vários governos PSD e do actual governo PS, Portugal faz parte do pelotão da frente dos países da União Europeia onde o desemprego tem crescido mais», disse, acrescentando:

«Este é um problema que afecta muito seriamente os jovens de hoje: Inscritos nos Centros de Emprego são cerca de 130 mil e se a estes acrescentarmos os jovens à procura do 1º emprego, apercebemo-nos com facilidade que hoje os jovens são os que mais sofrem com os problemas de desemprego e que menos perspectivas de futuro têm.»

Após abordar o problema da toxidependência e a dignificação do Serviço Militar Obrigatório, Ricardo Oliveira resumiu os caminhos para o reforço e o aprofundamento do trabalho da JCP, afirmando, em conclusão:

«Sonhando, vivendo e intervindo, construiremos uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados, onde os direitos dos jovens sejam uma realidade, uma verdadeira democracia, o socialismo e o comunismo.»

EM FOCO

CONGRESSO JCP
18/19 de Maio • LISBOA

Intervenção de Carlos Carvalhas

Organizar e lutar

Queria, em primeiro lugar, agradecer o terem-me convidado a participar no vosso Congresso e o poder ter estado aqui convosco a partilhar as vossas inquietações, reflexões e propostas.

Queria também saudar calorosamente as delegações estrangeiras e manifestar aqui a nossa solidariedade a todos os povos em luta. Queria, ainda, por intermédio de todos os jovens presentes, saudar a juventude portuguesa dizendo-lhe que podem contar nas suas aspirações, lutas e justas reivindicações, ontem como hoje e sempre, com o Partido Comunista Português.

E daqui queria saudar muito particularmente os jovens comunistas e todos os que como eles tiveram um papel destacado nas lutas juvenis.

Nós acompanhamos o vosso grito de revolta contra as injustiças, as falsas promessas e a hipocrisia social.

O Partido conta com a JCP, organização autónoma dos jovens comunistas, juventude do PC, conta com a vossa iniciativa, criatividade e generosidade, conta com a vossa reflexão e militância, para ganhar novos sectores da juventude para uma participação activa na defesa dos seus interesses e aspirações, na luta por uma nova política, uma política de esquerda para Portugal. E a JCP está de parabéns com os 1500 novos membros que entraram para as suas fileiras desde a última festa do Avante.

Há quem se interrogue e considere um mistério, a razão por que é que há tantos e tantos jovens que aderem à JCP e ao Partido Comunista Português, num quadro social e político, em que tanto se tem gasto e se tem feito para que triunfe o comportamento do ôsalve-se quem puderõ, do egoísmo mais desenfreado e o ideário das classes dominantes erigido em ôpensamento único universalõ.

Eu creio que não é difícil decifrar tal mistério. E não é porque a JCP e o PCP tenhm ôjobs for the boysõ.

A juventude é uma grande força social, generosa, contestatária e reivindicativa, que não pactua com os falsos valores e moralismos, avessa à hipocrisia, às falsas promessas e a que o insuportável se torne banal.

Quando um jovem olha para o mundo de hoje ou para o nosso país, para o ôpensamento dominanteõ para a hipocrisia do discurso oficial e para as perspectivas que se lhe são oferecidas;

Quando se dá conta que hoje vivemos numa época em que se verificam grandes avanços científicos e técnicos, que não são acompanhados pela redução do horário de trabalho e o bem-estar das populações, isto é, pelo progresso social de milhões de seres humanos, mas ao contrário por regressões sociais e ofensivas contra conquistas e direitos que muitos julgavam irreversíveis;

Quando um jovem desce ao Metropolitano de Lisboa, Paris ou de outra qualquer capital e é confrontado com o ôterceiro Mundoõ que convive paredes meias com a riqueza mais opulenta;

Quando descobre os mecanismos de exploração, os interesses egoístas do grande capital, os privilégios de uma minoria lado a lado com as bolsas de pobreza, os excluídos, os desempregados e todos aqueles que estão agarrados à toxicodependência;

Quando entra no mundo do trabalho e vê o espezinhamento de direitos, os vínculos precários, o recibo verde, o trabalho sem direitos, os baixos salários;

Quando se informa e verifica com verdade que o capitalismo ao longo do século XX mergulhou o Mundo em duas guerras mundiais, sustentou até à última o colonialismo, instigou e aprovou ditaduras fascistas e está marcado pela opressão social da maioria da população do Planeta, **será de espantar que se queira organizar e lutar com outros jovens e outros cidadãos contra este estado de coisas?**

Será de espantar que muitos sejam os que se indignam e que cresça o número de jovens que se juntam aos jovens da JCP e que façam sua a citação de Marx que tem servido de bandeira à JCP: **«Os filósofos têm apenas interpretado o mundo, a questão é transformá-lo.»**

Lutar para transformar sem subordinação a modelos e a prontos-a-vestir é mais necessário e actual do que nunca.

A juventude progressista não aceita a construção de uma União Europeia de tipo oligárquico, com os povos cada vez mais afastados dos centros de decisão, com a amputação das soberanias nacionais, desapossando os cidadãos dos seus direitos em nome dos interesses das transnacionais e dos grandes senhores do dinheiro.

Os jovens não ficam indiferentes e mostram a sua indignação ao verem as dificuldades com que estão confrontados, quando comparadas com as fantásticas fortunas acumuladas através das actividades especulativas favorecidas pela lógica neoliberal.

Os jovens não aceitam de ânimo leve a polarização da riqueza à custa do desbaratamento do riquíssimo S.E.E., numa autêntica pilhagem da riqueza nacional tanto pela dinastia dos velhos barões, como pelas gerações dos predadores recém-chegados, enquanto no outro pólo aumenta o número de famílias que se vêem excluídas de um nível de vida digno.

Os jovens são sensíveis às injustiças e na sua grande maioria reprovam a política politiqueira.

Por isso a classe dominante e os seus aparelhos ideológicos procuram inculcar a ideia de que os **Partidos são todos iguais**, que o que querem é o ôtachoõ, que estes o que procuram é a realização de factos mediáticos, ou a elaboração de pequenas frases assassinas em relação aos seus adversários, ou de fórmulas de choque ou de tudo aquilo com que o Estado-espectáculo e a informação-espectáculo querem reduzir o debate democrático.

Com isto o que pretendem é desviar a atenção dos verdadeiros problemas, evitar o debate sobre as propostas e soluções e fomentar a resignação. Difundir a indiferença, o cepticismo e a desconfiança. Dar a ideia de que não há saída, que ninguém os defende, que só há o caminho da submissão, do oportunismo e do carreirismo.

Não assistimos ultimamente à enjoativa e desqualificante telenovela da Regionalização entre o PS, o PSD e o PP com este partido a fazer de pombo-correio e os três partidos num frenesim de conferências de imprensa, no digo eu dizes tu, como se o país não tivesse outros problemas?

Os objectivos são claros. Desviar as atenções, dar primazia ao espectáculo, manipular comportamentos, mostrar um grande oposicionismo sobre o acessório para encobrir as coincidências sobre o essencial.

Por isso é natural que também encontremos jovens a afirmar que a política não lhe interessa, ou a julgarem todas as forças políticas pela mesma bitola, ou a serem levados pela discurso populista e demagógico, ampliado por grandes meios de informação.

Esta situação é ainda facilitada pela falta de saídas profissionais, pelo desemprego, pelo trabalho precário e pela entrada cada vez mais tarde no mercado de trabalho.

Em relação a estes, o esclarecimento, a intervenção pedagógica, o convencimento pela informação e pela argumentação e pela nossa prática política é fundamental.

Pelo direito à indignação

Os defensores da ordem estabelecida e os novos apóstolos do liberalismo continuam a procurar justificar o inaceitável. E nunca tiveram falta de políticos, nem de intelectuais e propagandistas hábeis em preconizar a submissão às divinas leis naturais do mercado e da exploração, em louvar as virtudes estimulantes das desigualdades sociais, em denunciar a ameaça satânica dos que mostram que há outras alternativas e caminhos. E tudo estaria no melhor dos mundos se o arcaísmo e o reaccionarismo dos que se dizem neoliberais na economia, mas atentos ao social não revelassem a sua impostura.

Mas as classes dominantes e os governos que expressam os seus interesses não se ficam pela propaganda e pela manipulação da informação.

Quando a propaganda e a diversão não chegam, procuram refinar a repressão e a liquidação de direitos adquiridos.

Não vimos nesta semana o Governo a tentar testar na opinião pública, através de uma ôfugaõ organizada para a imprensa, novas medidas repressivas em relação aos cortes de estrada?

E isto será porque sente que a sua política é tão boa e tão justa que o que está à espera é do aplauso geral e não da contestação?

Os mesmos socialistas que tanto reclamaram pelo direito à **indignação,** por exemplo no caso da Ponte 25 de Abril, procuram agora a liquidação de tal direito...

E não os vemos já ù e os perigos são reais ù com grande afã na revisão da Constituição da República, para modificarem as leis eleitorais de modo a distorcerem a conversão de votos em mandatos, em conseguirem mais eleitos com menos votos.

E não vimos o Governo PS a querer impor **por lei a flexibilidade e a polivalência** liquidando direitos, criando dificuldades à contratação colectiva, desorganizando a vida familiar, e intensificando a exploração...

Um PS a aplaudir uma proposta de Lei, com o apoio da muleta do CDS/PP, um partido de nostálgicos do 24 de Abril e com a fingida abstenção do PSD, que torna possíveis horários semanais de 50, 48 e 45 horas, seis meses após a sua entrada em vigor e durante um ano!

O dia 17 de Maio fica como um dos mais claros exemplos de que as falsas batalhas de palavras, as telenovelas e as guerras de alecrim e manjerona travadas entre o PS e o PSD não são mais do que cortinas de fumo para fazer esquecer aquilo que em 17 de Maio se comprovou: que, na hora da verdade, e naquilo que é importante, se juntam todos para defender a política de direita. para servir o grande capital, para agredir os direitos de quem trabalha.

A lei da flexibilidade e polivalência foi votada mas ainda não entrou em vigor.

Esta questão não está arrumada.

Continua a haver um largo campo para continuar a luta, para em toda a parte organizar a resistência à sua aplicação, para exigir que sejam respeitados os direitos de quem trabalha.

O perigo que se corre é que este Governo legitimado há pouco pelo voto popular e com o protector nome de ôsocialistaõ vá ainda mais além do que foi o PSD ...

De facto foi o próprio Vice-Presidente da CIP que disse com satisfação que as mais importantes reivindicações sempre tinham sido alcançadas com governos do PS, dando como exemplo dos exemplos os **contratos a prazo!**

Mas os jovens, as trabalhadoras e os trabalhadores que votaram PS e esperavam por uma nova política como reagirão?

Como reagirão todos os jovens que acreditaram na promessa de mudança, na promessa de revogação das propinas e na declaração de paixão pela educação?

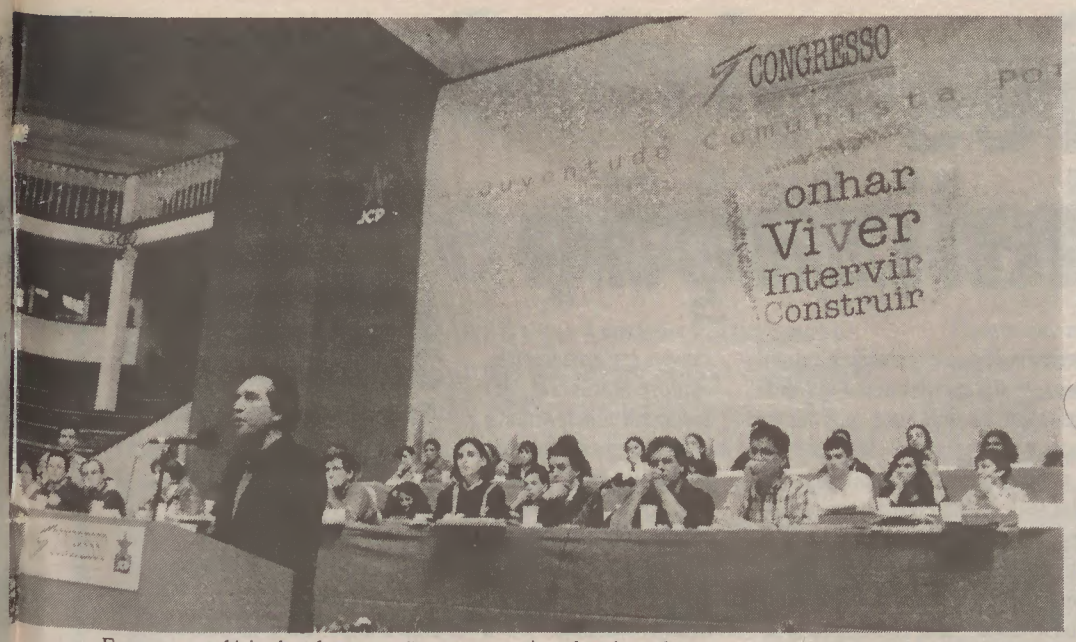
A prosseguir tal política, o PS que não se iluda. Serão cada vez mais os jovens e os cidadãos em geral que tendo votado no PS se sentirão indignados por verem os seus votos usados para a continuação de uma política que eles quiseram ver derrotada.

O social como um subproduto

É inaceitável e intolerável que em nome da mudança se tenham pedido os votos que agora se usam para continuar no essencial a política do PSD.

O social como um banal subproduto do aspecto económico, esta é a quinta essência do velho e retrógrado discurso dos neoliberais de todos os matizes.

EM FOCO



E, como corolário de tal concepção quanto mais pobre é o subproduto, mais a actividade principal exibe a sua prosperidade.

O Mastrichianismo triunfante inscreve com letras de ouro na política do governo PS algumas ideias claras, luminosas, intangíveis: assegurar o máximo lucro, a máxima acumulação, o máximo do património nacional a meia dúzia de famílias, para que depois em caridadezinha se trate do social.

Os resultados estão à vista: cada vez mais desemprego, mais trabalho precário, mais emigração, mais bolsas de pobreza, mais crianças abandonadas na rua, mais toxicodependência.

É inaceitável e intolerável que o traço que caracteriza esta época se defina num contraste brutal: de um lado avanços fulgurantes do espírito humano em todos os domínios da ciência e da técnica; do outro, o retrocesso social, a liquidação de direitos e a mediocridade parda de quem decide.

Bom seria que o PS atentasse na sua política, na situação dos jovens estudantes, na mercantilização do ensino e da cultura, nas enormes carências do ensino pré-escolar, no crescente abandono escolar, no insucesso educativo e no funil do numerus clausus, que em conjunto constituem uma tremenda barreira de injustiças e uma grande frustração para os jovens, para o seu futuro e para o desenvolvimento e progresso de Portugal.

Bom seria que o PS visse, com olhos de ver, e sem demagogias, a impunidade da exploração do trabalho infantil, o aumento do número de acidentes de trabalho envolvendo crianças e jovens, a carência duma política coerente de formação profissional.

Bom seria que o PS não se refugiasse na propaganda dos Conselhos de Ministros abertos, na política-espectáculo e não tapasse os olhos ao aumento cada vez maior do subemprego e do trabalho ilegal e clandestino e à situação dos jovens desempregados sem qualquer subsídio de desemprego.

Bom seria que o PS quisesse reparar que o desmantelamento do aparelho produtivo e o ataque aos direitos dos trabalhadores se reflecte de forma particularmente negativa na situação dos jovens que buscam o primeiro emprego, cada vez mais difícil, mais precário e com menos direitos. Este é o caldo de cultura do racismo das xenofobias e dos nacionalismos e de todos os patrioteiros que confundem a pátria com a sua conta bancária. Pela nossa parte continuamos a afirmar - todos diferentes, todos iguais.

Pela nossa parte tudo faremos para que o emprego seja efectivamente a prioridade prometida, o que implica alterações relevantes na política económica.

Continuaremos a lutar e a pressionar o governo quanto à formação profissional, à educação e ensino, ao apoio à habitação e à constituição de jovens famílias, ao direito à saúde, desporto e tempos livres, ao acesso à cultura e à preservação do ambiente, ao combate à toxicodependência, à exclusão social, à marginalidade, delinquência e racismo. Para nós, estas deveriam constituir linhas essenciais da acção de uma política do governo que se preocupasse com a juventude nas palavras e nos actos.

Mas não temos ilusões. **E por isso dizemos com razão que quem está no Governo não é a esquerda, mas simplesmente o PS que nas questões fundamentais teima em continuar a política derrotada nas urnas em 1 de Outubro.** E reafirmamos isto para que, quando o descontentamento se generalizar não se vir dizer hipocritamente que ele é o resultado da política de esquerda. Não. Não é! Quem levanta bem alto os valores da esquerda é esta juventude, é a JCP, é o PCP.

Creio que estareis de acordo que assim devemos proceder e que **é a juventude, a Juventude Comunista Portuguesa** que com todo o orgulho levanta os valores do 25 de Abril e dos valores de esquerda.

E creio que estareis também de acordo que a Juventude Comunista Portuguesa e o PCP continuem coerentes na exigência e na luta pelo direito dos jovens a um futuro condigno e a uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

E é também com este objectivo que em Dezembro realizaremos o XV Congresso do PCP, Congresso para o êxito do qual é fundamental, a intervenção, a reflexão e a participação dos jovens comunistas.

Contra a política «rasca»

A defesa da igualdade e da fraternidade entre os povos, a recusa do racismo e da discriminação, a luta pela participação democrática, pela intervenção e transformação da sociedade, pela justiça social, pelo desenvolvimento, com a sua dimensão social e ambiental, são objectivos, valores e ideais que a juventude portuguesa partilha com as forças de esquerda.

Por esses valores a juventude portuguesa esteve em luta nos últimos anos. E estará se lhe continuarem a ser negados. A juventude combateu um a política rasca e não quer que ela continue agora com outras caras e outro governo.

A juventude sabe que o que é actual e progressista, não é a regressão social e a liquidação de direitos, não é a aprisionar a esperança e o futuro da humanidade num suposto «fim da história» sustentado na pretensa perenidade e superioridade do capitalismo, mas sim ter a vontade e a coragem de lutar pela construção de novas sociedades libertas da exploração, da dominação e da alienação, num projecto enriquecido, renovado e construído pela acção e intervenção dos povos que acolha o melhor do património já conquistado pela humanidade.

(...)

Por isso dizemos, estamos e estaremos ombro a ombro com a juventude contra o arrivismo, a falta de escrúpulos, o egoísmo, o conformismo e a resignação perante o que é injusto e inaceitável, levantaremos as bandeiras e os valores da coerência, da verticalidade, da capacidade de revolta e de indignação, a coragem de enfrentar dificuldades e de rasgar novos horizontes de esperança, de transformação e de progresso.

Por isso dizemos com o PCP e a JCP a luta continua! Com o PCP e a JCP a luta continua, pelo emprego com direitos, pela justiça social, pela democratização do ensino, pelo desenvolvimento, a soberania e a independência de Portugal.

Viva o 5º Congresso da JCP!
Viva o PCP!
Viva a JCP!

Resolução Política

«A mudança constrói-se na luta!»

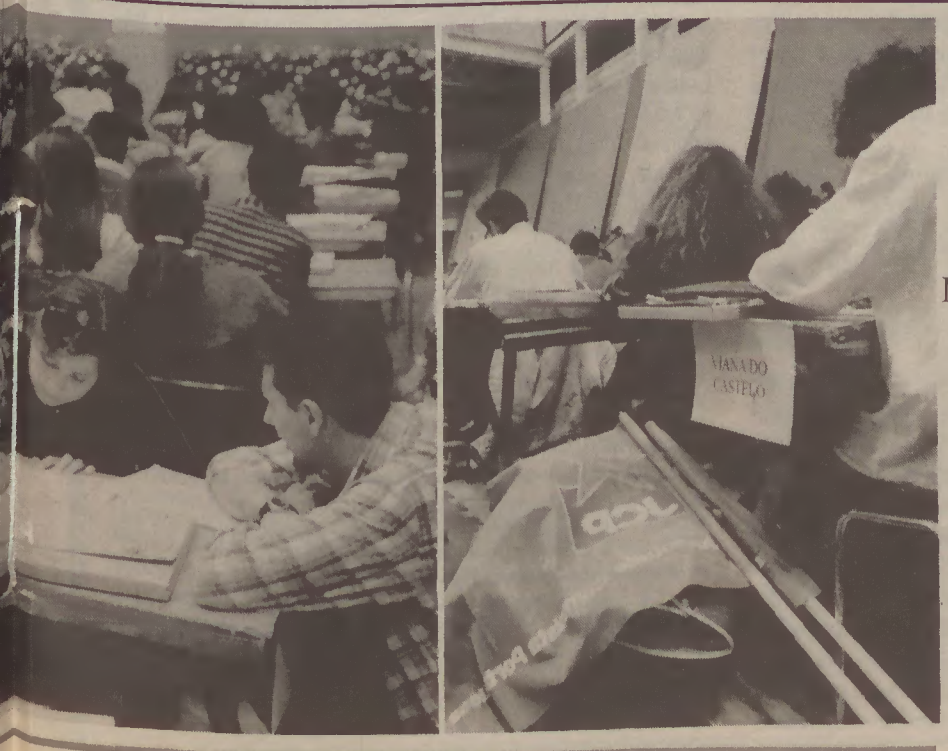
***«A mudança contrói-se na luta!»* é a designação genérica da Resolução Política aprovada em Congresso pela JCP, um documento que, até chegar à reunião magna dos jovens comunistas portugueses, foi discutido em todas as organizações da JCP.**

O I Capítulo da Resolução Política debruça-se sobre a «Evolução da Situação Internacional», onde se assinala «a reorganização das forças do capital» operada na sequência «da desagregação da União Soviética e do desmoronamento da comunidade socialista do Leste da Europa - resultante do fracasso de um "modelo" que se afastou e afrontou os ideais do socialismo». Essa reorganização capitalista, segundo a JCP, traduz-se essencialmente «nesta muito mais ampla exploração e dominação económica do planeta, traduzindo-se ainda no cimentar, à dimensão de um mundo agora unipolar, de um aparelho complementar de controlo e repressão mundial», assinalando-se mais adiante que «o movimento juvenil anti-imperialista não se apresenta, hoje, como uma realidade homogénea», pelo que «no combate objectivo, sectorial ou global, ao imperialismo, para além das organizações comunistas, encontramos com maior ou menor regularidade, o movimento estudantil, o movimento unitário dos trabalhadores, os movimentos ambientalistas e anti-racistas, os movimentos pela paz, os movimentos de Organizações Não Governamentais (ONG's) pelo desenvolvimento e cooperação, os movimentos de libertação nacional e sectores das organizações politico-partidárias da social-democracia e das chamadas "novas esquerdas"», frisando ainda que «o movimento juvenil anti-imperialista reorganiza-se e ganha confiança».

O II Capítulo da Resolução debruça-se sobre os «Problemas da Integração Europeia e Juventude», onde se analisam os traços fundamentais do actual processo de integração, bem como as suas consequências, dedicando-se particular atenção à próxima revisão do Tratado de Maastricht, defendendo-se que «mais do que resistir aos intentos com que se procede à revisão do Tratado de Maastricht, este combate terá que ser inserido, e tornar-se um ponto alto da luta pela mudança no actual processo de integração, redireccionando-o para a construção de uma Europa de cooperação mutuamente vantajosa entre Nações livres, iguais e soberanas».

A revisão do Tratado de Maastricht volta ainda a ser abordado no Capítulo seguinte, que trata da «Evolução da situação social e política nacional». Este capítulo - o III da Resolução Política - também aborda os anos do Governo PSD/Cavaco Silva e produz uma ampla análise sobre as consequências da política de direita na situação social da juventude, nomeadamente nos jovens trabalhadores, na educação, nos diversos graus de ensino, nos trabalhadores-estudantes, na habitação, na saúde, no desporto, na cultura, no ambiente, no serviço militar, na toxicodependência, no alcoolismo, na delinquência juvenil, no racismo, na emigração e no asilo de estrangeiros, nos jovens e mulheres, nos jovens casais, nos jovens deficientes e na exclusão social.

O IV Capítulo da Resolução Política é dedicado à «Juventude portuguesa e seus movimentos» e, finalmente, o V Capítulo aponta os «Objectivos e grandes linhas de intervenção da JCP».



Sonhar
Viver
Intervir
Construir

Manifesto dos Jovens Comunistas Portugueses

"Viver a Transformar a Vida"

Iguais a tantos outros jovens na partilha dos sonhos, aspirações e desejos, individuais e colectivos, e da imensa alegria de quem confia no futuro, mas também na partilha dos problemas resultantes da realidade que é hoje o nosso presente,

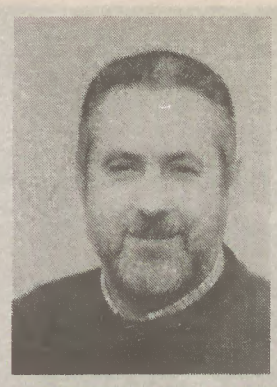
AFIRMAMO-NOS COMUNISTAS.

Jovens Comunistas.
Porque pensamos que não basta confiar no futuro.
É necessário construi-lo hoje,

O V Congresso da JCP aprovou um Manifesto designado «Viver a Transformar a Vida», que a JCP irá fazer chegar à juventude do nosso país para dar a conhecer as posições dos jovens comunistas portugueses, que como tal se afirmam, garantindo que «vale a pena lutar», seja «pela garantia dos direitos dos trabalhadores», «pelo desenvolvimento e democratização do sistema de ensino», o «direito à saúde e à habitação» ou «por um Portugal livre, soberano e independente».
O Manifesto defende igualmente a solidariedade internacionalista, apela à luta contra o imperialismo e convida todos os jovens «para esta luta difícil, mas necessária e apaixonante».

EM FOCO

Os horrores da regionalização



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

As regiões ficam caras. Os adeptos do «menos Estado», os guarda-bolsos dos contribuintes, não têm dúvidas. Os vencimentos, reformas e sinecuras dos novos caciques e seus funcionários. Os custos da burocracia, mais papel, mais tinta, mais estantes, mais computadores, etc., etc. As contas cobradas pelas clientelas. Logo, as regiões vão custar caro. Entre 0 e 60 milhões de contos, conforme o contabilista é adepto ou adversário da regionalização. Não há que admirar: é o mercado a funcionar e a decidir. É tudo uma questão de números.

É evidente que para os que dizem ser as regiões um novo sorvedouro de dinheiros públicos, as Comissões de Coordenação Regionais (CCR) (onde é sabido há uma elevada concentração de inteligência por metro quadrado) (1), os Governos Civis, as inúmeras repartições e serviços da Administração Central, não usam edifícios, não têm funcionários, não gastam papel e tinta, nada. São do género libelinha, saltando de projecto em projecto, de cheque em cheque, alimentados espiritualmente por um inegável dom de serviço público. Só de quando em vez compram uma caixinha de *clips*, despesa sempre suportada por um peditório público. (2)

É o fundamentalismo tacanho dos que medem a participação dos cidadãos e a democracia em escudos. O mesmo fundamentalismo que fará da saúde dos portugueses um negócio privado, da segurança social a riqueza das empresas seguradoras. É a lógica dos que promovem a concentração e a centralização do capital e temem qualquer descentralização do poder e despesa pública que ponha em causa a taxa de lucro. É hipocrisia dos que admitem que o Estado venda por tuta e meia uma empresa como a EDP, que rende ao Estado, por ano (de dividendos, IRC, IVA), muito mais que o valor máximo até hoje admitido como custo da regionalização.

Como refere Simões Lopes, a regionalização não pode «limitar-se a uma interpretação na visão estreita da economia, e muito menos na óptica, ainda mais estreita, dos custos». E, sublinhando que «quer no que respeita aos recursos humanos, quer no que toca aos recursos naturais, a regionalização, como processo de organização espacial da sociedade, garante de forma incontroversa uma maior eficiência na sua utilização.», pergunta: «Quem ignora o nível social e humanamente insustentável dos desequilíbrios regionais? Quem ignora a dimensão da drenagem de recursos, designadamente de recursos humanos (os mais empreendedores ou pelo menos com maior espírito de risco, os activamente mais jovens, os mais qualificados, em suma) para os grandes centros urbanos?» (3)

A regionalização agrava as assimetrias regionais. «O exemplo francês - Desigualdades agravadas», assim titulava o Suplemento Economia do «Público» de 29 de Abril, uma das suas páginas do *Dossier* sobre os custos da regionalização. Assim se mentia ao leitor e se manipulava o conteúdo do artigo. Porque este, se não afirma a tese contrária (regionalização igual a atenuação das assimetrias) evidencia que o agravamento das desigualdades regionais em França, nada tem a ver com a regionalização feita: «No entanto, as desigualdades entre regiões têm vindo a agravar-se. Isto porque a principal fonte de receitas locais é a taxa profissional paga pelas empresas (que representa 45 por cento do produto da fiscalidade directa local). Dados os contrastes na implantação industrial e terciária em França, os desequilíbrios são inevitáveis.»

Este facto é também um bom exemplo de que a regionalização não significa necessariamente desenvolvimento.

A regionalização não é uma condição suficiente para o desenvolvimento regional. Mas sempre afirmamos que a regionalização poderia ter um importante papel na superação das assimetrias regionais, desde que se verificassem outras certas condições. E a primeira diz respeito ao conteúdo da própria regionalização. Isto é, das atribuições e competências descentralizadas do poder central para as regiões. Do seu acompanhamento pelos correspondentes meios financeiros, acrescentados das verbas necessárias para a compensar as desigualdades do desenvolvimento, penhor da necessária solidariedade nacional.

Em segundo lugar, a exigência de que as forças políticas e os autarcas regionais eleitos optem por políticas conforme os interesses do desenvolvimento regional, e incentivem as populações a assumirem elas próprias o protagonismo político no desenhar e concretizar das estratégias de desenvolvimento. Dinamizem e promovam a participação democrática dos cidadãos na vida da região, o empenhamento do poder local (municípios e freguesias), dos agentes económicos, sociais e culturais.

Em terceiro lugar, a consciência de que os principais estrangulamentos e círculos viciosos do desenvolvimento regional decorrem das políticas de direita que há vinte anos determinam o rumo das políticas económicas e sociais no País. Políticas que liquidavam em grande parte as potencialidades, medidas e instrumentos criados pela Revolução de Abril. Políticas que somaram problemas e estrangulamentos ao património de subdesenvolvimento acumulado pelo fascismo. Sempre alertamos para a terrível ilusão de que a «descentralização administrativa» e a «regionalização» fossem as palavras mágicas capazes de solucionarem os problemas de décadas de abandono, de exploração, de subdesenvolvimento regional. Não foi o PCP que, ao longo destes anos após Abril, transformou o Terreiro do Paço no bode expiatório de todos os problemas de tantas regiões portuguesas, desculpando e eludindo as responsabilidades políticas dos governos do PS, PSD e CDS.

É por isso que não podemos deixar de lamentar que um ministro do governo que diz querer fazer a regionalização, baralhando os dados, tenha despejado (ao que foi noticiado) «um balde de água fria» sobre a euforia pró-regionalização dos correligionários do partido, alertando-os para as cautelas a usar neste processo, para que a regionalização «não se vire contra os seus promotores» pela não resposta aos problemas das populações, pelo possível endividamento das regiões (Expresso de 13.4.96). Lamentável não é o alerta, lamentável é que, não se recordando do que afirmou há anos, «o modelo (socioeconómico) vigente construiu um verdadeiro círculo de ferro protector do reforço das assimetrias» (citado em Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento, 1982), o ministro J. Cravinho não tivesse desvendado a bem fundada razão do seu pessimismo: o fundamentalismo neoliberal das políticas do seu governo, bem estribadas pelas orientações comunitárias (Maastricht, liberalização, desregulamentação, privatizações, PAC, etc.) que, sem dúvida nenhuma, aprofundarão ainda mais os problemas de todas as regiões e as desigualdades entre elas (4), num quadro do agravamento geral da situação socioeconómica do País. Não há regionalização que responda às consequências dessas políticas. Das políticas de direita do Governo PS do Engº António Guterres.

Apesar de tudo, as regiões podem ser um importante espaço para a luta política e social (e não para a «guerra fratricida», a «guerrilha burocrática», o «afrontamento regional») pela participação democrática das populações, pelo desenvolvimento, pelas necessárias políticas regionais.

Tenho uma convicção profunda: a instituição da região de Trás-os-Montes e Alto Douro não teria permitido a liquidação das vias férreas do Sabor, Tua, Corgo e Tâmega e não teria tido êxito a ofensiva contra a Casa do Douro; a instituição da região da Beira Interior teria levado à concretização do regadio da Cova da Beira; o Alentejo já teria o seu Alqueva. Será arriscado admitir que o futuro da Reforma Agrária poderia ter sido outro?!

Os problemas dos portugueses e as regiões. Outra tecla batida pelo terrorismo político e mediático contra a regionalização são os problemas do País, hipocritamente contrapostos ao avanço do processo de regionalização. Os animadores do «folhetim mediático», os responsáveis pela sobreocupação dos órgãos de comunicação social pelos «referendos» (o regional, o nacional, o interno), pelas «perguntas», pela chantagem política, os ocultadores (da luta contra a flexibilidade e polivalência, por exemplo) e animadores de manobras de diversão, declaram comovidamente: parece impossível, lá anda a classe política a perder tempo a regionalizar e tantos problemas dos portugueses por resolver! Admirável!

Ele é o inefável A. Barreto, que depois de enumerar o desemprego, as barracas, etc., etc., pergunta «o que é que a regionalização tem a ver com isto tudo?» e, como sempre, responde professoral, «Absolutamente nada.» (Público, 5.5.96).

Ele é o M. S. Tavares e o seu novo fantasma - a regionalização - «com tantos problemas graves que o País enfrenta (...) quem se lembraria de se lançar numa cruzada tão inútil, tão a despropósito, tão capaz, como está à vista (...) de dividir os portugueses entre si?» (Público, 3.5.96).

Ele é o dr. Monteiro, sempre pronto a zurzir na sua classe política.

Ele é, quem diria, o impoluto M. Mendes, que, comungando dos sentimentos do vulgar cidadão, não «compreende que seja mais urgente fazer a regionalização à pressa do que combater o desemprego ou melhorar a segurança nas ruas» (Público, 3.5.96). De facto, todos nos lembramos da urgência que Cavaco Silva pôs na resolução desses problemas! Como foram anunciados vezes sem conta «planos para o desemprego» (aliás recentemente «reeditados» por M. J. Rodrigues, ministra do Trabalho) e como a segurança dos cidadãos ficou resolvida pelas superesquadras do dr. Loureiro!

É espantoso o ar compungido e hipócrita dos mesmos que, pelo seu posicionamento político ou por assumidas responsabilidades governamentais, sempre animaram, defenderam e/ou levaram à prática as políticas responsáveis pelos problemas dos portugueses.

A regionalização, se não tem «tudo» (5) a ver com os problemas dos portugueses, tem muito a ver com muitos dos seus problemas. Tem a ver com a concepção de Estado, de democracia, de desenvolvimento. Tem a ver com a importância de uma correspondência, uma adequação, uma articulação, entre o «espaço dos problemas» e o «nível e espaço do poder», capaz de permitir responder aos problemas das populações com eficiência, com equidade e com participação democrática. O sucesso do Poder Local é uma afirmada e exemplar demonstração disso.

O que aí vem é um horror. Oh, profecias de Bandarra. Oh, «Caixa de Pandora» aberta (P. Portas, Independente de 19.4.96). Oh, apocalipse da velha e secular «nação». O que podemos esperar da regionalização «senão o pior, desse potencial foco de corrupção, podres e poderes e burocracia?» (P. R. Duarte, Visão de 28.4.96). «Guerras e chantagens das mais sofisticadas» na obtenção dos meios e das competências das regiões» (A. Barreto, Público de 5.4.96). E, M. S. Tavares (Público de 23.3.96), aconselhado por «um amigo espanhol», pergunta angustiado «Quem administrará os conflitos dentro de uma região, e os das regiões entre si, e os de cada região com Lisboa?» Para outros, é a competitividade do País que vai ao charco, «Sou contra a regionalização que não vai contribuir para um Portugal mais competitivo» (J. Serrenho, patrão da CIN, Independente de 22.3.96). Outros ainda, é a preocupação com os «efeitos que a epidemia regionalista terá na estabilidade política». Porque, e a lógica é esmagadora, Estado com regiões, logo partidos regionais! (P. Portas, Independente de 19.4.96). (É admirável a coerência! São estes mesmos senhores que avançam, na revisão constitucional, a possibilidade de se criarem «partidos de especuladores imobiliários» capazes de propor listas às Câmaras Municipais e à Assembleia da República!

Outro problema é a «desagregação do País». Para o assanhado (e desconhecido) nacionalista director do Expresso, J. A. Saraiva, são os riscos que corre a «identidade nacional» com a regionalização, depois que a «banca espanhola invadiu o mercado português», os «grupos comunitários tomaram conta dos órgãos da comunicação social portuguesa», «os produtos tradicionais portugueses foram submersos pelos seus equivalentes estrangeiros» (Expresso de 13.4.96). É preciso lata para dizer isto, quem nunca pôs em causa a CEE, Maastricht, etc., etc.!

Para o federalista Mário Soares, «a regionalização é fundamentalmente um exercício de solidariedade, mas não pode beliscar as funções essenciais do Estado" que são a segurança, a defesa, a política externa, a emissão de moeda, etc.» (Público de 20.4.96). Estamos de acordo. Mas se for a União Europeia a «beliscar» nessas funções essenciais do Estado já não há problemas?

Mas o pior da regionalização é virem aí os comunistas!

«O PS cederá uma região ao PCP desenhada à medida da sua geografia política» (M. S. Tavares, Público de 22.4.96).

O PCP «a partir do momento em que perdeu qualquer influência a nível central, virou-se para a conquista de uma parte do território: não só o Alentejo como, porventura, a Região Metropolitana de Lisboa» (M. V. Cabral, Diário de Notícias de 15.4.96). «O Partido Comunista é, desta vez, um perigo real» (M. E. Cardoso, Independente de 12.4.96).

Mas quem sabe da poda é o J. Jardim, preocupado com uma nova «Conferência de Berlim» sobre o mapa da pátria, «o PS quer impor uma regionalização ao País conforme o *diktat* do Comité Central do Partido Comunista Português (...)» (O Dia, de 8.5.96). Aliás, secundando as preocupações de M. V. Cabral expressas dois dias antes, «custa a entender (é uma irresponsabilidade...) como é que o PS lança o País numa aventura de efeitos tão imprevisíveis com o apoio exclusivo do PCP» (Diário de Notícias de 6.5.96).

Ora, evitar todos estes horrores é fácil. Basta não haver regionalização, que foi o que acertadamente, o PSD, o PS e o CDS, legítimo pai do PP, fizeram durante vinte anos.

---

(1) *Ver artigo, já citado, de M. J. Abrunhosa, Público de 28.3.96.*

(2) in *Público, Suplemento de Economia, página 17, de 29.4.96. «De forma mais geral, as despesas que o Estado deixou de ter com a regionalização - salários, obras, investimentos - correspondem, proporcionalmente, às transferências de receitas fiscais para as regiões, departamentos e comunas, acabando por não provocar um agravamento de custos estatais.» Artigo de Ana Navarro Pedro.*

(3) in *Brotéria, Janeiro de 1995.*

(4) *Os relatórios anuais da Comissão das Comunidades Europeias dão, com todo o rigor, informação sobre isso, desde o Relatório Giolitti, primeiro Relatório periódico sobre a situação económica e social das regiões da Comunidade, Janeiro de 1981!*

(5) *Não se pretende aqui negar a justeza de C. D. Teixeira que, em artigo no Público de 15.5.96, responde ao «nada» de A. Barreto referido no texto.*

EM FOCO

Serviço militar e política de defesa

■ João Amaral

O debate sobre o futuro das Forças Armadas Portuguesas e sobre a permanência ou não do Serviço Militar Obrigatório tem ocorrido na opinião pública portuguesa e na comunicação social da pior forma possível. As questões de fundo são ignoradas. O que tem assumido relevo exclusivo são os interesses eleitorais do PS, PSD e PP e as conveniências egoístas que eles atribuem aos cidadãos jovens.

O exemplo vem de cima, como o mostra a intervenção do Ministro da Defesa Nacional no Seminário organizado nos finais de Abril no Instituto de Altos Estudos Militares. Num debate que envolveu políticos, responsáveis militares e especialistas em questões de defesa, que abordaram detalhadamente o futuro do Serviço Militar em Portugal, o Ministro António Vitorino veio deixar, a encerrá-lo, uma mensagem elucidativa. O discurso pode resumir-se assim: «Discutam o que quiserem, mas a decisão já está tomada e é a de acabar com a obrigatoriedade do Serviço Militar.»

A decisão é seguramente popular na juventude partidária do PS (e não só) e o Ministro Vitorino figurará ao lado do ex-Ministro Fernando Nogueira na galeria dos heróis da guerra contra o SMO. Propondo e fazendo aprovar, pelo Governo Cavaco Silva e pelo Grupo Parlamentar do PSD, o SMO de via reduzida (quatro meses), Nogueira abriu o caixão. Vitorino e a sua equipa de exterminadores prepara-se para enterrar o bicho.

Só não respondeu a estas duas simples perguntas: por que razão deixar de interessar ao País o modelo de umas Forças Armadas baseadas no Serviço Militar Obrigatório? E quais são as consequências dessa profunda mutação das Forças Armadas no plano dos interesses nacionais?

A discussão está completamente viciada, porque em vez de se analisarem os objectivos e em função disso os meios, discutem-se os meios como se eles tivessem valor próprio e independente dos fins a que se destinam. O Serviço Militar Obrigatório não é um bem em si mesmo, como é evidente. O SMO é um meio para atingir determinados fins de defesa nacional. A extinção do Serviço Militar Obrigatório só pode ser decidida racionalmente se se fizer prova de que o meio é desnecessário para atingir os fins da política de defesa nacional.

A viciação do debate torna-se particularmente patente no contacto com a juventude. Num colóquio sobre regionalização, uma jovem mostrava a sua indignação contra o que considerava um grave atentado contra a unidade da Nação e contra a independência nacional. No calor do debate, afirmou: «Se me perguntarem qual é a minha região, eu respondo: é Portugal!» Um pouco mais à frente, quando lateralmente se abordou a questão do SMO, não hesitou um segundo: «Sou contra». Mas não se esqueceu de defender a participação de voluntários portugueses na IFOR!

Quem quiser fazer um debate sério sobre as questões do SMO não o pode equacionar no quadro das políticas para a juventude ou dos problemas da juventude. Sendo um meio para atingir fins de defesa nacional, repete-se que o SMO não é um valor em si mesmo. Não pode ser defendido só pelo mérito de ensino de valores pátrios (a escola deve fazer esse ensino em permanência) ou pelo mérito do desenvolvimento físico (ainda a escola e o associativismo levam aqui vantagem). Quem argumentar desta forma, leva a discussão para um deve e haver de vantagens e desvantagens, e aí o balanço final não será favorável ao SMO. Não vale a pena eludir esta questão.

Também não joga a favor do SMO a ideia ainda muito difundida de que ele é determinante para a garantia da vida democrática. Decorridos vinte e dois anos desde o 25 de Abril, muita coisa mudou na sociedade portuguesa e, reflexamente, nas Forças Armadas. Hoje, os militares não estão remetidas a uma vida castrense fechada sobre si mesma. Os militares inserem-se na sociedade de informação como todos os cidadãos, em contacto permanente com as realidades mais variadas através de poderosos meios de comunicação. O nível de preparação cultural e técnica evoluiu no meio militar ao ritmo da evolução do conjunto da sociedade, provavelmente a um nível superior. O associativismo militar de cariz democrático afirmou-se e desenvolveu-se, dando uma importante dimensão social e cívica à vida militar. Os tempos são outros, e seria um inaceitável sinal de desconfiança fazer da existência ou não do SMO a linha divisória da solidez não solidez do compromisso democrático das Forças Armadas e dos militares.

É certo que a existência do SMO dá um entrosamento mais completo entre as Forças Armadas e o todo nacional. Mas esse entrosamento não tem hoje o significado de uma insubstituível condição democrática. Vale por outras razões, bem diferentes, e que se relacionam com os conceitos dominantes em matéria de política de defesa nacional.

Na panóplia de argumentos que foram usados contra o SMO, alguns são tão descaradamente falsos que hoje já ninguém se atreve a sustentá-los. Há cinco anos, quando a Assembleia da República debateu a proposta Nogueira de um sistema de voluntários e contratados combinado com um SMO de 4 meses, houve da parte do Governo o lançamento da ideia de que o sistema seria mais barato. Um estudo do Estado Maior do Exército que demonstrava que o sistema, apesar da contracção dos efectivos, era mais caro, foi para o cesto dos papéis, e «desmentido» pelo Ministério. Mas hoje, ninguém tem dúvidas que o país gastará mais dinheiro. Mas, ainda aqui, não é o custo que vai determinar a opção. Se a diferença é financeiramente suportável, o país pode estar com esse gasto suplementar, se não houver razões para sujeitar a generalidade dos jovens à obrigatoriedade do serviço militar.

O que torna este debate particularmente complicado é ele estar a ser feito sob a pressão dos factos consumados. Em boa verdade, a ideia instalada no país, na comunicação social e na juventude, é a de que com a próxima revisão constitucional vai acabar o SMO. Com a afirmação pública e as propostas concretas do PS e PSD de tirar da Constituição a obrigatoriedade do serviço militar, inculcou-se no país a ideia de que daí resultaria automaticamente o fim do SMO. Do ponto de vista da técnica jurídica, não é assim. As propostas do PS e do PSD tiram a imposição da obrigatoriedade do Serviço Militar da Constituição, mas continuam a permitir que a lei fixe essa imposição. Só que essa subtileza jurídica verdadeiramente tem natureza de «confidencial». O que foi posto a correr pelo país e que esses partidos nunca desmentiram é que na prática o SMO ia acabar. Depois da ideia instalada, bem se pode perguntar se PS e PSD teriam a coragem de dar o dito por não dito. A resposta é não. Não teriam essa coragem, porque fazem a gestão deste dossier na base do eleitoralismo. Em 1991, quando o PSD propôs os 4 meses, os responsáveis do PS pela área da defesa nacional fartaram-se de criticar, mas acabaram por propor uma solução que permitia um SMO de... três meses!

Só que a questão não é de coragem. A questão é mais funda e tem a ver com as opções que PS e PSD assumiram quanto à política de defesa nacional. A verdade é que nos últimos anos, o quadro constitucional pela qual se pauta ainda hoje a política de defesa nacional foi subvertido por uma prática continuada. A política de defesa nacional foi profundamente alterada à margem de qualquer debate sério. Essa alteração arrastou consigo a alteração do modelo de Forças Armadas. Os 4 meses de Nogueira e Cavaco Silva, ou o fim efectivo do SMO como na sequência querem Vitorino e António Guterres, não são um acaso. São uma exigência das novas concepções da política de defesa nacional que foram postas em prática.

Hoje, já não temos umas Forças Armadas com a missão essencial de assegurarem a «defesa militar da República», como diz a Constituição. Não temos umas Forças Armadas correspondentes à opção de Portugal de dispor de uma razoável capacidade de defesa autónoma (razoável significa compatível com as possibilidades do país e com os cenários estratégicos relevantes). Não temos umas Forças Armadas de vocação eminentemente defensiva. Não temos um dispositivo territorial que corresponde às exigências de defesa territorial. Não temos como prioridade a defesa aérea e a protecção das linhas marítimas de comunicação com a Madeira e os Açores.

A política de defesa mudou e, com ela, mudaram as Forças Armadas. Hoje, o sistema de forças que está a ser erigido obedece fundamentalmente à lógica da integração em forças multinacionais da NATO e da UEO. As Forças Armadas não se organizam para a construção de uma capacidade de defesa autónoma, mas sim para a especialização. Não temos Forças Armadas com uma vocação eminentemente defensiva com prioridade para a defesa da integridade do território, antes se privilegia a flexibilidade e a mobilidade, características de forças com vocação eminentemente ofensiva.

Quem analisar a evolução dos investimentos nas Forças Armadas constata que é precisamente nos sistemas militares com maior capacidade de integração nas forças multinacionais e com mais aptidão para missões de intervenção que são os investimentos prioritários. No Exército, por exemplo, toda a prioridade foi dada à Brigada Aerotransportada Independente (resultante da fusão dos pára-quedistas e comandos). É da BAI que sai o corpo operacional português que integra a IFOR. A BAI é hoje a menina-dos-olhos do Exército. Os milhões que custou equipá-la e prepará-la são um símbolo da nova política de defesa, traçada na continuidade de Nogueira-Figueiredo Lopes-António Vitorino: são milhões empregues para levar uma unidade a integrar uma força multinacional e para actuar fora do território nacional, em missões decididas no quadro da NATO (e com preponderância dos Estados Unidos), e dirigidas por comandos NATO.

O debate sobre o Serviço Militar em Portugal não pode ser dissociado desta realidade política, que foi a imposição prática do PSD e do PS de uma profunda mutação na política de defesa nacional, com o seu afastamento do enquadramento constitucional e da defesa dos interesses nacionais. Quando se sustenta a continuação do SMO tem de se entender para que objectivos. Para integrar forças quase mercenárias que actuam na lógica da superpotência polícia do Mundo? Ninguém vai conseguir sustentar com credibilidade e sentido das realidades que a unidade que está na Bósnia deveria ser constituída por militares em prestação do Serviço Militar Obrigatório. Todos temos a exacta noção que o SMO só se justifica pelos dever de defesa da Pátria como dever da comunidade nacional e de cada um dos cidadãos. Se as nossas Forças Armadas estão a actuar fora desse quadro, então também o sistema de constituição dessas unidades tem de ser diferente.

A generosidade e sentido pátrio dos jovens que contra ventos e marés continuam a defender o SMO deve ser cada vez mais canalizada para a luta activa por uma outra política de defesa nacional.

A ponte para essa política, que tem como vértice de ouro a defesa da independência e da soberania nacional e da integridade do território, pode ser feita e deve ser feita. Como? Mantendo um SMO (ou SEN, serviço efectivo normal, na nomenclatura da lei Nogueira) de 4 meses? É impensável: em quatro meses não há efectiva prestação de serviço e os jovens acabam por servir para as funções de apoio e não para o produto operacional (verdadeiramente, não são soldados, são antes civis fardados a exercer funções civis). Então como? Aumentando o SMO para oito ou dez meses? Não é crível, e no quadro da política de defesa em execução é até duvidoso que seja desejável.

A ponte para essa política que envolve todos os cidadãos no compromisso e na actividade da «defesa militar da República» terá de ser procurada noutra perspectiva. Talvez num sistema que enquadre e possibilite a preparação e instrução militar, mas que se fique por aí, em tempo de paz. Isso permitiria manter a ligação entre as Forças Armadas e a sociedade, uma óptica de preparação para as situações de ameaça externa, que exigissem o levantamento da «Nação em armas».

Este é um debate a aprofundar, com a noção da complexidade e delicadeza de que se reveste. E sem perder de vista o que é hoje essencial nesta área, e que é o combate contra uma política de defesa e Forças Armadas que deixa sem resposta o que é essencial, isto é, a garantia da defesa dos interesses nacionais.

EM FOCO

A Revolução do Leite de 1936 e a conjuntura do Arquipélago da Madeira nessa época (*)

■ Rui Nepomuceno

Em 6 de Março de 1921, numa Assembleia realizada em Lisboa na sede da Associação dos Empregados de Escritório, foi fundado o Partido Comunista Português, que pouco tempo depois também se organizou no Arquipélago da Madeira. Nessa época, a Região atravessava um dos períodos mais negros da nossa história, determinado sobretudo pelas consequências da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial.

Na verdade, a inflação e a desvaloriação do escudo eram brutais, grassava o desemprego, a alta do custo de vida, impostos desmedidos, insegurança social e até um grande surto de crimes, furtos e assaltos.

Tudo isto era agravado pela instabilidade política, pela sucessiva queda dos governos, pela falência de milhares de pequenos comerciantes e camponeses e pela crescente descrença nas Instituições republicanas.

Acresce que os madeirenses também assistiam ao desenvolvimento e florescimento das Canárias em nosso prejuízo, sem que o centralismo instalado no Terreiro do Paço tomasse qualquer medida para inverter a situação; sendo até certo que o porto do Funchal, outrora muito frequentado por navios de todo o tipo, tinha atingido os números mais baixos de sempre, o que imediatamente levantou o espectro da insegurança e da fome.

As lutas eram cada vez mais vivas, movimentando-se as classes camponesas e operárias, organizados em sindicatos fortes, militantes e reivindicativos, servidos pelos semanários «O Proletário» e «Trabalho e União» e estimulados pela vitória bolchevista na Revolução Russa de 1917.

Do outro lado, porém, os grandes senhorios e capitalistas, ligados aos interesses britânicos, aproveitaram o descontentamento para incrementarem uma campanha de desinformação, de anticomunismo primário, de apelo à conciliação de classes, à estabilidade, à ordem e a um governo forte; que a pouco e pouco foi ganhando o apoio de grandes fatias da pequena e da média burguesia locais.

E o certo é que tudo se conjugou para que em 28 de Maio de 1926, apesar da forte oposição do movimento operário e camponês, o grande capital e os senhorios saíssem vitoriosos e instalassem no poder a ditadura fascista.

Esse regime, actuando com absoluto desprezo pelos interesses populares e pelos nossos anseios autonómicos, logo penalizou os madeirenses com medidas legislativas, que agravaram as dramáticas dificuldades vividas pelas populações, em consequência da grande depressão económica mundial que, em 1929, sacudiu todos os países capitalistas.

A primeira revolução

E nos primeiros dias de 1930, o governo central comunicou que iria voltar a conceder o monópolio da importação das farinhas a alguns empresários da sua clientela política, o que imediatamnte provocou fortes reacções dos trabalhadores e até de sectores da classe média.

Foi a greve dos estivadores que paralisou o porto do Funchal; foram assaltos do povo às moagens, foi finalmente a vigorosa greve geral de 3 a 9 de Abril, brutalmente reprimida, tendo nesses confrontos morrido alguns populares e dois elementos das forças repressivas.

Imediatamente o governo central mandou para a Madeira um forte contingente militar, nomeadamente tropas de Caçadores 5 e de Metralhadoras 1, ao mesmo tempo que se multiplicavam as prisões de sindicalistas, de intelectuais e de militantes do PCP.

Só que as forças progressistas e uma parte dos militares não se deixaram vergar e, em 4 de Abril de 1931, estoirou a Revolução da Madeira, que apesar de derrotada por forças armadas vindas do Continente, conseguiu durante mais de um mês apoderar-se do Poder Regional e substituir as autoridades salazaristas por governantes democratas e antifascistas.

Ainda os Madeirenses sofriam o rescaldo do gritante monopólio das farinhas, que potenciou a luta popular que desaguou nesta heróica Revolução da Madeira, quando em 1934 voltaram a agitar-se contra uma nova medida legislativa, que favorecia outros grupos económicos.

Desta vez, a ditadura salazarista ofendeu o nosso povo concedendo o monopólio sacarino à fábrica HINTON, dominada por ingleses; o que determinava que toda a cana-de-açúcar produzida no Arquipélago tinha forçosamente de ser vendida a essa unidade, que fixava os preços que mais lhe convinha, ao mesmo tempo que era completamente interdida e proibida a importação de açúcar e aguardentes do exterior, muito mais baratos do que esses produtos oferecidos pelo engenho monopolista.

A situação voltava a agudizar-se e o descontentamento popular crescia, quando cegamente o Terreiro do Paço publicou o Decreto-Lei 26655 de 4-6-1936 que, favorecendo outros grupos económicos, instituiu o Monopólio do Leite, através da Junta dos Lacticínios, logo apelidada de Junta dos «Latrocínios».

Só que agora a humilhação infligida ao nosso povo era muito mais séria e grave. Basta lembrar que, nesse período de grande depressão económica, o sector pecuário era a principal actividade e fonte de rendimento do Arquipélago, muito superior aos ligados à produção do vinho, da banana e do açúcar.

Para fazermos melhor ideia da sua real importância e vitalidade, de referir que laboravam por toda a ilha 64 fábricas, servidas por 1108 postos de desnatação e que produziam mais de 840 toneladas de manteiga, grande parte destinada a ser exportada. Os nossos camponeses criavam mais de 30.000 vacas leiteiras, cuja oferta nem chegava para satisfazer a procura destinada ao consumo interno de leite e aos milhões de litros necessários à laboração das numerosas fábricas de manteiga e como tal os negócios eram animados e os preços compensadores para os numerosos agentes económicos ligados ao sector.

Com esse famigerado Decreto, a Junta dos Lacticínios passava a controlar a higiene dos estábulos, a selecção e cruzamento das espécies bovínas, a qualidade do leite e o transporte dos produtos, o que até seria útil e necessário.

Só que a sua actividade não se esgotava aí, pois era a Junta quem, em benefício dum pequeno punhado de grandes monopolistas, nomeadamente a «Fábrica Burnay» e «Martins e Rebelo», passava a determinar o preço a pagar aos produtores, a administrar os postos de desnatação e a ratear como queria e entendia as sempre insuficientes natas destinadas às fábricas de manteiga; o que significa que os senhores da Junta - alguns deles corruptos e oportunistas - passaram a dominar e a oprimir quer os produtores de leite, quer os pequenos e médios industriais de lacticínios.

E os resultados não se fizeram esperar. Os preços oferecidos pelo leite não satisfaziam os camponeses e demais agricultores, nem sequer os pequenos e médios industriais; e os 1108 postos de desnatação existentes por toda a Ilha foram drasticamente reduzidos para apenas 320, lançando muita gente no desemprego.

A segunda revolução

Assim, uma vez mais, toda esta conjuntura levou à luta uma grande parte da população do Arquipélago.

Logo em 29 de Junho de 1936, muitos agricultores do Concelho de Santana provocaram distúrbios e impediram que a manteiga chegasse à cidade do Funchal.

E, dois dias depois cerca, de 4.000 camponeses irados e armados de varapaus, foices e outros utensílios juntaram-se no adro da igreja do Faial, prenderam o fiscal da Junta de Lacticínios e só não causaram mortes e estragos de monta, após a intervenção do seu pároco e aliado padre César Miguel Teixeira da Fonte, que lhes prometeu influenciar para que as trocas comerciais voltassem a ser livres.

E no dia seguinte juntou-se nas Cruzinhas do Concelho de Santana, uma multidão de mais de 5.000 pessoas, que elegeram diversas comissões para negociar com as autoridades o retorno à situação antiga e ao tradicional estilo dos negócios dos lacticínios; o que não conseguiram.

Assim, durante os primeiros dias de Agosto, focos de revolução estoiraram por toda a ilha. Por exemplo, na Ponta do Sol e nos Canhas, centenas de agricultores e até muitas mulheres enfrentaram a repressão policial e reivindicaram a revogação do monopólio do leite.

Na Ribeira Brava, outros milhares de camponeses assaltaram a Repartição de Finanças, o Registo Civil e destruíram documentos, sendo duramente reprimidos pela polícia e pela tropa, que feriram muitos deles e mataram uma dezena de revoltosos.

Em Machico, a tropa e a polícia carregaram sobre uma multidão de camponeses que protestaram junto da Câmara, tendo ferido bastantes pessoas e matado pelo menos um popular.

No Funchal, entraram em greve os cerca de 320 leiteiros, que com as suas vasilhas típicas distribuíam o leite para o consumo da população citadina; enquanto milhares de funchalenses saquearam estabelecimentos comerciais e assaltaram as fábricas de manteiga «Martins e Rebelo», «Leacok» e «Reis e Freitas», destruindo máquinas e outros equipamentos.

Salazar enviou imediatamente para a Madeira forças militares, os navios de guerra «Gonçalves Zarco» e «Bartolomeu Dias» e um destacamento de torcionários e agentes da PIDE, que procederam a grandes devassas, sendo presos centenas de madeirenses, e alguns militantes do PCP, grande parte deles enviados para o Continente e alguns para as masmorras dos Açores e de Cabo Verde, ficando cerca de uma centena encarcerados na fétida cadeia subterrânea do «Forno do Lazareto».

Mas não se contentaram com essas prisões, pois a PIDE e os seus aliados assassinaram friamente Manuel Garcês, quando este distribuía um jornal revolucionário.

Entre os presos contava-se o padre Teixeira da Fonte, detido algum tempo no «Forno do Lazareto» e depois em Caxias, ficando durante muitos anos deportado em Lisboa, sempre vigiado pela PIDE. Este sacerdote escreveu a sua defesa num Relatório hoje arquivado na Biblioteca Municipal do Funchal, de muito interesse para o estudo da conjuntura e dos acontecimentos desta revolta popular.

Os pequenos e médios industriais das fábricas de lacticínios e muitos camponeses ainda tentaram organizar-se em cooperativas, mas sem qualquer sucesso, dado que pouco depois a Junta dos Lacticínios proibia a sua actividade, sendo certo que a maior parte deles foram perseguidos pela organização local da PIDE.

A título de curiosidade, informamos que, nos fins de 1936, transportados no bojo do navio «Luanda» — onde também vinha preso o secretário-geral do Partido Comunista Português, Bento Gonçalves, que morreria vítima de maus tratos no campo de morte do Tarrafal —, desembarcaram, vindos das prisões continentais, cerca de 100 desses camponeses detidos na «Revolta do Leite»; muito embora os cabecilhas do movimento tivessem sofrido penas de prisão muito mais longas.

Para finalizar, de referir que, amordaçada pela censura fascista, a imprensa da época escondeu aos portugueses a verdadeira revelação dos acontecimentos e das suas causas.

Os próprios historiadores madeirenses, nomeadamente a geração anterior a 25 de Abril de 1974, também não analisaram os eventos relacionados com os monopólios da farinha, do açúcar e do leite e a repercussão da política monopolista do Estado Novo, no agravamento da situação económica e financeira do Arquipélago da Madeira.

Apenas numa edição clandestina do «Avante!» se explicava, entre outros pormenores, que o povo da Ribeira Brava assaltou a Repartição de Finanças, «queimando toda a papelada, exasperados por ter de pagar duas vezes a Contribuição Predial, por causa duma burla aí feita».

Em relação à violência, o «Avante!» exemplifica que nessa freguesia «uma mulher grávida de oito meses foi espancada a pontapé no ventre, pelo próprio comandante da força armada, morrendo pouco depois».

Mas é quanto à repressão após a Revolução que este jornal do Partido Comunista Português é mais minucioso: «Começam as prisões. Freguesias rurais são assaltadas de noite e os seus habitantes são presos e espancados diante das famílias, tendo sido assassinados 9 camponeses. Quando não encontram quem procuram, levam-lhes pai, mãe, mulher ou filhos e todos sem distinção de sexo são fechados no Lazareto, sem ar, sem luz e onde as dejecções têm de ser feitas em latas de petróleo.

«A redacção do jornal "O Povo" é toda presa, seguindo os numerosos prisioneiros para Lisboa e os Açores, sem sequer poderem despedir-se das famílias.»

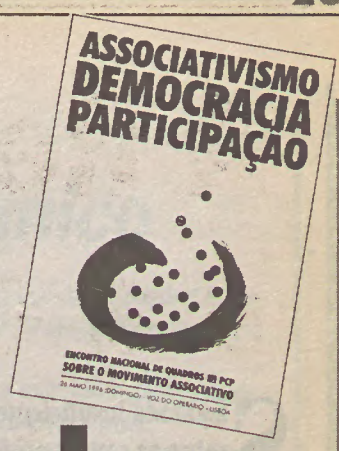
O «Avante!» termina num grito de solidariedade: «Trabalhadores portugueses antifascistas, exijamos a libertação dos madeirenses presos! Auxiliemos esses camaradas!»

(*) Intervenção proferida no debate realizado pelo PCP, no Funchal, integrado nas comemorações do 75º aniversário do Partido. Subtítulos da responsabilidade da Redacção.

EM FOCO

Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre o Movimento Associativo

«Legislação insuficiente e desajustada da realidade»



«Associativismo, Democracia, Participação» é o lema do Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre o Movimento Associativo, que se realiza no próximo domingo, na Voz do Operário em Lisboa, com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central. Com início às 10.00 horas, os trabalhos do Encontro prolongam-se por todo o dia, estando o plenário de encerramento previsto para as 17.30.

É objectivo do Encontro Nacional aprofundar a relação do Partido com a realidade associativa

Analisar a situação do Movimento Associativo e propor linhas de intervenção dos comunistas para o seu desenvolvimento; aprofundar e melhorar a ligação do Partido à realidade associativa; contribuir para o trabalho preparatório do XV Congresso são objectivos essenciais que o Encontro se propõe com a discussão que ao longo do próximo domingo se fará dividida por três painéis.

O primeiro painel - Por um país mais associativo -, que decorrerá da parte da manhã, propõe para reflexão questões como o desenvolvimento e diversificação do movimento associativo; a poderosa economia social gerada e gerida pelas Associações; as associações enquanto estruturas com fins não lucrativos, com uma actividade assente fundamentalmente no voluntariado e, portanto, diferentes de empresas; o movimento associativo face às novas realidades, designadamente ao aparecimento de novas urbanizações e novas populações; o papel do movimento associativo junto da juventude ou, ainda, a necessidade de se rever uma legislação insuficiente e desajustada da realidade.

Da parte da tarde, no segundo e terceiro painel, abordar-se-á, então, o movimento associativo face aos poderes instituídos e a acção dos comunistas no movimento associativo popular.

A análise e discussão destas questões haviam, entretanto, sido lançadas com a distribuição de um documento-base que depois de apreciado e sujeito a eventuais alterações por parte das organizações, deverá ser aprovado pelo Encontro.

Grande afluência de jovens

Em conversa com os camaradas José Maria, da DORP, António Foito, da DOREV, Alfredo Flores e Carlos Luz, da DORL, e Carlos Rabaçal, do Comité Central, todos membros do Grupo de Estudos junto do Comité Central do PCP para os Problemas do Movimento Associativo Popular, o «Avante!» quis saber que alterações se tinham verificado no tecido associativo desde há quatro anos, data em que verificou o último encontro nacional do Partido sobre esta temática.

Foram dados passos muito positivos no desenvolvimento do movimento associativo e no incremento da sua actividade por todo o país, afirmou José Maria. Por incúria governamental, não existem dados estatísticos precisos mas estima-se em 12.000 a 14.000 o número de associações existentes, o que representa qualquer coisa como cerca de 150 mil dirigentes eleitos. E mais do dobro se se contar com todos os que têm responsabilidades em secções ou na dinamização de actividades.

Verifica-se de facto uma grande afluência de jovens às colectividades, integrados em grupos de teatro, dança, coros. Por outro lado, o movimento associativo adaptou-se às novas realidades e exigências, embora esta não seja uma realidade homogénia, diz-nos Alfredo Flores. Algumas colectividades «enquistam-se» e não desenvolvem actividades aliciantes para os jovens.

Em relação aos jovens, a questão que se coloca com mais acuidade às associações, no parecer unânime deste Grupo de Estudos, é a necessidade de se acabar com «paternalismos» e proceder-se a uma efectiva responsabilização e eleição de jovens para os órgãos sociais das associações.

No entanto, o número de jovens e mulheres envolvidos na direcção destas estruturas tem aumentado. Aliás, o aparecimento de mulheres a dinamizar as associações é uma constante. Não é que se faça qualquer trabalho «dirigido», reconhecem Alfredo Flores e Carlos Rabaçal: «elas aparecem e impõem-se». E dão o exemplo de uma colectividade onde não se conseguia formar lista e onde uma mulher, cujo nome nunca havia sido considerado, nem por ela própria, para integrar uma direcção, face ao impasse criado, se propôs constituir uma direcção, que hoje se encontra a funcionar muito bem. Ou de uma outra colectividade que, apesar de uma maioria de associados homens, tem uma direcção integralmente constituída por mulheres.

Na abordagem deste tema, António Foito, da DOREV, apresentava uma expressão pensativa. Como de quem, «voando» até ao seu Alentejo, procura analisar se esse fenómeno - a participação das mulheres no movimento associativo - será já aí uma realidade.

As autarquias CDU apoiam o MA

O seu entusiasmo cresce, contudo, quando fala do carinho com que as autarquias CDU tratam as associações recreativas e culturais do Alentejo. Depois de resolvidos os principais problemas da região, designadamente o saneamento básico, diz-nos, os eleitos do PCP e da CDU passaram a dar maior atenção ao desporto e à cultura. Os planos de urbanização dos municípios, por exemplo, contam desde logo com lotes destinados a equipamentos colectivos; as festas de aldeias, vilas e cidades têm sempre espaços reservados a exposições ou outras mostras da actividade das colectividades; em Évora as colectividades sediadas no Centro Histórico da cidade passaram para espaços cedidos pela autarquia. Enfim, embora o apoio financeiro a estas estruturas não seja da responsabilidade do Poder Local, as autarquias CDU, designadamente no Alentejo, dão um grande apoio ao movimento associativo, incluindo por vezes apoio financeiro a projectos concretos que lhes são apresentados.

Carlos Rabaçal, lembrando aqui que uma das características do movimento associativo é a sua autonomia - característica que é de preservar -, afirma que o apoio do Poder Local é importante mas que o movimento funciona fundamentalmente com receitas próprias. Referindo como exemplo o que se passa no município de Loures, onde as associações têm recebido grande apoio da autarquia, 80 por cento das receitas das várias associações provêm de esforço próprio, 12 por cento do apoio autárquico e só 2,8 por cento provêm da administração central.

O problema, diz Carlos Luz, coloca-se a nível de administração central, cuja resposta a nível cultural e recreativo é mais do que insuficiente. O Estado quase não interfere (e devia) numa área que toca largos milhares de jovens, a cujos anseios de convívio o movimento associativo tenta dar resposta.

É verdade que este Governo não tem o comportamento do Governo PSD, que sempre se recusou a receber as várias estruturas do movimento associativo. O Governo PS tem-se mostrado dialogante e aberto às suas propostas. Mas é clara a ausência de uma política associativa por parte do Governo e a desorientação que nele reina no que diz respeito a este sector. O Programa do Governo apenas do capítulo referente ao desporto faz alguma referência ao movimento associativo e apenas também em termos de hipotéticos apoios materiais. A legislação é insuficiente e gravosa para as associações.

Ainda no que se refere aos jovens, Carlos Rabaçal sublinha que o facto de estes participarem no movimento associativo não contraria uma eventual participação também nas Associações de Jovens que por todo o lado se vão formando. São estruturas com objectivos e dinâmicas diferentes, afirma Carlos Rabaçal. O que Alfredo Flores confirma, exemplificando com experiências que conhece de jovens que, não se «encaixando» nas colectividades das suas zonas (que às vezes apresentam resistência à sua entrada), acabam por fazer a sua «sede» do café mais próximo, partindo daí para a constituição de grupos ou associções com objectivos determinados que podem, inclusive, ter uma vida limitada.

As situações são muito diversificadas, dizem estes camaradas oriundos de diferentes zonas do país. O que obriga, na opinião de Carlos Rabaçal, à necessidade de em cada local haver uma reflexão própria para o envolvimento social da juventude.

Imparável, o movimento associativo é cada vez mais poderoso em termos sociais, políticos e mesmo económicos. É para a importância deste grande movimento que o encontro do próximo sábado tenta sensibilizar o colectivo partidário. E o Grupo de Estudos junto do Comité Central para os problemas do Movimento Associativo Popular deixam um apelo aos quadros do Partido que vão participar no encontro: que se constituam em porta-vozes e amplificadores das conclusões que dele saírem.

— As associações não são empresas —

A actividade económica do Movimento Associativo é um dado novo ainda não completamente integrado. Trata-se contudo de uma actividade fortíssima, havendo «associações cujo orçamento é maior do que o da sua freguesia ou grupos de associações cujo orçamento é superior ao do município respectivo».

Como actividade económica nova, não tem regime legal compatível com a natureza e fins das respectivas associações, sendo regulado pelo das empresas.

Por outro lado, a independência económica é uma condição essencial para a independência e autonomia de acção das associações. E estas, embora gerando e gerindo um enorme volume de «negócios», não são, de forma alguma, idênticas ou «transformáveis» em empresas. Por várias razões, de entre as quais destacamos uma: enquanto a empresa tem como finalidade o lucro, as associações têm carácter não lucrativo e o seu objectivo é prestar serviços, resolver problemas sociais, reinvestir socialmente eventuais receitas produzidas em prol de todos os associados e da população.

Aplicar às associações a mesma legislação que se aplica a uma empresa é, pois, uma anomalia que urge sanar.

Nesse sentido, o documento-base que vai ser analisado e aprovado no Encontro de Quadros do PCP aponta, entre outras, as seguintes medidas legislativas: actualização e adequação do Estatuto de Utilidade Pública às novas realidades; revogação da portaria do Porte Pago e elaboração de nova legislação de âmbito mais amplo; enquadramento legal das Actividades Económicas, não lucrativas, das associações, de acordo com o seu carácter social; adopção de uma Lei-Quadro de Apoios ao Movimento Associativo na linha do projecto apresentado na Assembleia da República e que o PCP irá reapresentar nesta legislatura.

EM FOCO

As trevas da globalização

O capitalismo contra

São ainda insuficientes as poucas análises de qualidade disponíveis sobre as causas profundas do terramoto que varreu o socialismo da Europa e levou à desagregação da URSS e à opção capitalista das forças que ali ocupam o Poder. Não é mais satisfatório o conjunto de trabalhos publicados sobre os efeitos devastadores desses acontecimentos. Não estabelecemos sequer a ponte entre eles e a galopada ultraliberal que veio imprimir uma maior agressividade à exploração capitalista. Temos também uma noção nevoenta do funcionamento da engrenagem de um mercado global erigido em teologia universal sustentada pelos sacerdotes de um pensamento único de matizes fascizantes. O quadro está mal iluminado. É muito pobre a reflexão produzida sobre a grande crise da humanidade no limiar do século XXI.

A devastação provocada no Reino Unido pelas políticas de Margaret Thatcher – inspiradora e mestra de Reagen e da sua estratégia do Estado Mínimo, que tanto impressionou Cavaco Silva – levou-me a uma releitura atenta de «O Caminho da Servidão», o catecismo de Friedrich von Hayek, o professor austríaco que foi o teórico principal da sacralização do mercado (1).

A data em que a Academia Sueca lhe atribuiu o Prémio Nobel de Economia (1974) é esclarecedora de uma guinada de enormes consequências no rumo do capitalismo. No ano anterior, a guerra do Yom Kipur, no Médio Oriente, fizera saltar o preço do petróleo para níveis que alteraram dramaticamente o funcionamento das economias dos países industrializados.

Os EUA, o Canadá, o Japão, a Europa Ocidental (com excepção de Portugal e da Grécia) atravessavam há quase um quarto de século uma fase de prosperidade sem precedentes.

Pela sua natureza, lógica e fins, o capitalismo é desumano. Mas o seu carácter espoliativo era então menos perceptível do que em qualquer época anterior.

A luta dos trabalhadores, sustentada por um sindicalismo poderoso e favorecida pelo temor suscitado pelo avanço do socialismo, instalado no Poder em países que agrupavam quase um terço da humanidade, levara, na prática, ao desaparecimento do liberalismo clássico. Nem os próprios partidos conservadores, quando no governo, aplicavam as suas fórmulas.

Paradoxalmente, essa fase de prolongada expansão económica ficou assinalada pela adopção de modelos keynesianos, sobretudo na Europa. Mas nos EUA a intervenção do Estado na condução da Economia foi também permanente e intensa. Logo após a guerra, com a Europa arruinada e coberta de escombros, Washington compreendeu que sem uma recuperação das futuras economias concorrentes a prosperidade norte-americana não seria durável. O Plano Marshall foi simultaneamente defesa contra a tentação revolucionária e os apelos do socialismo (os EUA estavam decididos a intervir na Itália se o PCI ganhasse as eleições) e exigência da lógica capitalista. Sem um mercado europeu rico e estável, a indústria e a agricultura dos EUA entrariam em crise.

A estratégia que abriu as portas à era do consumo em massa no Norte desenvolvido tornou indispensável um planeamento central que era incompatível com a velha tradição liberal. O Estado passou a intervir em esferas diversificadas como regulador das actividades económicas.

Na Europa reconstruída, o pleno emprego mudou a fisionomia das cidades. O consumismo, como fenómeno novo, foi consequência do acesso a bens e serviços de camadas sociais vindas de baixo que ingressaram em força em áreas do mercado que antes lhes estavam vedadas por carência de recursos. Assistiu-se à banalização do automóvel, dos electrodomésticos, dos equipamentos electrónicos de última geração. A casa própria deixou de ser um sonho para milhões de operários. A Segurança Social passou de aspiração a realidade em muitos países europeus. Não era exactamente o advento do Estado do Bem-Estar Social, mas a maioria dos governos patrocinava políticas cujo êxito dependia de uma mão-de-obra com estabilidade no trabalho, salários relativamente elevados e protecção social adequada. A reduzida taxa de desemprego foi outro factor que contribuiu para o nível baixo de tensões sociais susceptíveis de afectar a produção.

Desde o final da guerra, Hayek e seus discípulos pregaram no deserto. A ideia de um retorno ao **laissez faire** parecia coisa de lunáticos. O capitalismo reformado e intervencionista atribuía um papel aparentemente insubstituível ao Estado no planeamento da economia e como regulador das relações entre o capital e o trabalho. O caso da França, na década gaullista, é particularmente expressivo. A intervenção da Administração central no desenvolvimento do país foi ostensiva em quase todas as esferas da actividade económica, o que não impediu altas taxas de crescimento (as mais elevadas da Europa nesse período).

Sem o admitirem publicamente, os Estados capitalistas tomavam como referência o exemplo do planeamento defendido pela URSS, por eles oficialmente exorcizado. Estavam a imitar timidamente o demónio.

A vida, porém, mudava rapidamente com implicações compexas e de efeitos mal conhecidos e subestimados. O peso da indústria caía; o sector de serviços agigantava-se e um número cada vez menor de agricultores produzia quantidades cada vez maiores de alimentos. As novas tecnologias aplicadas à produção carregavam potencialidades que apenas se esboçavam. E também ameaças perigosas se as inovações da revolução informática fossem postas ao serviço de uma ideologia e de um projecto que subalternizassem o homem.

A ofensiva neoliberal

A crise de 1973 acabou com a estabilidade frágil do sistema. O funcionamento deste passou a ser incompatível com a lógica do capital. A explosão dos preços do petróleo foi o detonador.

As gerações que atingiram a idade adulta nos anos 70 e 80 tiveram dificuldade em compreender a guinada que se processou sob os seus olhos e de que foram vítimas. Inicialmente, como ocorre quando as mudanças não se processam em fase de ruptura revolucionária, o panorama apresentava-se confuso. Não era claro o rumo.

O historiador britânico Eric Hobsbawm, em três capítulos do seu muito ambicioso último livro – **Age of Extremes – the short twentieth century: 1914-1991** (2) – é um dos intelectuais que, em linguagem acessível melhor clarifica – tanto quanto sei – a passagem daquilo a que chama «os anos dourados» para as «décadas da crise», isto é, do desenvolvimento capitalista com emprego, estabilidade e segurança social relativa para a fase de recessão que precedeu as políticas ultraliberais gerador de desemprego maciço, insegurança generalizada e desmantelamento progressivo do Estado, privando-o da sua função social.

Quando a OPEP subiu drasticamente os preços do petróleo, os EUA, derrotados no Vietnam, não tinham um mínimo de condições para intervir militarmente, como fizeram 18 anos depois no Golfo. O mundo vivia no quadro da bipolaridade.

O despertar da crise de 73 foi brutal. A produção industrial no Ocidente caiu 10 por cento no ano seguinte e o valor do comércio internacional 13 por cento.

As esquecidas teses neoliberais foram então desengavetadas. Hayek e o americano Milton Friedman ganharam respeitabilidade. A desigualdade social, não apenas nos países industrializados mas no Terceiro Mundo, voltou a aumentar. Os mendigos regressaram em força às ruas de Nova Iorque, de Londres, Paris, Roma e outras capitais europeias. Em Nova Iorque e nas grandes cidades dos EUA os sem tecto tornaram-se parte da paisagem urbana. (Segundo a ONU, são 500 milhões no mundo.) Os trabalhadores sentiram-se inseguros em todo o planeta à medida que a estabilidade do emprego cedia o lugar a soluções que promoviam o desemprego em massa. Os contratos a prazo, aplaudidos pelo patronato, principiaram a ser encarados como sequela inelutável da nova situação.

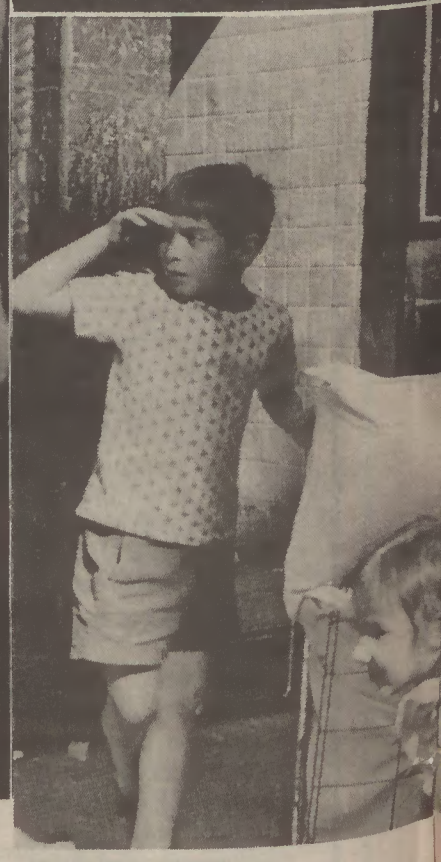
A teorização neoliberal, para apresentar como transitória a retração do trabalho, assentava uma permissa falsa: o desemprego não era cíclico de conjuntura, mas estrutural. O aumento da produtividade passou sistematicamente a ser obtido à custa da redução da mão-de-obra. Na prática das coisas, o desemprego foi erigido em objectivo imprescindível à colimação da estratégia neoliberal.

O vendaval da globalização

As grandes transnacionais empenharam-se a fundo no alargamento de políticas que vinham ensaiando em pequena escala. Milhares de empresas (e postos de trabalho) foram transferidas dos EUA, do Japão e da Comunidade Europeia para os chamados novos países industrializados. Nessa colossal migração de tipo inédito, as transnacionais ganharam fortunas ao trocarem orçamentos caracterizados pelo pagamento de altos salários e contribuições pesadas para a Segurança Social para orçamentos aliviados por salários irrisórios e contribuições diminutas (ou nulas) para a Previdência.

Durante algum tempo não foram avaliadas todas as implicações da impetuosa ofensiva neoliberal. O cidadão comum, de Estocolmo a Lisboa, de Sidney a Dublin, apenas se apercebia de que estava a testemunhar uma nova divisão internacional do trabalho quando adquiria um computador ou uma televisão de marca tradicional, mas vindos da Ásia, fabricado na Coreia, na Malásia, em Taiwan ou mesmo na Indonésia.

O neoliberalismo conseguiu estabilizar a produção. Os mais altos índices de crescimento do PIB são registados hoje na China e nos novos países industrializados da Ásia Oriental. Mas a vaga do novo liberalismo, mesmo mantendo no Ocidente um crescimento modesto, aumentava os benefícios para o capital. Pouco a pouco, a globalização ganhou matizes religiosos. Pouco importa aos seus defensores que a lógica do seu funcionamento conduza a uma redução gradual da mão-de-obra. O custo humano da produção é sempre muito mais alto do que o obtito com máquinas «inteligentes». Os sacerdotes da teologia do mercado olham já para os trabalhadres nas cadeias de montagem, no contexto da globalização, com o mesmo distanciamento com que os senhores da casta governante, ideados pro Aldous Huxley, contemplavam os sub-homens que produziam sem pensar.



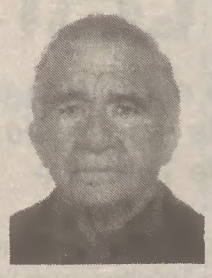
E, contudo, a prática da vida confirma a cada dia uma evidência: o ser humano não está vocacionado para funcionar como peça sem vontade no sistema capitalista de produção globalizado.

Era inevitável que as fissuras na engrenagem se multiplicassem, não obstante os efeitos, por ora, não lhe afectarem o funcionamento. O trabalho informal de dezenas de milhões de pessoas – indispensável para que sobrevivam – cresceu vertiginosamente. Do Terceiro Mundo, onde já era endémico, passou também para o coração do sistema, à medida que o desemprego alastrava nos velhos estados industrializados.

EM FOCO

■ **Miguel Urbano Rodrigues**

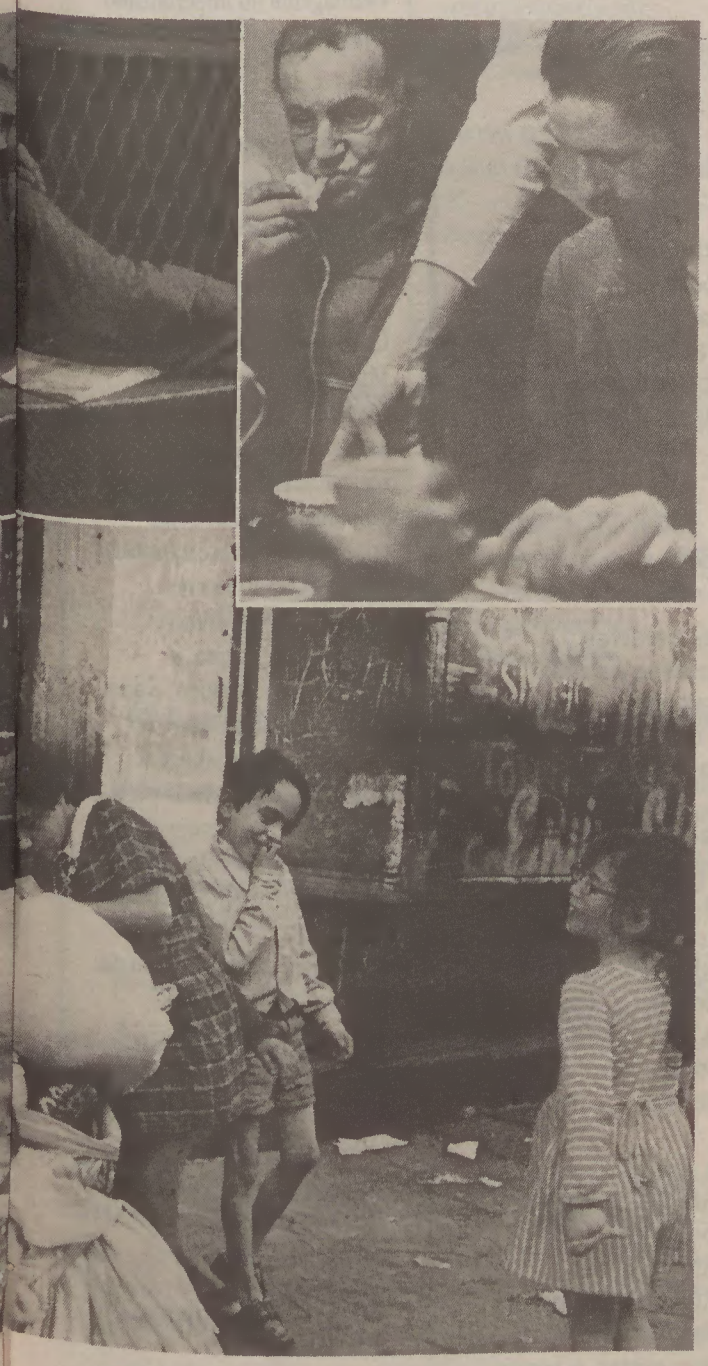
o homem



Hobsbawm esboça bem o panorama social em que se desenvolveu a ofensiva salvagem do ultraliberalismo. Ela não enfrentou resistência colectiva organizada como a dos tempos das frentes populares. O prólogo britânico trouxe ensinamentos aos estrategos que planejavam o despedimento de milhões de trabalhadores. Não esqueceram que Margaret Thatcher pode esmagar com relativa tranquilidade as greves de resposta à sua política pioneira de banditismo liberal. A solidariedade internacional era, então, na Europa, pouco mais do que recordação esfumada. Na Itália e na França, os dois maiores partidos comunistas da Europa Ocidental, envolvidos em crises internas, não tinham nem a vontade nem a disposição de mobilizar no Continente as massas para a solidariedade com os trabalhadores do Reino Unido. O PCI avançava, aliás, no caminho que o levaria a renegar o marxismo. A aproximação da tempestade quase passou despercebida à esquerda europeia, da qual uma parte foi assimilada por uma social-democracia impaciente por se ajustar ao capitalismo.

A partir da segunda metade dos anos 80, a estratégia neoliberal generalizou-se em toda a Europa Ocidenal. Transbordou para o Terceiro Mundo — onde o Chile fora laboratório de experiências selvagens – e, após o ruir do Socialismo na URSS dominou as esfaceladas economias do Leste, cavando desigualdades e lançando na miséria dezenas de milhões de pessoas.

As gerações do pós-guerra tendiam, ingenuamente, a olhar como conquistas definitivas o pleno emprego e a Segurança e a Previdência Social (Saúde, Ensino, reformas). De repente, despertaram num mundo de pesadelo. O futuro somente lhes prometia insegurança.



A violência, filha da miséria, subiu assustadamente nas megalópolis do primeiro mundo. O recurso às drogas aumentou. Milhões de pessoas, sobretudo nos EUA e na Europa, tornaram-se toxicodependentes. Depois chegou a Sida, o flagelo do fim do século.

Não foi por acaso, como escreveu o professor americano Butterfield, que, das dez maiores chacinas urbanas da história dos EUA, oito ocorreram nos últimos anos, praticadas por cidadãos brancos, entre os 30 e os 40 anos. A revolta e o ódio gratuito, irracionais, encontraram formas de expressão na música, na televisão, no cinema. A solidão, a insegurança, o medo instalaram-se na geração que chegou à idade da razão durante o **boom** neoliberal.

Os partidos de esquerda (e não só) passaram a ser alvo dos sarcasmos dos sacerdotes do mercado. Os chamados movimentos alternativos foram, porém, com algumas excepções, melhor tolerados pelo **establishment** neoliberal; são muito menos incómodos que organizações revolucionárias.

O abismo entre o Norte e o Sul ganhou profundidade alarmante. Um dos efeitos do aumento da desigualdade entre os países ricos e os pobres foi a migração maciça de milhões de pessoas do Terceiro Mundo, da periferia da fome para o centro da abundância selectiva (EUA, Canadá, União Europeia).

Um dos efeitos colaterais do enfraquecimento do Estado-nação, esmagado pelo mercado, foi a súbita proliferação de pequenos e frágeis Estados, inviáveis na longa duração da história. Somente na Europa surgiram 14 desde o colapso do socialismo.

As Nações Unidas, como era inevitável, foram instrumentalizadas. Das principais instituições internacionais criadas no pós-guerra, duas sobreviveram, contudo, intactas, como armas ao serviço da teologia do mercado: O Banco Mundial e o FMI.

As massas na história

O colapso da URSS chamou a atenção para o malogro do modelo de socialismo desenvolvido no primeiro país onde um partido comunista tomou o poder e o exerceu durante mais de sete décadas.

Apesar do seu cepticismo, Hobsbawm acha prematuros os juízos que negam futuro ao socialismo como projecto de transformação da sociedade.

No final do milénio – é a sua opinião – «a contra-utopia oposta à soviética também se acha em bancarrota: a fé teológica numa economia em que os recursos são atribuídos inteiramente pelo mercado sem qualquer restrição, em condições de concorrência ilimitada, um estado de coisas que se acreditava capaz de produzir não apenas o máximo de bens e serviços, mas também o máximo da felicidade».

E não produziu. Está a multiplicar a infelicidade e o desespero.

O historiador alerta para o que se passa nos países do Leste europeu. Quando «ali se tentou implantar de uma hora para a outra – recorda – essas economias do **laissez faire** em substituição às antigas economias soviético–socialistas, através de terapias de choque encomendadas por assessores ocidentais, os resultados foram economicamente pavorosos e política e socialmente desastrosos».

À medida que se aproxima o fim do século, «torna-se cada vez mais evidente – adverte – que a tarefa central não é o regozijo sobre o cadáver do comunismo soviético, mas sim pensar uma vez mais nos defeitos congénitos do capitalismo».

A sacralização do mercado conseguiu reduzir ao mínimo o papel do Estado-nação como instituição fulcral da política ao longo de milénios, desde as antigas civilizações da Mesopotâmia e do Vale do Nilo. Mas não encontrou alternativas para as suas funções tradicionais.

Num panorama de desordem, egoísmo e cinismo crescentes, o mercado, na versão ultraliberal, introduz não apenas a injustiça galopante mas uma situação de vazio propícia ao caos.

Na era da globalização capitalista, sob o império da teologia do mercado, o Estado perdeu quase todo o controlo sobre as próprias instituições que o integram.

O historiador britânico, cujo livro inspirou este texto, não tem dúvidas sobre o malogro final da aventura neoliberal, pois «o grande problema da humanidade não é a multiplicação da riqueza das nações, mas como distribuí-la em benefícios aos seus habitantes».

Eric Hobsbawm tornou-se nos últimos anos um social-democrata moderado e céptico. Entretanto, o historiador, que foi e continua a ser, não acredita no fim das revoluções. Não leva a sério essa teoria fantasista. Regista, isso sim, que a irracionalidade do liberalismo contemporâneo, agravada pela teologia do mercado, favorecem, pelo contrário, a reentrada tempestuosa das massas no cenário da história como factores, mais uma vez, de grandes mudanças. O fosso entre governantes e governados alargou-se em quase toda a parte, nomeadamente nos países industrializados. Sobrou um mercado que despreza o homem.

Hobsbawm abstém-se de previsões sobre o figurino de futuras revoluções. Mas a marcha dos acontecimentos reforça a sua convicção de que o mundo do terceiro milénio «quase certamente continuará a ser de política violenta e mudanças políticas violentas. A única coisa incerta nelas é aonde levarão».

(1) *F. Hayek, The road to serfdom», Londres, 1944. Existe uma tradução brasileira, «O Caminho da servidão», da Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1987.*

(2) *Editado em 1994 pela «Pantheon Books», no Reino Unido e nos EUA. No Brasil, a tradução foi lançada em 1995 pela Companhia das Letras, São Paulo. Uma segunda edição aparece em 1996.*

Um livro importante e polémico

Eric Hobsbawm reconhece no prefácio de «Era dos Extremos» que «não é possível escrever a história do Século XX como a de qualquer outra época». Mas assumiu esse desafio ciclópico.

O livro é, obviamente, polémico, por vezes contraditório, e o autor não fugiu à tentação de ceder, com excessiva frequência, a uma atitude de ironia próxima do cinismo.

A força da obra é também a sua fraqueza. Hobsbawm ambiciona **explicar** – não encontro palavra mais adequada – oito décadas de história (o breve século XX): as consequências de duas guerras devastadoras, a ascensão do fascismo, a Revolução de Outubro e o seu desenvolvimento atormentado, o ruir do «socialismo real», o fim dos velhos impérios, a crise do liberalismo clássico e a actual vaga neoliberal, e a sacralização do mercado por ela gerada.

A meta fixada assusta pela ambição. O historiador, no contexto das rupturas económicas e políticas do século, insere a sua própria meditação sobre as revoluções sociais e culturais que mudaram radicalmente as existências individuais.

É difícil emitir uma opinião global sobre livro tão abrangente de um historiador que em vida conquistou prestígio mundial. Tão difícil que a sua releitura no Brasil, um ano depois da primeira e apressada leitura, me deixou uma impressão diferente.

Relativamente à sua importância não tenho, porém, dúvidas. Pela enorme massa de informações seleccionadas e pela profundidade da reflexão sobre acontecimentos e situações que marcaram decisivamente a história contemporânea, Hobsbawm, concorde-se ou não com as suas posições, quase nos obriga a ir mais longe na nossa própria meditação sobre os grandes temas do seu livro-desafio.

Os melhores capítulos, e os mais úteis, são, na minha opinião, aqueles em que se ocupa dos «anos dourados» e das «décadas da crise» (essa é a sua terminologia), isto é, do período posterior à segunda guerra mundial e que se iniciou com a alta dos preços do petróleo em 1973 que assinalou a viragem estratégica do capitalismo.

Não coloco no mesmo nível os capítulos que pretendem **explicar** sumariamente a Revolução de Outubro, os seus êxitos e fracassos na construção do socialismo e sobretudo os períodos que precederam a fase da perestroika e o colapso da URSS.

Não obstante, mesmo nessas páginas, onde o distanciamento do historiador cede o lugar um subjectivismo transparente, o leitor desejoso de compreender encontra material interessante para a sua reflexão.

Hobsbawm sublinha que «os problemas que a **humanidade**, ou antes, os bolchevistas se propuseram em 1917 não eram resolúveis nas circunstâncias do seu tempo e naquele lugar, ou apenas muito incompletamente». O malogro da Revolução noutras áreas «deixou a URSS comprometida em construir sozinha o socialismo num país onde pelo consenso universal dos marxistas em 1917, incluindo os russos, as condições para o fazer não estavam reunidas».

O historiador tem consciência de que em tal terreno cada análise, cada conclusão desencadeia a polémica sem trazer respostas satisfatórias.

Mas não participa do entusiasmo suscitado no Ocidente capitalista pela desintegração da URSS.

A «destruição da URSS — salienta – conseguiu a reversão de quase 400 anos de história russa e a volta do país à era de antes de Pedro o Grande (1672-1725). Como Rússia, sob um czar, ou como URSS, fora uma grande potência desde meados do século XVIII; a sua desintegração deixou um vazio entre Trieste e Vladivostok que não existira antes na história moderna, excepto por pouco tempo na Guerra Civil (1918-1920), uma vasta zona de desordem, conflito e catástrofe potencial».

Definido por alguns críticos como trabalho muito abaixo do nível do autor da melhor obra existente sobre a Revolução Industrial, e por outros como a sua obra-prima, «Age of Extremes» é, acredito, um livro cuja colocação nas mãos do público português seria um serviço prestado à reflexão sobre o nosso tempo. «A Era dos Extremos» ajuda a compreender, mesmo quando se discorda.

PONTOS CARDEAIS

Jardim, o ameaçador

A população de Sítio do Lugar de Baixo, no Concelho da Ponta do Sol, na ilha da Madeira, bloqueou a estrada principal em protesto pela falta de segurança daquela via, onde as mortes por atropelamento já ultrapassam as duas dezenas, a par de constantes aluimentos de terras que ameaçam tudo e tudos.
Cansada de enviar abaixo-assinados ao Governo Regional sem que este lhes haja dado sombra de resposta, a população, em desespero, fez ver o seu protesto com um corte de estrada a que a PSP da Madeira (PSP/M), de forma dialogante, apaziguou, tendo o intendente Homem da Costa, que comanda a PSP nesta Região Autónoma, prometido actuar com vigor junto dos condutores que ultrapassem os limites de velocidade impostos para aquela localidade.

Quem não gostou do corte de estradas foi o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim. Delirando em mais uma recaída fascistóide, o caudilho pêpêdê roncou para os jornais que «a polícia devia ter actuado mais rapidamente», dado que «tem instruções minhas de que deve usar a força quando for preciso repor a legalidade», chamando «desordeiros» aos manifestantes e advertindo: «a mim ninguém me ameaça. Eu vou averiguar quem cortou a estrada e processá-los criminalmente».
Jardim finge não saber algumas coisas, nomeadamente que não tem qualquer autoridade sobre a PSP/Madeira - que depende hierarquicamente do Comando-Geral em Lisboa que, por sua vez, depende do ministro da Administração Interna -, e, muito menos, para lhe dar «instruções» ou a «autorizar» seja para o que for. A actuação da polícia é uma só para todo o território nacional e quem nela manda é o Governo. O ascendente de Jardim sobre as forças de segurança é igual a zero, que é mais ou menos o que vale a cultura democrática deste presidente regional.
Por outro lado, os manifestantes do Sítio do Lugar de Baixo não são «desordeiros» mas cidadãos fartos de apelar em vão exactamente ao Governo Regional de Alberto João Jardim, que nunca se deu ao trabalho, sequer, de lhes responder, quanto mais de lhes resolver o dramático problema que vivem..
Mas agora Jardim ouviu-os, embora a sua preocupação não seja resolver o problema dos seus eleitores, mas vergar-lhes os protestos a toque de ameaças. Vejam lá se os cortes de estrada não são eficazes - pelo menos para desobstruir a cera dos ouvidos dos demagogos de meia tigela...

À espera da Inspecção de Trabalho

No passado dia 9, o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro enviou à Inspecção Geral de Trabalho (IGT) a seguinte carta:
«Com muita urgência, solicitamos a deslocação da IGT à firma "Bawo Confecções Lda." (uma empresa alemã com gestores alemães instalada no lugar da Carrasqueira, em Estarreja).
O comportamento dos responsáveis desta empresa há muito que é conhecido, no que toca à perseguição que movem aos trabalhadores que têm a coragem de reclamar os seus direitos, mas quando se trata dos delegados ou dirigentes sindicais essa perseguição atinge limites inaceitáveis.
«Hoje, a nossa dirigente Maria Alice da Silva Gomes, foi posta na rua ao empurrão, porque o trabalho que estava a fazer correu menos bem, como aconteceu a outras trabalhadoras. A trabalhadora, nossa dirigente, foi chamada ao escritório e aí, aos gritos e insultos insinuando que tinha feito mal o trabalho propositadamente, atiraram-lho para cima e sem admitir quaisquer explicações expulsaram-na da fábrica aos empurrões e aos gritos de "rua, rua". Tendo em conta a gravidade da situação e os métodos repressivos de características "neonazis"», conclui a carta sindical, «deve a Inspecção Geral de Trabalho deslocar-se com a maior brevidade e agir de forma a que a empresa de uma vez por todas passe a cumprir as leis portuguesas».
Entretanto já passaram 12 dias sem que se conheça qualquer acção por parte da Inspecção do Trabalho. Será que as preocupações do Governo socialista vão só para os cortes de estrada que «impedem a circulação»? E as agressões e atentados aos direitos e liberdades dos trabalhadores não «impedem» nada, na perspectiva política deste «governo com coração»?!...

Já está assim...

Charles Krauthammer, colunista do *Washington Post*, escreveu há dias:
«Desde os anos 50, quando a CIA comprava multidões e derrubava governos no Irão e na Guatemala, que os EUA não davam tanta atenção para garantir que a pessoa certa irá ganhar a corrida para o poder num país estrangeiro. A administração Clinton quer tanto reelejer Peres (em Israel) como o próprio Clinton.»
A desfaçatez já chegou a este ponto: falar-se das ingerências norte-americanas em países estrangeiros como a coisa mais natural deste mundo. Mais uma «vantagem» do imperialismo à solta...

Doenças alastram com capitalismo a ver

Um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) adverte, com grande alarme, para a proliferação e recrudescimento de doenças no planeta, muitas delas consideradas quase extintas ou controladas há uma dezena de anos, como a tuberculose, a lepra, a malária ou o sarampo, e que agora proliferam com violência epidemiológica, tornando-se autênticas pestes mortais particularmente nos países e regiões mais pobres do planeta. A OMS identifica claramente as causas: alastramento da pobreza e da miséria e abandono da vacinação e da profilaxia. E acusa os países desenvolvidos - os grandes exploradores dos recursos desses países - de «egoísmo» ao não providenciarem, pelo menos, campanhas de vacinação, uma insignificância em termos económicos.
E a OMS assinala também outra coisa, curiosamente «esquecida» na generalidade dos noticiários: a situação tem-se vindo a degradar aceleradamente desde o desaparecimento da União Soviética e do mundo socialista, que era quem garantia, e com eficácia, o apoio sanitário a todas as zonas pobres do globo...

PONTOS NATURAIS

Do meu diário

Sinais

Na TVI. A voz torna-se portentosa, quase violenta: «Esta quarta-feira, a Europa pára...» A voz, na TV. Aquela voz que vem do fundo do mistério, cheio de gravidade, para anunciar o apocalipse.
– *Esta quarta-feira, a Europa pára. Portugal pára, pára tudo, às 19 e 45...»*
Começo a ficar sobressaltado. Se não for o fim do mundo, tudo pára porquê? Para assistir a que inexplicável fenómeno? A que irrefutável sinal?
– *Esta quarta-feira a Europa pára, Portugal pára, pára tudo às 19 e 45 para ver a finalíssima da Taça UEFA! Você não vai perder o jogo demolidor Bordéus-Bayern de Munique!!!*
Bordéus. Bayern. Apocalipse now. O sinal, que vem do céu para um estranho anúncio, apita para um jogo de futebol. Não há dúvida. Um certo mundo está a chegar ao fim.

Ilsena

Os patinhos americanos

Esse estranho bicho que dá pelo nome de «amerciano médio» é afinal um ser humano cheio de potencialidades afectivas.
Se ele apoiou a «guerra santa» dos Estados Unidos no Vietnam.
Se ele apoiou as medidas do seu governo contra Cuba. Se ele considera o ter ou não ter muitos dólares a pedra de toque da consideração social, se ele é assim e, a crer em Billy Wilder, muito mais, a verdade é que apresenta, de onde em onde, inequívocos sinais de redenção.
Aconteceu naquela história da pata e seus patinhos. Esta à frente, bamboleante, eles todos atrás, em fila indiana. Imprevidentes, atravessavam a pista onde se desenrolava uma importante corrida de automóveis. Corrida que ficou suspensa, até que os patinhos estivessem sãos e salvos. Ainda tiveram que esperar que um deles acabasse de esgaravatar no asfalto...

A imagem foi transmitida em todo o mundo. Para se ver bem como na América vigora o respeito pelas minorias indefesas. O que eu espero é que nenhuma família de ciganos se lembre de atravessar uma pista. A ternura tem limites.

Assim se vê

«Uma imagem vale mil palavras.» A frase vem de longe, parece que do tempo de Confúcio. Inicialmente, parece ter querido dizer que olhar para a vida ensina mais do que ouvir muitos e belos discursos. Está bem. Mas tudo depende das imagens, tudo depende das palavras. Que imagem dirá melhor do que «Deixai vir a mim as criancinhas», de Cristo? Ou... que «Proletários de todos o países, uni-vos», de Marx Engels? Mais perto de nós, a «imagem» mais forte que temos de Humberto Delgado é o «Obviamente, demito-o»...
As imagens são o que são, as palavras são o que são.
Digo isto ainda sob o impacte daquela cena na Assembleia da República. Era o momento em que o presidente perguntava «Quem vota contra?» na votação da lei da poliflex. Quem se levantou, como se fosse uma pessoa só? Os deputados comunistas e todos os trabalhadores nas galerias...
Não conto o que foi, pois é impossível. Só vendo. Uma imagem que não esquece mais que o tempo não apaga. E que, com o devido respeito, fez mais pelo conhecimento da natureza do PCP do que muitos discursos e relatórios. Como o povo diz, «meteu-se pelos olhos dentro». Pela alma dentro.

mário Castrim

AGENDA

Regiões Administrativas para Portugal
DEBATES COM O PCP

SANTARÉM
Quinta-feira, 30, às 21h30, na Casa do Campino
Com **Luís Sá**

AVEIRO
Sexta-feira, 24, às 21h30, no Salão Cultural da Câmara
Com **Luís Sá**

AMADORA
Terça-feira, 28, às 21h, no Auditório da Câmara Municipal
sobre a Regionalização, a revisão da Constituição
e as leis da Flexibilidade/Polivalência
Com **Luís Sá**

Carlos Carvalhas em visita à Região Autónoma dos Açores

Prossegue até sexta-feira a visita que o Secretário-geral do PCP iniciou na passada terça-feira à Região Autónoma dos Açores.

Hoje, quinta-feira, Carlos Carvalhas estará na **Ilha do Pico.** Durante a manhã visita a Câmara Municipal da Madalena (9h15), o Lar de Idosos da Madalena (10h30), a Fábrica da COFACO (11h15) e o Museu da Baleia, nas Lajes (12h30). Durante a tarde, visita as Câmaras Municipais de Lajes (14h00) e de S. Roque (16h45) e o Museu Industrial da Baleia (17h30). Às 21h00 participa numa **sessão-convívio,** seguida de sessão de fados, na Casa do Povo da Criação Velha.
Amanhã, sexta-feira, chega às 14h30 à **Ilha de S. Miguel**, visitando às 14h30 a Câmara Municipal de Ponta Delgada e em seguida a Escola Preparatória dos Arrifes (15h45). Encontra-se com o Secretariado da União de Sindicatos de S. Miguel e o Coordenador da CGTP-IN Açores às 17h30, na respectiva sede.
Às 21h00, o Secretário-geral do PCP participa num **Plenário da CDU da Ilha de S. Miguel**, no Auditório da Pousada da Juventude de Ponta Delgada.

Carlos Carvalhas será acompanhado em todas as visitas e nos actos públicos em que participa pelo Coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota.

ASSEMBLEIAS DA ORGANIZAÇÃO

ALMADA
VII Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 25 na SFUAP

Às 17h:
Sessão pública de encerramento
com a participação de
ÁLVARO CUNHAL
Presidente do Conselho Nacional do PCP

VILA NOVA DE FAMALICÃO
6ª Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 25, às 15h, na Casa da Cultura
(R. Direita, V. N. Famalicão)

LISBOA
Assembleia da Organização
da Freguesia de Alcântara
Sábado, 25, às 14h30, no CT de Alcântara
com a participação de
Joaquim Judas

VILA FRANCA DE XIRA
4ª Assembleia da Organização da Freguesia
Sábado, 25, às 14h30, no Auditório da Biblioteca Municipal
com a participação de
Blanqui Teixeira

6ª Assembleia da Org. do Barreiro - assembleias preparatórias

É o seguinte o calendário das assembleias plenárias a realizar esta semana para discussão do Documento-base e eleição de delegados:
Hoje, 23, da célula dos **Trabalhadores da Autarquia** (17h30, CT); *sábado*, 25, da freguesia do **Barreiro** (no CT), da freguesia da **Verderena** (15h30, CT concelhio), freguesia do **Lavradio** (15h30, na Pluricoop), da freguesia de **Santo André** (16h, CT da Quinta da Lomba), freguesia de **Santo António** (15h, CT S. António).
Na quinta-feira, dia 30, realizam-se no CT concelhio as assembleias plenárias das células dos **Ferroviários** e **Químicos.**

4.º Congresso do PCP Madeira

No próximo domingo, a partir das 10h, realiza-se no Funchal (Sala Embaixador do Hotel Buganvília), o 4º Congresso do PCP Madeira.
O Secretário-geral do PCP estará presente e tomará a palavra na **sessão pública de encerramento** prevista para cerca das 17h30.

TEMPOS DE ANTENA DO PCP

Na RTP 1
Terça-feira, 28, a seguir ao Telejornal

Reuniões e plenários do PCP

Setúbal
Reunião preparatória do Encontro Nacional "Os Intelectuais e a Sociedade - O Partido e os Intelectuais", com a presença de **Aurélio Santos**. No CT do Edifício Arrábida, **hoje** às 21h30, com a participação de **Aurélio Santos**.

Lisboa
Convívio-plenário do **Sector da Saúde da ORL**, com a presença de **Henrique de Sousa**: segunda-feira às 18h30, no CT Vitória.
Reunião de eleitos comunistas na freguesia de **Santa Engrácia**: dia 28 às 21h30.
Plenário de militantes da **Colina da Graça** (Sta. Engrácia, S. Vicente): 5ª feira, dia 30, às 21h30, no CT da Graça.
Freguesia de **Santo Condestável**: reunião de eleitos do PCP com os moradores da freguesia, também com a participação do vereador **Rego Mendes**: sábado às 10h no Jardim da Parada, às 11 no Pátio das **Chedas** e na **Quinta do Capitão.**
Debate sobre a **Expo 98** na Quinta das Laranjeiras / **Olivais**, com a participação de **Rui Godinho** e **João Amaral**: hoje, dia 23, às 21h30

Sintra
Sessão-debate promovida pela célula do PCP dos Trabalhadores da CM e SMAS de Sintra, com a presença dos vereadores eleitos pela CDU: dia 30 às 17 horas no Palácio Valenças.
Reunião plenária das organizações de S. Miguel e S. Martinho: dia 29 às 21h30, no CT de Sintra.
Debate e convívio cultural no CT de **Algueirão-Mem Martins**: domingo a partir das 16h30.

Convívios

PORTO - Convívio Desportivo de Paranhos, no Ringue do Grupo Desportivo Montiagra do Amial, promovido pela Com. de Freg. do PCP: domingo, 26, às 10h.

BEJA - Jornada de convívio na Freguesia de Corte Pinto / Mina de S. Domingos, incluindo almoço no Centro de Trabalho, actualmente em recuperação: domingo, 26.

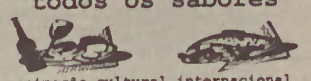
AMADORA - Jantar-convívio no refeitório dos Moinhos da Funcheira: sexta-feira às 20h
(Inscrições no CT da Amadora - Tel. 4941162)

Loures
NOITE DE FADO
no Pavilhão Paz
e Amizade
com
CARLOS
DO CARMO
Dia 25 às 22h.

25 de Maio de 1996
Sábado, pelas 20.00 horas
Voz do Operário em Lisboa

XX° ANIVERSÁRIO DO CPPC
(legalização)
ABRIL de 1976 - 1996

JANTAR COMEMORATIVO
"todos os sabores"



animação cultural internacional

Preço:- 3 000$00

Informações e inscrições
CPPC - Tel. 386 33 75 / Fax 386 32 21

A ementa será constituída por pratos tradicionais de diversos países.

ODIVELAS
Debate com a população
sobre o **Ferrocarril**
Lisboa-Odivelas-Loures
que o PCP e a CDU
reivindicam:
sexta-feira, 24, às 21h30,
na Esc. Prim. nº 1
com a participação de
Fernanda Mateus e
Demétrio Alves

CDU intensifica actividade

Em **Évora** realizam-se no próximo dia 25, sábado (no Palácio D. Manuel, a partir das 15h), as **Jornadas Autárquicas do Concelho de Évora**, que farão o balanço do actual mandato e traçarão linhas do trabalho futuro com vista ao reforço da CDU no concelho de Évora. Participa **Vítor Dias**.

Em **Coimbra** tem lugar também no próximo sábado o **Encontro Distrital da CDU** para discussão do trabalho autárquicos - dinâmicas locais e eleições de 97. No CT do PCP, a pártir das 15h, com a participação de **Sérgio Teixeira**.

No **Porto** estão programadas para este fim-de-semana várias actividades:
- em **S. Mamede de Infesta**, debate promovido pela Coordenadora da CDU local sobre a actividade dos comunistas na AR, com a participação do deputado **José Calçada**: sexta, às 21h30, na Esc. Primária do Telheiro;
- em **Oliveira do Douro**, eleitos autárquicos visitam a freguesia, sábado a partir das 10h;
- na **Senhora da Hora**, reunião de apoiantes CDU, com a participação de **Rui Sá** e **Serafim Brás**: sábado às 10h, no CT local.

Em **Azeitão** (Setúbal) a CDU local promove no domingo uma visita à freguesia, com início às 10h no Lg. da República, em Vila Nogueira de Azeitão. No final haverá um almoço-convívio.

TELEVISÃO

Quinta, 23

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.50 Uma Promessa de Amor
15.30 Malha de Intrigas
16.20 Infantil / Juvenil
17.20 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
22.00 Eleição Miss Portugal 96
24.00 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.45 Monty Python - Os Malucos do Circo

RTP 2
17.05 Notícias
17.10 Rua Sésamo
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.40 Caderno Diário
18.50 Magazine «Ver Artes»
19.20 Remate
19.40 TV Nostalgia: «Colditz»
20.45 «Beautiful Men»
21.25 A Última Fronteira
22.05 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 A Caminho do Canadá *(de Lewis Milestone/Edwin L. Marin, EUA-1949, com Randolph Scott. «Western»)*
01.15 Planeta Música

SIC
11.00 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia

David Mourão Ferreira no «Artes e Letras» do próximo domingo

12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Ponto de Encontro
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.15 Explode Coração
22.05 Marina, Dona Revista
23.05 Grande Reportagem
00.10 Último Jornal
00.25 Verdes Anos
01.25 Sonhar Acordado
01.55 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
10.55 Jornal do Mundo
11.25 Portugal Português
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Céu Como Horizonte
21.45 Fora de Jogo
22.00 Os Vagabundos de Nova Iorque *(de Philip Kaufman, EUA-1979. Ver Destaque)*
00.10 TVI Jornal
01.20 Rua Jump, 21

Sexta, 24

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.35 Rosto de Mulher
10.30 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - «Os Andrades»
14.30 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.20 Infantil / Juvenil
17.20 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.30 Futebol: Portugal-Brasil (Sub-21)
21.30 Telejornal
22.15 Roseira Brava
23.20 Desesperadamente Procurando Susana *(de Susan Seidelman, EUA-1985, com Madonna, Rosanna Arquete. Ver Destaque)*
01.10 24 Horas
01.35 RTP/Financial Times
00.45 Monty Python - Os Malucos do Circo
02.20 O Túmulo Vivo *(de Ralph S. Singleton, EUA-1990. Terror)*

RTP 2
17.00 Notícias
17.10 Rua Sésamo
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.40 Caderno Diário
18.50 Máquinas
19.15 Notícias
19.35 TV Nostalgia - «5ª Dimensão»
20.35 A Par e Passo
21.05 Dançar na Rua - História do Rock'n'Roll
22.05 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 Sem Perdão *(de Lesley Selander, EUA-1948, com George Montgomery. «Western»)*
00.40 Planeta Música

SIC
10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Malucos do Riso
21.15 Explode Coração
22.05 Pensão Estrela
22.55 A Noite da Má Língua
00.15 Os Donos da Bola
01.55 Último Jornal
02.15 Playboy
03.15 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
11.00 Sinais e Leis
11.30 Luzes da Ribalta
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Céu Como Horizonte
21.45 Fora de Jogo
22.00 Cisco Kid *(de Luis Valdez, EUA-1993, com Jimmy Smith, Sadie Frost. Comédia/Acção)*
23.50 Grande Plano
00.35 TVI Jornal
01.20 Rua Jump, 21

Sábado, 25

RTP 1
08.00 Sempre a Abrir
10.30 Clube Disney
11.30 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.30 86-60-86
15.05 Beverly Hills 90210
16.00 Jornal Jovem (Último programa)
17.00 Nem Visto Nem Achado *(de Robert Butler, EUA/1971, com Kurt Russel. Ficção Científica)*
18.25 Paul McKenna
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.55 Roseira Brava
22.00 Parabéns
00.35 24 Horas
00.55 Euro 96
01.25 12.01 Ameaça Final - 03.00 Votos Mortais - 04.30 Reféns na Maternidade

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Eleições no Benfica
15.30 Motociclismo
16.00 Roller-Hockey
16.35 Basquetebol - «Play Off Final»
18.15 Jogo Falado
18.50 7º Oeste
19.30 O Falso Médico *(de Christopher Morahan, Gr.Br.-1990. «Thriller»)*
21.10 Semana ao Sábado
22.00 Notícias 2
22.05 Um Homem em Casa
22.35 Figuras de Estilo
23.35 Celebrando Balanchine (I)

SIC
09.00 Buéréré
11.30 Portugal Radical
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Justiça Negra
16.00 Danielle Steel - Noite Trágica
18.00 O Juiz Decide
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.15 História de Amor
22.30 Big Show Sic
01.05 Último Jornal
01.20 Psicho 3 *(de Anthony Perkins, EUA-1986, com Anthony Perkins, Diana Scarwick. «Thriller»)*

TVI
09.40 Animação
12.00 Quem Sai aos Seus...
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Ténis
16.10 Doutores e Engenheiros
17.25 Um General e Meio *(de Melville Shavelson, EUA-1961, com Danny Kaye. Ver Destaque)*
19.30 Campeonato Espanhol de Futebol
21.20 Telejornal
22.00 Vagabundos Selvagens *(de Blake Edwards, EUA-1971, com William Holden, Ryan O'Neal. Ver Destaque)*
00.30 Últimas Notícias
00.50 Por Muitos Anos e Bons *(de Ermanno Olmi, It.-1987. Ver Destaque)*

Domingo, 26

RTP 1
08.00 Sempre a Abrir
11.15 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
13.10 Motociclismo
14.00 Made in Portugal
15.05 Alta Voltagem
15.40 O Menino Mimado (Longa Metragem)
17.25 100% Natural
18.00 Marco Paulo com Música no Coração
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.35 Domingo em Cheio
23.20 Domingo Desportivo
00.35 24 Horas
00.55 Euro 96
01.25 Perigo Total *(de Tom Mankiewcz-1992. «Thriller»)*

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade - Vila Franca de Xira
11.50 Euronews
12.45 Para Além do Ano 2000
14.00 NBA
15.30 Atlanta 96
16.25 Europeus de Ginástica
16.00 Basquetebol: «Play Off Final»
17.50 Futebol: Bélgica-Portugal (Sub-21)
19.30 Bombordo
20.00 Aqui d' El Rei (3ª Parte) *(de António Pedro Vasconcelos, 1991)*
21.15 Ilha da Madeira
22.05 Artes e Letras
23.10 O Filme da Minha Vida
01.15 Planeta Música - «Solti dirige Bartok»

SIC
09.00 Buéréré
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
14.55 Rebeldes
15.55 O Guarda-Costas
16.55 Walker, o Ranger do Texas
18.00 Perry Mason e o Caso da Armadilha Fatal *(de Christian Nyby II, EUA-1992, com Raymond Burr, Barbara Hale. Acção)*
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.35 Sim ou Não
22.35 Sexta-feira, 13 (Parte III) *(de Steve Miner, EUA-1982, com Dana Kimmell. Terror)*
01.10 Último Jornal
01.25 Uma Estranha Coincidência *(de Richard Torpe, EUA-1965, com Sandra Dee, Bobby Darin, Donald O'Connor. Comédia)*

TVI
09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.00 Portugal Português
15.30 Jornal do País
15.55 Perdeu-se um Marido *(de Henrique Campos, Port.-1957, com Laura Alves, António Silva. Comédia)*
17.40 Christy
18.30 Caída do Céu
19.30 Telejornal
20.10 Lar, Louco Lar
20.45 O Pai da Chefe
21.10 O Raio Azul
22.00 Passos Silenciosos *(de Stephen Fears, EUA-1972, com Albert Finney. Ver Destaque)*
00.10 Hunter

Com Aretha Franklin e outros grandes intérpretes, continua em evidência na História do Rock (à sexta-feira) a força da música negra

Segunda, 27

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.30 Todos ao Palco
22.45 Nova Oportunidade
23.45 24 Horas
00.15 Monthy Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2
17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Universidade Aberta
19.35 TV Nostalgia - «A Jóia da Coroa»
20.40 Foyer
21.40 Dinheiro não Dorme
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 O Homem Sombra *(de W. S. Van Dike (EUA-1934, com William Powel, Myrna Loy. Ver Destaque)*
00.50 Planeta Música - Árias da Ópera

SIC
10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos da Bola
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ponto de Encontro
22.05 O Vingador da Rua *(de Albert Magnoli, EUA-1992. Acção)*
00.25 Último Jornal
00.20 Flash Back
01.20 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
11.10 Novos Ventos
11.45 Rumores
12.15 Alf
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Céu Como Horizonte
21.45 Fora de Jogo
22.00 Casos de Hollywood (I)
23.30 TVI Jornal + Primeira Fila
01.40 Rua Jump, 21

Terça, 28

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.30 Primeiro Amor
22.05 Ligações Perigosas
23.05 O Envenenador de Wimbledon
00.15 24 Horas
01.00 Monthy Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2
17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Li, Tá
18.40 Rotações
19.20 Remate
19.40 TV Nostalgia - Os Vingadores
20.40 A Última Fronteira
21.40 Rumo à Lua
22.05 Acontece

«O Envenenador de Wimbledon», série policial com a habitual qualidade britânica, em estreia terça-feira na RTP 2

22.30 Jornal 2
23.10 A Comédia dos Acusados *(de W. S. Van Dike (EUA-1939, com William Powel, Myrna Loy. Ver Destaque)*
01.10 Planeta Música - Jazz

SIC
10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ai, os Homens!
23.15 Cross Fire
00.25 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.40 Hindenburg *(de Robert Wise, EUA-1975, com George C. Scott, Anne Bancroft. Histórico/Catástrofe)*
03.40 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
10.40 O 8º Dia
11.10 Momentos de Glória
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Céu Como Horizonte
21.45 Fora de Jogo
22.00 Casos de Hollywood (II)
00.30 TVI Jornal
01.10 Jornal de Negócios
01.45 Rua Jump, 21

Quarta, 29

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.40 Praça da Alegria
12.15 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.20 Infantil / Juvenil
17.20 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
19.50 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.30 Primeiro Amor
22.55 O Vírus Assassino
23.55 24 Horas
00.40 Monthy Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2
17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Li, Tá
18.45 Olho Clínico
19.25 Remate
19.40 TV Nostalgia - «Eu, Cláudio»
20.40 Lendas e Narrativas
21.15 Sinais do Tempo
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Nick e Esposa, Detectives *(de W. S. Van Dike (EUA-1936, com William Powel, Myrna Loy. Ver Destaque)*
00.40 Planeta Música

SIC
10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Escrita em Dia
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Barba e Cabelo
21.10 Explode Coração
22.00 Ousadias
23.00 Casos de Polícia
00.20 Último Jornal
00.40 Toda a Verdade - As Amantes (III)
01.40 O Papá É Major
02.10 Vibrações

TVI
10.10 Clube da Manhã
10.30 Jornal de Negócios
11.00 O Turno da Noite
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Informação
17.50 Jé Tocou na Faculdade
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Céu Como Horizonte
21.35 Fora de Jogo
22.00 Os Novos Intocáveis
23.50 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Rua Jump, 21

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

William Powell e Myrna Loy em «O Homem Sombra», primeiro filme da série The Thin Man realizada por W. S. Van Dike II

Madonna é uma das intérpretes principais de «Desesperadamente Procurando Susana», de Susan Seidelman

O actor Ken Whal, em «Vagabundos de Nova Iorque», um filme de Philip Kaufman

Vagabundos de Nova Iorque

(*Quinta, 22.00, TVI*)

Filme pertencente aos bons tempos de **Philip Kaufman**, *Vagabundos de Nova Iorque* debruça-se sobre os confrontos entre *gangs* de adolescentes sociologicamente situados nos circuitos da emigração italiana, em plena década de 60 - os anos do assassínio de Kennedy, da guerra do Vietname, das lutas pelos direitos cívicos, vistos pelo realizador numa alternância eficaz entre cenas da vida quotidiana e sequências quase fantásticas.

Desesperadamente Procurando Susana

(*Sexta, 23.20, RTP1*)

Uma mulher de família ocupa o seu aborrecido quotidiano a olhar para os anúncios pessoais publicados nos jornais, até que um dia é levada a imiscuir-se no caso de uma tal *Susana* que tem por hábito meter-se em sarilhos e em situações inconcebíveis. O pior é quando a nossa «heroína» perde a memória e julga ser a própria *Susana*... Uma comédia realizada por **Susan Seidelman** que fez muito sucesso público (em particular junto dos fãs de *Madonna*) mas cujos tiques *post-modernistas* foram recebidos com reticências por alguma crítica. A confirmar.

Um General e Meio

(*Sábado, 17.35, TVI*)

Filme de puro entretenimento, esta comédia de **Danny Kaye** mostra-o fazendo-se passar por um general britânico numa missão de espionagem durante a II Grande Guerra. Uma das cenas mais hilariantes é aquela em que **Danny** faz uma imitação de **Marlène Dietrich**!

Vagabundos Selvagens

(*Sábado, 22.00, TVI*)

Em finais do século passado, na região de Montana, dois *cowboys* decidem abandonar a sua profissão, demasiado arriscada, e assaltar um banco. Após terem roubado mais de trinta mil dólares, fogem para o México, mas são perseguidos pelos filhos do seu patrão, um grande criador de gado. Única incursão pelo género do *western* por parte do realizador **Blake Edwards** (embora, ele próprio tenha escrito no início da sua carreira dois argumentos para filmes da *série B*), é consensual a apreciação de que *Vagabundos Selvagens* atinge, por vezes, os fulgores dos grandes *westerns* clássicos. Mas, independentemente de se tratar, sem qualquer dúvida, do melhor filme da semana, são de recear os fortes danos que a sua transmissão vá provocar à imagem, cujo formato original é o *Cinemascope*. Positivo é que, face à duração anunciada pela *TVI* (136 minutos), a cópia a projectar deva ser aquela remontada pelo realizador e não a que foi estropiada pela distribuição inicial, com a amputação de meia hora e a inclusão de efeitos em *ralenti* nalgumas cenas. A confirmar.

Por Muitos Anos e Bons

(*Sábado, 00.50, TVI*)

Os pormenorizados e demorados preparativos de um banquete realizado num castelo-hotel-de-luxo em honra de uma velha senhora são o pano de fundo para este filme algo misterioso realizado por um dos mais destacados cineastas do moderno cinema italiano - **Ermanno Olmi** - onde são denunciadas a corrupção e a submissão à *Signora* por parte dos seus convidados. Pena é que a leitura da *moral* do filme seja bastante retardada ou mesmo eclipsada pelos rituais (fascinantes, embora) da longuíssima preparação do banquete.

Passos Silenciosos

(*Domingo, 22.00, TVI*)

Trata-se de uma comédia policial que nos conta a história de um actor de *vaudeville* britânico que, viciado e apaixonado pelos filmes de **Bogart**, se mete em sarilhos após ter resolvido armar-se em detective privado. Um bom papel de **Albert Finney**.

Homem Sombra

(*Segunda, 23.10, RTP2*)

Quem terá matado *Julia Wolf*, secretária de *Clyde Wynant*, e depois o «gangster» *Nunheim* e, por fim, um indivíduo difícil de identificar e encontrado lá onde trabalhava *Wynant*? Teria sido o próprio *Wynant*? De forma alguma, responde *Nick Charles* que encabeça a investigação como detective privado. Isto porque o terceiro corpo encontrado é o do próprio *Wynant*. Pelo contrário, o advogado da ex-mulher de *Wynant* é que é o culpado... Eis o filme que lança o par **William Powell- Myrna Loy**, nos papeis de *Nick* e *Nora Charles* (personagens imaginadas por **Dashiell Hammett**), um casal como qualquer outro subitamente lançado no mundo dos detectives privados e que durante toda esta semana vamos conhecer no ciclo dedicado a esta célebre série de filmes realizada (entre 1934 e 1947) por **W. S. van Dike II** e, julgamos, pela primeira vez projectada na televisão portuguesa. A não perder.

A Comédia dos Acusados

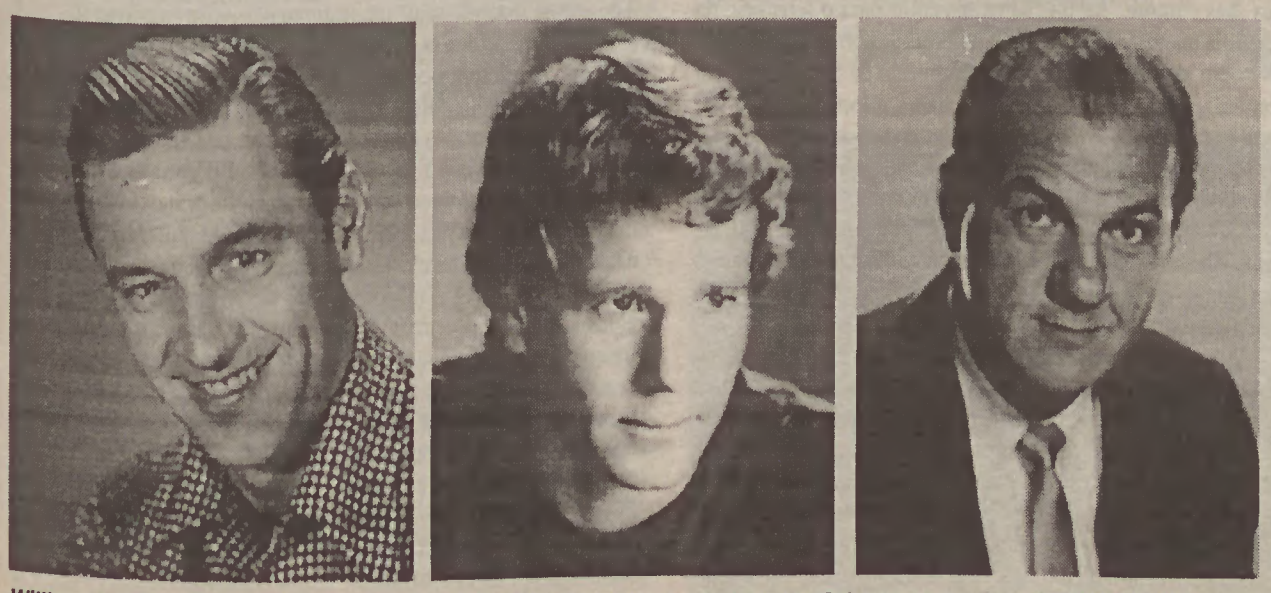
(*Terça, 23.10, RTP2*)

Algo inferior ao primeiro, sobretudo pela exagerada duração de algumas cenas, mas não menos hilariante, este segundo episódio da série *The Thin Man* dá-nos a ver *Nick* e *Nora* a investigar o desaparecimento do marido de uma senhora que procura auxílio junto deles. Desta vez, também aparece **James Stewart**. Mas importante é, ainda, o papel do cão do casal...

Nick e Esposa, Detectives

(*Quarta, 23.10, RTP2*)

Este é o terceiro episódio da série *The Thin Man* e o último baseado na história original de **Dashiell Hammett**. Agora o casal já tem um filho e, todos juntos mais o cão *Asta*, vão investigar mais um crime. Desta vez tudo se passa durante um fim de semana na propriedade de um fabricante de explosivos ameaçado de morte...



William Holden, Ryan O'Neal e Karl Malden, principais intérpretes de «Vagabundos Selvagens», um filme de Blake Edwards

TELEVISÃO

Nos territórios da angústia

■ Correia da Fonseca

O jornalista Jacinto Godinho foi ao norte de Espanha, às agonizantes minas de carvão de Léon e das Astúrias, e fez uma reportagem de que será pouco afirmar que foi notável e, por mim, não me parece de mais dizer que será inesquecível. Não é a primeira vez que Jacinto Godinho faz destas, ou parecidas: lembro-me muito bem de como fiquei quase sobressaltado pela boa surpresa de uma reportagem sua sobre o Alentejo e os alentejanos, tema raríssimo na Televisão portuguesa quando abordado como a verdade e a lucidez reclamam.

Não é, pois, a primeira vez que Jacinto Godinho, jornalista da RTP, faz trabalho excelente. Nunca antes eu vira, porém, uma reportagem sua na RTP 1 e, para mais, em horário nobre. Agora, foi na nova rubrica «Enviado Especial», apresentada por José Manuel Barata-Feio. Se por vezes somos visitados por dúvidas acerca de uma significativa mudança na programação da Radiotelevisão Portuguesa, esta emissão no canal principal serviu decerto para a sua minoração: foi-nos mostrado que notícias sobre a sorte de milhares de portugueses emigrados em Espanha cabem perfeitamente num canal generalista e que caducou o entendimento, curioso e dificilmente inocente, de que seriam material a fornecer apenas à estreita minoria que frequenta a RTP 2, «canal cultural».

Acresce que esta reportagem, «Os filões da Morte», sem abandonar o carácter factual que naturalmente lhe é exigido, veio tocada pelo grão de comoção que, sendo de todo compatível com a objectividade e o rigor, mobiliza a atenção do telespectador, como é justo e necessário. A questão é que é a própria vida que é comovente e que, sabendo disso, Jacinto Godinho faz questão de não omitir esse dado fundamental. Também esse aspecto integra o conceito de competência profissional do jornalista, porventura mais ainda na TV, que sempre reclama alguma parcela da dimensão de espectáculo embora sempre se devendo coibir de incorrer na espectacularidade artificial, gratuita e demagógica, que é uma outra coisa.

O que se passa nas minas de carvão do norte de Espanha é andarem por lá uns vinte mil portugueses que emigraram em busca da vida que por cá lhes fugia e ali encontraram alguns a morte física, instantânea se provocada por explosões de grisu e outros acidentes ou a prazo por força da silicose que se lhes infiltrou nos pulmões. Quanto aos sobreviventes, que são naturalmente a maioria, enfrentam a agonia do despedimento previsível na sequência do encerramento das minas, reclamado pela União Europeia porque a indústria deixou de ser rendível, ou a pobreza por vezes no limiar da miséria por força de reformas antecipadas. Em qualquer de todos estes casos, é um universo de angústias que se segue a um minimundo laboral de características quase concentracionárias. É também o fim de um minimundo heróico de coragem e solidariedades que foi admiravelmente evocado, embora com a discrição adequada, nas imagens finais da reportagem. Tudo visto (para usar aqui uma fórmula comum em documentos da área judicial), ficou-nos no fim do programa o reconfortante sentimento de, por uma vez, não termos desperdiçado e nosso tempo ao assistirmos a um programa da RTP 1, o que, por muito que pese aos rangéis da chamada Paisagem Audiovisual Portuguesa, é um título de honra para o canal. E não se diga que essa provável partilha, embora mitigada, de angústias alheias é um factor depressivo para os telespectadores. Em verdade, depressivo sempre deveria ser o excesso de rubricas tontas e analgésicas que funcionam como vendas para os olhos e cujo abuso é contribuição decisiva para um estado de emparvecimento que tende a tornar-se crónico com o tempo. Com efectivo proveito para alguns, é certo, mas para muito poucos, e não decerto para os consumidores mais habituais e ávidos desse tipo de programas.

O futuro saqueado

Quanto a angústias, porém, embora de outro tipo e peso, as TVs parecem importar-se pouco por semeá-las. É designadamente o caso das alusões, cada vez mais frequentes em todos os canais, que apontam implícita ou mesmo explicitamente para a chamada ruptura a médio prazo da Segurança Social, isto é, para a inviabilidade da manutenção do pagamento das reformas e outros ditos «benefícios» aos trabalhadores portugueses. O caso das reformas é referido com especial frequência, quase sempre sendo apontada como causa principal da anunciada crise a inversão da pirâmide etária dos que integram o mundo do trabalho. Por palavras mais rudes: haverá velhos a mais e jovens a menos. Chegou a coisa a tal ponto que já muitos «velhos» (e entenda-se que hoje é tido como velho qualquer cidadão com mais de cinquenta anos, quando não mais cedo) se sentem olhados com animosidade pelos mais jovens que, mudamente ou não, os acusam de colocarem em risco as reformas futuras que, mudamente ou não, os acusam de colocarem em risco as reformas futuras com a sua impertinente teima em continuarem vivos em vez de morrerem rapidamente, como pelos vistos lhes cumpre. Assim são empurrados para o território da angústia muitos milhares, se não milhões, de portugueses. E também, em muitos casos, para um sentimento de humilhação. Na verdade, quando se diz a um trabalhador reformado que a sua pensão está a ser paga pelos descontos de um outro trabalhador no activo (sublinhando-se que a actual relação é de 1,7 trabalhador activo para cada reformado, e não de 5 para 3 como há anos atrás), o reformado sente-se na situação de quase parasitário. De pouco lhe serve lembrar-se de que durante quarenta anos ou mais descontou significativas verbas para pagar antecipadamente a sua reforma: ninguém quer saber disso.

As coisas seriam decerto diferentes se as TVs, em vez de se aplicaram a semear sustos avulsos, se empenhassem em realizar alguns programas, não necessariamente muitos, onde a questão da Segurança Social fosse debatida com clareza e pluralidade democrática, sendo esta última condição factor indispensável para que se tolhesse o passo à promoção concertada da transferência para o sector privado do excelente negócio que será a contratação de seguros de reforma. Diz-me quem sabe que nos Estados Unidos cerca de um terço (um terço!) das transações financeiras realizadas no mercado bolsista se relacionam com os fundos privados de pensões, e por aqui se avaliará a dimensão do bolo possível que inevitavelmente desencadeia gulas também por cá. Porém, para que tamanho naco se torne acessível é preciso começar por evocar os problemas da Segurança Social em molho de confusões e nevoeiros. O que implica que se evite um debate público honesto e liberto de censuras de qualquer ordem.

Um tal debate, se nas TVs se substituísse a alusões esparsas e incompletas, revelaria a todos, como dado primeiro e fundamental, que a área do regime geral, isto é, das reformas dos que contribuem, continua superavitária apesar de tudo. Que não acontece o mesmo, naturalmente, quanto aos regimes não-contributivos ou só parcialmente contributivos, mas que o encargo com tais prestações pertence ao Estado através do OGE, tendo a Segurança Social vindo a realizar o seu pagamento por conta estatal e com óbvio direito a ser reembolsada. Que o Estado não tem feito tais pagamentos, pelo que só entre 1985 e 1995 acumulou uma dívida à Segurança Social da ordem dos 1200 milhões de contos correspondentes a cerca de 2000 milhões em valor actualizado. Que a esta dívida se acrescentam mais 425 milhões de dívidas de empresas que o Estado tem praticamente consentido. Quer isto dizer que a Segurança Social tem vindo a ser utilizada como financiadora do Estado e do sector empresarial privado. Com o dinheiro dos trabalhadores.

A isto, que já não é nada pouco, acrescente-se que a Segurança Social tem sido levada a custear acções de formações profissionais e a suportar encargos de acção social, o que parece difícil de aceitar tratando-se de um instituto que enfrenta graves riscos financeiros no seu horizonte. Que o Estado tem vindo a permitir um crescente processo de evasão contributivo mediante expedientes diversos entre os quais avulta a adopção caudalosa dos famigerados recibos verdes. Tudo isto, e decerto mais alguma coisa que aqui não fica porque isto não é propriamente um artigo de carácter técnico sobre a Segurança Social, configura uma nuvem ameaçadora que lança muita gente num estado de angústia que, não se revestindo embora do carácter dramático da angústia que percorre as minas das Astúrias, envenena irremediavelmente os dias de quem trabalha, e mais ainda de quem vê aproximar-se o tempo em que não poderá trabalhar mais. Contra essa toxicidade, as TVs bem podiam fazer o que aliás lhes cumpre: abandonarem as alusões pontuais, quase sussurros apenas, que sugerem a agonia do direito à reforma, e procederem com clareza à divulgação das raízes do mal. As doenças mais temidas são aquelas cujas causas não se conhecem. Com o mal que atacou a Segurança Social acontece o mesmo, e é tempo das TVs abandonarem o papel de encobridoras. Mesmo que alguém lhe tenha encomendado.

ESCAPARATE

VÍDEO

Um «western» de Peckinpah

A Quadrilha Selvagem (The Wild Bunch), de Sam Peckinpah (EUA/1969) com Ben Johnson, Warren Oates, William Holden, Ernest Borgnine e Robert Ryan. Cor, 142 min. Ed.: Warner Home Video (venda directa).

Dizem dele que se aproxima do realismo dramático dos quadros de Goya. O facto é que este traumático poema de violência é um dos mais brilhantes e desesperados *westerns* clássicos jamais realizados, e sem dúvida o melhor filme de sempre realizado pelo cineasta **Sam Peckinpah**. Entretanto, o interesse suplementar vai para o facto de ser esta a cópia que normalmente se designa por «montagem do realizador» (inédita em Portugal) já que a versão que primeiro foi projectada nos circuitos comerciais apenas durava 139 minutos, com duas sequências cortadas pela produtora. Mais ainda, ao contrário do que as TVs portuguesas nos habituaram, aqui o formato *cinemascope* foi respeitado!

DISCOS

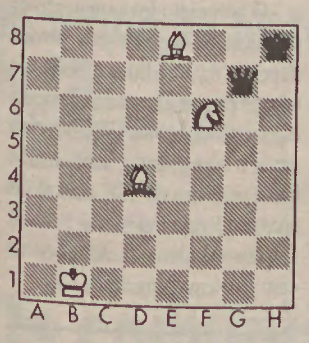
Gospel na Terra

«The Story of Gospel». Vários. Ed.:1996. Gravações originais da Malaco Records, Savoy Records e Apollo Records. Etiqueta: Emporio para a Music Collection International.

A raiz de grande parte da música negra norte-americana que escutámos nos últimos cinquenta anos - seja a *soul* celebrizada pela etiqueta *Stax* e por cantores como **Otis Redding** e **Aretha Franklin**, seja a vertente «límpida» produzida nos estúdios *Motown* para **Stevie Wonder, Smokey Robinson** ou **Marvin Gaye** - encontra-se no *gospel*. Na Europa e na América há um ressurgimento de interesse pelos grandes coros e as grandes vozes intérpretes das canções religiosas dos negros: ainda no final do ano passado um jovem cantor de *gospel*, **Kirk Franklin**, vendeu um milhão e 200 mil cópias do seu álbum de estreia, permanecendo esse trabalho entre os dez discos mais vendidos nos *States*, durante semanas a fio. Esse interesse está na base da recente edição do duplo álbum aqui apresentado, que faz uma selecção de gravações constituintes dos catálogos, fundamentais na área, das estiquetas *Savoy* e *Malaco*, onde estiveram alguns dos nomes históricos do género: **Rev. James Cleveland, Shirley Caesar, The Ward Singers, Roberta Martin, Dorothy Love Coates, Albertina Walker**, entre muitos outros. Claro que também surge **Mahalia Jackson**, aquela sobre a qual um dia **Martin Luther King** disse ser «a melhor voz que o mundo conhece». 40 canções imprescindíveis, de alguém que tenta ser escutado por um Céu sem ouvidos, com o canto simultaneamente mais feliz e desesperado da Terra.

XADREZ

DLXI – 23 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X022
Por: *J. BERGER*
Berliner Lokalanzeiger, 1914
Pr.: [2]: Dg7 – Rh8
Br.: [4]: Cf6 – Bs.. d4, é8 – Rb1



Brancas jogam e ganham

* * *

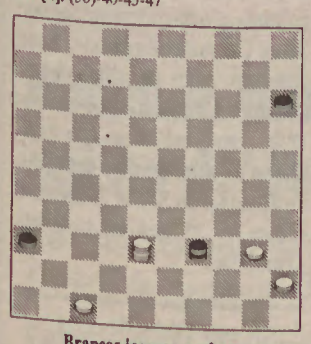
SOLUÇÕES DO Nº DLXI
Nº 1996X022 [J.B.]: 1. Bç6!, Dg6+; 2. Bé4, Dg7; 3. Ra1, Df7; 3. Ra1, Df7; 4. Cg4+, Rg8; 5. Ch6+eg.

A. de M. M.

DAMAS

DLXI – 23 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D022
Por: *F. GOUNET* [Avignon]
{Executada em jogo prático}
Le Jeu de Dames N.º 17/Set.-Out. 1981

Pr.: [3]: 20-36-(39)
Br.: [4]: (38)-40-45-47



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÕES DO Nº DLXI
Nº 1996D022 [F.G.]: 1. 47-41!, (36X47–D); 2. 40-34!!, (47X40); 3. 45-43 + Oposição

A. de M. M.

Antes que seja tarde

«O milhor dos Trabalhadores do Comércio». Trabalhadores do Comércio. Ed.: 1995, Polygram. Temas originais de 1980 a 1990. Duplo-álbum.

Sérgio Castro e **João Luís Medicis**, as «ialmas» dos **Trabalhadores do Comércio**, devem andar a pensar que o grupo surgiu 15 anos antes do tempo. Com a profusão de sucessos baseados no humor rasteiro e no trocadilho obsceno, seria seguro terem hoje as canções do «vetusto» grupo do Porto ainda maior sorte comercial do que aconteceu quando se ouviu pela primeira vez *«Chamem a Polícia»* ou *«Taquetinho ou Lebas no Fucinho»*. Ao aperceberem-se da onda, e antes que fosse tarde, as «hostes» dos **Trabalhadores** voltaram a reunir-se, organizaram uma *tournée* e lançaram um duplo álbum que recorda o «milhor» da banda numa colectânea exaustiva. E assim ressurge o reencontro com o *rock* de pronúncia do Norte, ironia, e, pelo meio, algumas gargalhadas. A demonstração de que para fazer humor é preciso um pouco mais que elaborar metáforas culinárias para designar os órgãos sexuais.

Portugal, Histórias da Nossa Música

Esta semana, o nosso destaque destina-se a servir de incentivo aos nossos leitores «pais-de-família» para que levem os vossos filhos a ouvir boa música. Nada melhor do que aproveitar um ciclo de espectáculos, intitulado **«Música Para Pais e Filhos»** que o **Círculo ProMúsica** de novo está a apresentar no **Centro Cultural de Belém**, depois do grande êxito que idêntico programa teve no passado mês de Abril. Assim, no próximo Domingo, dia 26, pelas 11.30 da manhã, será a vez de o público mais jovem contactar com a música de autores portugueses, numa agradável confraternização entre a música erudita e a música popular. Em palco estarão os actores **Pedro Oliveira** e **Paulo Pinto**, os músicos **José Bon de Sousa** (piano), **Luís Cunha** e **Natália Roubotsova** (violinos), **Isabel Pimentel** (viola), **Andrzej Michalczyk** (violoncelo), **César Viana** (flautas e instrumentos tradicionais) e o barítono **Manuel Pedro Santos**, que vão fazer ouvir em descontraída convivência músicas de **Carlos Seixas, José Afonso, Domingos Bomtempo, Luís de Freitas Branco, Fernando Lopes-Graça** e outros.

EXPOSIÇÕES

Os Museus em Fotografia

Gérard Rondeau é um fotógrafo francês que, há muitos anos, fotografa regularmente exposições de arte nos museus nacionais franceses. O seu percurso é o de um visitante como qualquer outro, com a única diferença de o fazer munido de uma câmara com a qual vai fotografando as peças, os quadros, os objectos de arte, na sua inércia, e, ao mesmo tempo, o movimento que ocorre em seu redor. É a exposição de algumas das suas melhores fotografias que está patente ao público no **Instituto Franco-Português**, na Av. Luís Bívar, em Lisboa, até ao próximo dia 30 de Maio.

MÚSICA

Música e Cinema

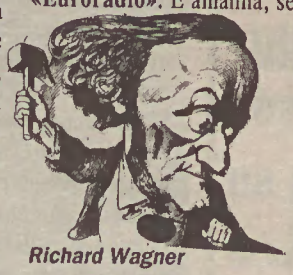
No concerto que na próxima semana será realizado pela **Orquestra Sinfónica Portuguesa** no Grande Auditório do **Centro Cultural de Belém** estará em foco música que, embora não pertencendo à banda sonora de qualquer filme, influenciou a música para o cinema. Sob a direcção do maestro **Joel Levine** e com a participação do pianista **Sequeira Costa** e do **Coro do Teatro Nacional de S. Carlos**, serão executados: o *Concerto para Piano e Orquestra nº 1*, de **Rachmaninov**, e a obra *«Os Planetas»*, de **Gustav Holst**. Este concerto terá lugar no dia 28, terça-feira, pelas 21.30 horas.

Sergei Rachmaninov

RÁDIO

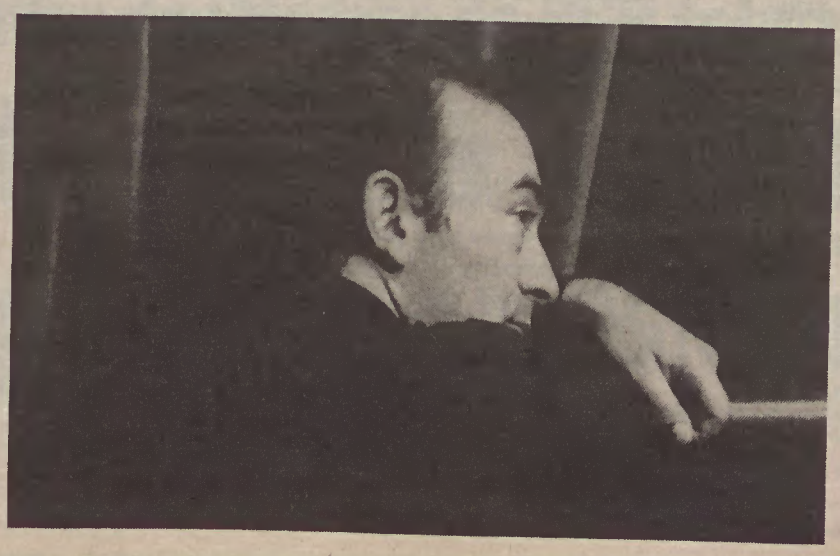
Wagner, Berg e Mahler na telefonia

Esta semana, a atenção dos melómanos vai para a transmissão na **RDP / Antena 2** de mais um concerto incluído no quadro do programa de intercâmbio **«Eurorádio»**. É amanhã, sexta-feira, pelas 20.00 horas, numa gravação da **Sociedade Rádio Canadá**, que terá a participação da violinista **Chantal Juillet** e da **Orquestra Sinfónica de Montreal** dirigida pelo maestro **Charles Dutoit**. No programa: Excertos da ópera *Lohengrin*, de **Richard Wagner**, O *Concerto para Violino "À Memória de Um Anjo"*, de **Alban Berg**, e a *Sinfonia nº 1, em Ré Maior, "Titã"*, de **Gustav Mahler**.



Richard Wagner

Gustav Mahler



CINEMA

Nós por cá...

Subordinado ao título *«Fernando Lopes Por Cá»*, inicia-se amanhã à noite o ciclo dedicado pela **Cinemateca Portuguesa** à obra do realizador português **Fernando Lopes**, um dos primeiros representantes do chamado *Cinema Novo* português. Na primeira sessão serão projectados o documentário *As Pedras e o Tempo* e a longa metragem *Belarmino*, ambos datados de 1961. Seguem-se, nas sessões seguintes, os filmes *Uma Abelha na Chuva*, *Nós Por Cá Todos Bem* e *Crónica dos Bons Malandros*, bem como algumas curtas-metragens de que se destacam *As Palavras e os Fios*, *Era Uma Vez... Amanhã* ou *O Encoberto*.

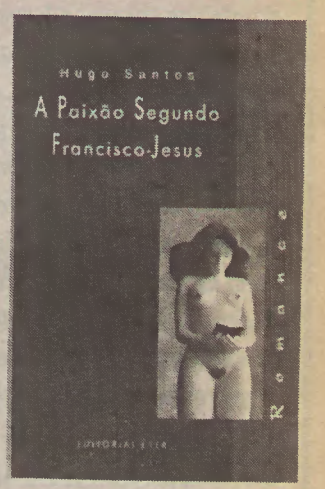
LIVROS

Ler

Mais um número da revista **Ler**, editado pela *Círculo de Leitores*. Na capa, **Mário de Carvalho**, anunciando a entrevista deste escritor que a páginas tantas aparece sob o título *O Mistério da Literatura*. Não escapa a esta edição - da Primavera do ano corrente - a morte de **Vergílio Ferreira**, acontecida quando o número anterior estava a sair das máquinas. Na variedade e riqueza a que a revista tem habituado os seus leitores, lugar destacado para **Rui Knopfli** - *O Poeta de Sítio Nenhum* -, para uma homenagem a **Manuel da Fonseca**, na forma de desenhos de **Manuel Gaspar**, para a edição portuguesa, com textos de editores, e de outras influentes personalidades no campo editorial. Recensões, críticas, notícias breves, polémicas e crónicas, completam este número. A ler...

A Paixão Segundo Francisco-Jesus

De **Hugo Santos**, este romance lançado pela *Editorial Éter*. Um autor com uma carreira veloz e uma vasta obra. Segundo a nota que a edição fornece, **Hugo Santos** inicia a sua carreira literária com o *Domador de Pássaros*, em 1989, seguindo-se 16 títulos - romance, novela, poesia - 13 dos quais premiados com galardões de renome, em que avultam os prémios, por exemplo, *Eça de Queiroz, Sebastião da Gama, Cidade de Almada, Antero de Quental* e *Cesário Verde*. Quem ler **A Paixão Segundo Francisco-Jesus**, um romance que a poesia atravessa, há-de verificar que a prolixidade e a notoriedade não beliscaram negativamente a prosa deste autor. Um livro recomendado por **João de Melo**, que diz dele ter sido escrito *"à luz de uma transparência lírica e minuciosa, numa prosa que concilia o discurso narrativo com o fulgor de uma poética linguagem"*.



ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Futuros

Quando o meu amigo Ernesto deixou de comparecer à tertúlia habitual dos domingos de manhã no café do bairro, não dei grande importância ao facto. Trabalhador de seguros de profissão, 36 anos, solteiro por vocação, apreciador das coisas boas da vida, Ernesto tinha o costume de se apaixonar perdidamente de tempos a tempos, desaparecendo de circulação para viver de corpo e alma as suas paixões, até ao momento em que incompatibilidades felizmente descobertas a tempo o devolviam ao convívio dos amigos e à paz do celibato. Tanto quanto recordo, as duas últimas vezes que esteve quase, quase a juntar os trapinhos, foi salvo in extremis *num caso pela burocracia nacional, que demorou tanto a enviar os documentos necessários para Salamanca onde se encontrava destacado que lhe deu tempo para um curso de formação em Paris, onde se apaixonou sem apelo nem agravo por uma emigrante polaca, que só não se lhe instalou definitivamente na vida por causa da sua completa ignorância dos peixes-da-horta e aversão incompreensível a Woody Allen, factos inadmissíveis nos eclécticos critérios de Ernesto. Temos pois que as ausências do meu amigo, sendo normais, não estranhavam, a não ser se se prolongassem para além do costumado, o que viria a revelar-se o caso. Tamanha foi que dei por mim a pensar se não teria sido desta que tinha sido apanhado no nó cego da coabitação, pelo que encetei diligências para apuramento de novas, mesmo tendo de passar pelo vexame do gravador de chamadas, invenção capaz de me provocar brotoeja. A resposta chegou dois dias depois, quando já desesperava, seriam para aí umas três horas da manhã. Ao toque do telefone cheguei a temer que fosse Marcelo Rebelo de Sousa, por qualquer malapata interessado na minha modesta pessoa, mas era o Ernesto, como acabei por reconhecer quando a sua voz enérgica acordou até as paredes adormecidas.*

Não se consorciara, não senhor, que raio de ideia, se nem sequer estava apaixonado ia para um mês. tinha lá tempo para essas coisas... Em que mundo andava eu que ainda não tinha dado conta da existência do senhor Pedro Seixas Vale, novíssimo membro do conselho de administração da «Portugal Previdente», muito dado a escrever cartas aos trabalhadores para expor ideias-base do seu conceito de relacionamento numa empresa? Pois o que se passava era muito simples: desde que o tal senhor anunciara em missiva que «não existe um horário a cumprir, mas sim um trabalho a desempenhar», de que «no futuro só vencerão os mais capazes, os mais empenhados, os mais leais», e que o seu total empenhamento o obrigava «a estar disponível 24 horas por dia», justamente o mesmo que exigirá de todos os trabalhadores para que o projecto da empresa seja uma realidade, a vida de Ernesto sofrera uma mudança completa. Organizara um grupo de «capazes» e «leais» funcionários, fizera uma escala de serviço, adaptara a casa com cómodos para funcionamento contínuo, arranjara um diversificado leque de colaboradores, e passava as noites, os sábados, os domingos, os feriados, a bombardear o senhor Vale com pertinentes, inadiáveis, inovadoras, revolucionárias propostas fundamentais para o sucesso da «Previdente». E eu que desculpasse, mas estava na hora de mais uma chamadinha.

■ AF

Carvalhas nos Açores

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, está em visita ao Açores até amanhã, sexta-feira, onde participa num vasto conjunto de iniciativas e contactos com a população e entidades da região. No domingo, Carvalhas participa no 4º Congresso do PCP/Madeira, que decorre no Funchal.

A vista aos Açores teve início terça-feira, na ilha Terceira, onde foi recebido nas câmaras da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo, bem como no gabinete da zona classificada desta última cidade. No mesmo dia o líder comunista encontrou-se com o Ministro da República, no Solar Madre de Deus, seguindo-se uma reunião com a comissão representativa dos trabalhadores portugueses da Base das Lages. À noite, esteve num jantar-debate sobre «O desenvolvimento económico e realções de trabalho», integrado no ciclo promovido pela CDU/Açores, «Em diálogo com os Açorianos».

Para ontem estava prevista a sua deslocação à ilha do Faial, com visita à Câmara Municipal da Horta e à Assembleia Legislativa Regional do Açores, onde se encontra com a representação parlamentar do PCP, o Presidente da ALR e apresenta cumprimentos ao Presidente do Governo Regional dos Açores.

Ainda na Horta, o secretário geral teve encontros com a direcção da Câmara do Comércio local, com o Secretariado da União dos Sindicatos e, depois de um jantar com activistas da CDU, participou num debate dedicado à problemática do desenvovimento regional.

Hoje, o programa decorre na ilha do Pico e inclui visitas à Câmara Municipal da Madalena, ao Lar de Idosos, à fábrica da COFACO, ao Museu do Baleeiro e à Câmara Municipal das Lajes. Depois passa pelo concelho de S. Roque, onde visita a Câmara e o Museu Industrial da Baleia. O dia termina com um convívio da CDU-Pico na Casa do Povo da Criação Velha.

Amanhã, o líder comunista estará na ilha de S. Miguel, onde tem encontros marcados na Câmara Municipal de Ponta Delgada, na Escola Secundária da Ribeira Grande e uma reunião com o Secretariado da União dos Sindicatos de S. Miguel e Santa Maria, em que participa o coordenador da CGTP-IN/Açores. Carvalhas conclui a sua estada em S. Miguel participando num plenário da CDU anunciado para o auditório da Pousada da Juventude de Ponta Delgada.

Luís Sá sobre Regionalização: «PS convergiu com a direita»

Segundo a agência Lusa, o PS e o PSD «aproximaram-se» um do outro quanto ao momento da realização do referendo sobre a regionalização, mas continuaram a divergir relativamente à simultaneidade, ou não, das consultas populares de âmbito nacional e regional.

Entretanto da reunião de anteontem da Comissão de Revisão Constitucional não resultou qualquer acordo formal para que o texto fundamental seja alterado de forma a permitir os referendos.

Luís Sá, deputado e membro da Comissão Política do PCP, alertou para os riscos da simultaneidade dos referendos, considerando que a vontade nacional poderá sobrepor-se à da maioria dos eleitores de determinada região.

Segundo a Lusa, para o deputado comunista, os referendos em simultâneo criam "clivagens que são irrecusáveis", tendo considerado, por outro lado, que "o PS acabou por convergir com a direita". "O PS tinha dito que estava disposto a avançar com a regionalização com o PCP, sem referendo, mas acabou por ceder ao PSD", sustentou.

UE mantém embargo à Grã-Bretanha

Os ministros da Agricultura da União Europeia remeteram para um Conselho Agrícola Extraordinário a 3 e 4 de Junho, no Luxemburgo, uma decisão sobre o levantamento parcial às exportações britânicas de produtos à base de carne de vaca.

O Comissário Europeu encarregado da Política Agrícola, Franz Fischler, apresentou anteontem à Comissão Europeia uma proposta sobre o levantamento da proibição das exportações britânicas de gelatina e cebo à base de carne de vaca e de sémen de bovino, mas o Comité Permanente Veterinário da União Europeia votou contra, argumentando que o Governo britânico não apresentou um programa credível de erradicação da doença das «vacas loucas» (BSE).

Portugal foi um dos sete países que se opôs ao levantamento do embargo.

O tema voltará a ser discutido na próxima sessão do Conselho de Agricultura, que vai apreciar igualmente as indemnizações aos produtores do sector bovino (650 milhões de ecu em ajudas directas, 126 milhões de contos), entretanto adiadas, bem como o dossier da reforma do mercado das frutas e legumes.

O ministro da Agricultura português, Gomes da Silva, minimizou o adiamento por tempo indeterminado da aprovação pela União Europeia do plano português de erradicação da doença das «vacas loucas».

«Não estou muito preocupado. O importante é que o problema foi resolvido em Portugal. Ponto final quanto a 'vacas loucas' em Portugal», declarou o ministro logo após o final do conselho agrícola da UE, em Bruxelas.

Segundo a agência Lusa, o ministro afirmou ainda que o adiamento «não é indiferente mas também não é fundamental», e que Portugal continuará a «pressionar a Comissão no sentido de obter uma resposta para o nosso problema».

O ministro considerou «sem sentido fazer disto um cavalo de batalha».

Recorda-se que o plano nacional de abates faz apelo a co-financiamentos comunitários entre 100 mil e 200 mil contos em indemnizações ao Estado português pelas contrapartidas financeiras pagas aos produtores abrangidos pela operação.

A Comissão Europeia, através do comissário Fischler, considera «excessivo» o número de abates realizados. A ser aceite, o caso português criará um precedente e tornará ainda mais complexa a resolução do problema britânico, onde aparentemente não está na ordem do dia nenhuma actuação «drástica» para resolver o problema da BSE. Por enquanto, desconhece-se quantos destes abates a União aceitará co-financiar.

Major ameaça

O Reino Unido reagiu entretanto à decisão de manter o embargo, ameaçando com retaliações. O Primeiro-Ministro britânico, John Major, afirmou que a Grã-Bretanha não poderá «continuar a cooperar normalmente» com a União Europeia se não houver progresso para um levantamente parcial do embargo aos produtos bovinos.

«Nenhum progresso será possível na conferência intergovernamental ou em qualquer outro assunto, antes de um acordo para o levantamento do embargo sobre os produtos derivados de bovino e antes que seja submetido um plano para o levantamento total», ameaçou Major.

A Comissão Europeia respondeu de imediato à ameaça do Primeiro-ministro britânico, defendendo que a solução da crise das «vacas loucas» tem de ser satisfatória para todos os Estados-membros.

Em comunicado, o executivo comunitário afirmou que «a Comissão vai continuar a trabalhar até um progressivo levantamento da proibição de exportar produtos derivados do gado vacum britânico, à luz das provas científicas e das medidas de erradicação» da doença.

«O completo levantamento da proibição de exportar gado bovino depende das medidas efectivas a adoptar para erradicar a encefalopatia espongiforme bovina (BSE)», refere ainda o comunicado, sublinhando que o problema da BSE «não afecta apenas o Reino Unido mas todos os Estados-membros», sendo portanto «um problema conjunto da UE».

Pontinha debate toxicodependência

A toxicodependência continua a ser motivo de análise por parte de quantos se preocupam com as consequências de um flagelo que, cada vez mais, atinge a nossa sociedade. Particularmente os jovens são as grandes vítimas deste fenómeno que tem como agravante o facto de ser sempre tardia a tomada de consciência da dependência. Mas sofrem igualmente, e de forma não pouco dramática, as famílias e, naturalmente, a sociedade onde acaba por desaguar todo o cortejo de dor, angústia e conflitos sociais que a droga acarreta e que se traduz no aumento da marginalidade, da exclusão social, do desemprego, da miséria.

O debate sobre a toxicodependência, suas causas e consequências, é fundamental para que se encontrem as medidas e soluções mais justas no combate ao tráfico de droga e à teia de interesses a que ele está ligado.

Assim, enquadrado nestes objectivos, a Junta de Freguesia da Pontinha vai realizar amanhã, dia 24, um encontro subordinado ao tema «Toxicodependências: Suas Consequências». Este encontro, cujos trabalhos se iniciam às 09.30 horas e terminam às 18.00 horas, realizar-se-á no Anfiteatro do Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar, sito na Av. 25 de Abril, Lote 108 - Pontinha.

14496
5 603199 000445